

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

STEFAN HUBERT

O TONEL DAS DANAIDES:

Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis
no Brasil contemporâneo

Porto Alegre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Hubert, Stefan

O tonel das Danaides: Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo / Stefan Hubert. -- 2016.
160 f.

Orientador: Antonio David Cattani.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Crédito. 2. Consumo. 3. Superendividamento. I. Cattani, Antonio David, orient. II. Título.

STEFAN HUBERT

O TONEL DAS DANAIDES

Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis
no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio David Cattani.

Porto Alegre
2016

STEFAN HUBERT

O TONEL DAS DANAIDES

Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 31/03/2016

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lúcia Helena Alves Müller – PUCRS

Profa. Dra. Lorena Holzmann – UFRGS

Prof. Dr. Ênio Passiani – UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Hubert, Stefan

O tonel das Danaides: Consumo a crédito, superendividamento e a espoliação dos vulneráveis no Brasil contemporâneo / Stefan Hubert. -- 2016.
160 f.

Orientador: Antonio David Cattani.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Crédito. 2. Consumo. 3. Superendividamento. I. Cattani, Antonio David, orient. II. Título.

Dedico este trabalho, com amor, afeto e gratidão, às duas mulheres mais importantes da minha vida: minha mãe, que nos momentos mais difíceis, quando nem eu acreditava, ficou do meu lado, me cedeu o ombro e segurou a mão, e nas conquistas compartilhou comigo seu choro sincero de alegria. Também minha esposa, companheira e melhor amiga, Gabriela que, com paciência, suportou nos últimos anos bons e maus dias em minha trajetória acadêmica e fora dela.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa científica é muitas vezes solitário. São horas, dias, meses de leitura, de coleta e análise de dados, além da própria escrita, durante os quais nos fechamos em nós mesmos. Sem qualquer contato, diálogo ou trocas de ideias e experiências a não ser aqueles que estabelecemos com os autores das dezenas de livros e artigos com quem debatemos em torno de um tema comum de investigação. Mas nem por isso esse momento peculiar ocorre de forma individualizada, pois apesar de solitária a produção acadêmica se encontra envolta num contexto social e coletivo sem o qual simplesmente não poderia se desenvolver. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer imensamente a uma série de pessoas e instituições sem as quais esta dissertação não teria ocorrido.

Primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que me descortinaram um mundo novo diante dos olhos que eu sequer imaginava existir. À CAPES, pela bolsa de mestrado que permitiu minha dedicação exclusiva aos estudos, e aos muitos professores que passaram por minha vida acadêmica nos últimos anos. Ao LAVIECS, na pessoa do coordenador do curso de especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, professor Daniel Mocelin, e dos meus colegas de tutoria, Fernando, Laurence, Frederico, Maycon e Régis, pela oportunidade desta experiência.

Em particular ao meu orientador, professor Antonio David Cattani, pela disponibilidade e seriedade com que se dedica aos seus alunos e orientandos. Pelas discussões, dicas, conselhos, além das minuciosas correções e apontamentos que fizeram nosso trabalho possível. Exemplo de profissional dedicado ao desenvolvimento da sociologia e ao mesmo tempo militante crítico e politicamente engajado na busca por uma sociedade justa e igualitária.

Ao meu pai, que quando criança me instigava a busca pelo conhecimento respondendo incansavelmente dezenas de perguntas absurdas, típicas da curiosidade infantil. À minha mãe, sempre presente nos momentos de alegria e tristeza. Mulher batalhadora que através do exemplo me mostrou a importância do trabalho, além de me ensinar a perseguir meus sonhos e não desistir nunca.

Aos meus sogros, Fernando e Jânia, que me acolheram como parte da família. E em especial àquela que desperta o que há de melhor em mim: Gabriela, minha

esposa, companheira, melhor amiga e amor da minha vida, além de revisora incansável de tudo que escrevo.

Aos meus tios e tias: Polaca, Artêmio, Cleusa, Tita, Baixinha, Neco, Neca, Neni e Eliane. Também presentes em muitos momentos da minha vida. Exemplos em distintas formas de dedicação à família, ao trabalho e de retidão de caráter que espero levar sempre comigo. Também minhas tias do lado paterno: Olga e Jussara, que quando criança recorro ter me ensinado a ver as horas, além de acompanhar a exploração das primeiras letras, sílabas e palavras que fui capaz de ler. Particularmente também à minha tia Tânia e meu Tio Zé (*in memoriam*), cientistas e docentes dedicados que serviram de inspiração em minha busca profissional.

Não poderia também deixar de demonstrar minha gratidão para com os muitos amigos que fiz nessa jornada. Meus colegas de banco, Dinorah, Carlos e Cíntia, profissionais sérios, experientes e comprometidos que me ensinaram os primeiros passos no trabalho de renegociação de dívidas, dando início ao meu interesse pela temática que resultou nesta investigação. Aos companheiros do mestrado, Luiz Eduardo Amaro, Bruno Cassalotti, Laurence Aquino e Lizandro Lui, entre outros, com quem tive a possibilidade de construir uma relação de amizade que espero perdurar por muito tempo. Também de forma muito especial às dezenas, talvez centenas, de anônimos que eu não seria capaz de citar aqui, que fizeram parte de algum modo da minha vida nos últimos anos. Pessoas pelas quais tenho sentimentos de amizade sincera e laços de afeição que se reconstróem e se aprofundam a cada vinte e quatro horas.

O processo pelo qual os bancos criam dinheiro é tão simples que até repugna a mente.

(John Kenneth Galbraith)

RESUMO

Esta dissertação aborda a expansão da oferta de crédito e o consequente endividamento da população ocorridos no Brasil ao longo das últimas duas décadas. Os principais objetivos constituem analisar: o processo que conduz os consumidores ao superendividamento, estabelecendo as principais causas e eventos relacionados ao fenômeno; as formas como os endividados respondem ao endividamento, em termos de mecanismos e estratégias de enfrentamento; as percepções, sentimentos e significados atribuídos à condição de superendividado; e as consequências do superendividamento. A partir de uma perspectiva metodológica qualitativa, realizamos 18 entrevistas com roteiro semiestruturado com consumidores superendividados atendidos pelo Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento, no Fórum Central em Porto Alegre. Os sujeitos foram selecionados tomando como critérios a conveniência e acessibilidade e os dados analisados através da técnica de análise de conteúdo. Os resultados encontrados corroboram as hipóteses que levantamos: o endividamento não se explica unicamente em função do consumismo, fator chave elencado na literatura; o fenômeno é complexo e possui uma multiplicidade de causas, relacionadas a elementos estruturais, entre os quais destacamos a desregulamentação das finanças, a estrutura do mercado de trabalho e os níveis de rendimento; estratégias de enfrentamento diversas são adotadas com efeitos distintos que guardam relação com as percepções que os indivíduos têm de suas dívidas, a severidade dos problemas e com seus efeitos. As consequências negativas também são variadas, destacando-se algumas de caráter econômico, como a redução do nível de vida e de consumo. Além desses outros efeitos encontrados são problemas de saúde física e mental, como stress, ansiedade e depressão, que decorrem dos sentimentos negativos de culpa em relação ao endividamento. Enfim, de modo geral, nossa investigação oferece um panorama das discussões teóricas e conceituais no campo da sociologia do crédito e do endividamento. A partir desses debates realizamos uma análise empiricamente fundamentada desses fenômenos constatando que a oferta de crédito, num contexto desfavorável aos consumidores, pela cobrança de altas taxas de juros e inexistência de regulação jurídica, quando direcionada a indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social, dificultam a administração do orçamento em momentos de crise ou situações não esperadas. Esses elementos em conjunto contribuem na condução ao superendividamento, especialmente de indivíduos com baixos rendimentos ou em situação instável e precária de inserção no mercado de trabalho. Como resultado, essa condição gera um ciclo de pagamento de dívidas e juros capaz de exacerbar condições de pobreza e vulnerabilidade social, contribuindo, assim, para a reprodução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Crédito. Consumo. Superendividamento.

ABSTRACT

This research deals with the expansion of consumer credit and the indebtedness in Brazil that has occurred over the last two decades. The main objectives are to analyze the processes that leads consumers to over-indebtedness, establishing the main causes and events related to these phenomena; the ways in which indebted respond to the debts in terms of mechanisms and coping strategies; perceptions, feelings and meanings attributed to over-indebtedness condition; and their consequences. From a qualitative methodological perspective, we conducted 18 semi-structured interviews with over-indebted consumers seeking help in the Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento, in Porto Alegre. Sample selection considered as criteria convenience and accessibility to interviewed subjects. Data treatment used content analysis techniques. Our results corroborate the raised hypothesis. Firstly, indebtedness cannot be explained solely based on a consumerism perspective, a key factor in the literature. Second, the phenomena are complex and has multiple causes related to structural elements, among which we highlight the deregulation of finance, the structure of the labor market and income levels. Third, various coping strategies are adopted with different effects, related to the perceptions that people have about their debts, the severity of the problems and their effects. Fourth, negative consequences are also varied. Reductions on standards of living and consumption can be highlighted, among others, as the main economic effects. In addition, other consequences found were physical and mental health problems such as stress, anxiety and depression arising from negative feelings of guilt about debt. Furthermore, in general terms, our research provides an overview of the theoretical and conceptual discussions in the field of sociology credit and debt. From these debates, we conducted an empirically based analysis of these phenomena. We conclude, among other founding that credit supply, when offered to individuals in economic and social vulnerable circumstances, particularly, in an unfavorable context featured by charging high interest rates and lacks of legal regulation, hamper budget management in times of crisis or unexpected situations. These elements occurring together can drive to over-indebtedness, especially those people with low incomes or in precarious labor conditions. As a result, this condition generates a cycle of debt and interest repayments capable to reproduce or make worse the conditions of poverty and social vulnerability.

Keywords: Credit. Consumption. Overindebtedness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Processo de endividamento	103
Figura 2 – Fluxograma de atendimento.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Expansão das contas bancárias (Milhões de unidades)	58
Gráfico 2 – Número de cartões (Milhões de unidades)	58
Gráfico 3 – Relação crédito/PIB (%).....	59
Gráfico 4 – Comprometimento da renda com dívidas (% médio anual)	60
Gráfico 5 – Variação do nível de inadimplência (1999- 2015).....	61
Gráfico 6 – Índice de Inadimplência do Consumidor	62
Gráfico 7 – Demanda por crédito	64
Gráfico 8 – Taxa de desemprego (%) 1999-2009	65
Gráfico 9 – Variação do crédito x renda média (%) - (2004-2015)	68
Gráfico 10 – Dívidas em atraso por setor credor (%)	70
Gráfico 11 – Dívidas em atraso (variação anual x setor).....	71
Gráfico 12 – Grau de endividamento (faixa de renda).....	72
Gráfico 13 – Causas informadas dos empréstimos (%)	73
Gráfico 14 – Lucro dos bancos no Brasil (R\$ - Bilhões).....	77
Gráfico 15 – Status ocupacional no momento da entrevista	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação renda média Brasil (2001 – 2015)	66
Tabela 2 – Variação salário mínimo (2001–2016).....	66
Tabela 3 – Taxa de juros Pessoa Física (média)	75
Tabela 4 – Entrevistados (Gênero)	91
Tabela 5 – Superendividados formação escolar	94
Tabela 6 – Renda individual (salários mínimos).....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CRÉDITO, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO	23
2.1 Crédito e Dívida	24
2.2 Os Usos do Crédito e as Causas do Endividamento	34
2.2.1 A perspectiva cultural e a hipótese do consumismo	35
2.2.2 A perspectiva estrutural e a hipótese do consumo defensivo.....	40
2.3 O Significado Social das Dívidas	45
3 SUPERENDIVIDAMENTO: NOVO CONCEITO OU NOVO FENÔMENO?	47
3.1 O conceito de endividamento e o superendividamento	47
3.2 Uma linha tênue e imprecisa	49
3.3 O superendividamento como processo e dinâmica complexa	52
4 O MERCADO DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO NO BRASIL	54
4.1 O Crescimento do mercado de crédito	55
4.2 O crescimento do endividamento	60
4.3 Características do endividamento da população brasileira	68
4.4 Um contexto peculiar	74
5 CONTEXTO E METODOLOGIA	81
5.1 O contexto da pesquisa: o superendividamento do consumidor	81
5.2 O instrumento de coleta de dados e seus pressupostos	82
5.3 A Seleção dos entrevistados	87
5.4 Análise dos dados	88
6 O “PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO”	90
6.1 Perfil dos entrevistados	90
6.2 Os determinantes no uso do crédito e no endividamento	97
6.2.1 Uma dinâmica complexa e multideterminada	98

6.2.2 Usos e percepções.....	102
6.3 Estratégias de enfrentamento e formas de cálculo	109
6.3.1 A busca de novas fontes de renda.....	110
6.3.2 Corte de gastos	112
6.3.3 Malabarismos e hierarquias de dívidas	115
6.4 Consequências	118
7 CONCLUSÕES	125
REFERÊNCIAS.....	133
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	148
ANEXO B - PERFIL DOS ENTREVISTADOS	150
APÊNDICE A – PROCESSO DE ATENDIMENTO.....	151
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ACOLHIMENTO	152
APÊNDICE C – MODELO DE CARTA CONVITE	155
APÊNDICE D – MODELO DE ATA DE AUDIÊNCIA	156

1 INTRODUÇÃO

Dona Maria¹ é uma senhora de aparência modesta, com pouco mais de 60 anos de idade. Simpática, de voz e comportamento tranquilos, ela não deixa transparecer as dificuldades financeiras pelas quais está passando. Dirigiu-se à agência do banco público onde trabalhávamos para tentar o que, em termos bancários, é definido como “recomposição de dívidas”², pois o valor de R\$ 2.000,00 que recebia como funcionária pública aposentada estava reduzido nos últimos meses a apenas R\$ 70,00. A causa: empréstimos consignados³ em excesso, além de elevados valores de dívidas acumuladas com cartões de crédito.

Grande parte de seu endividamento era com outras instituições financeiras e, portanto, foi orientada a procurá-las para renegociar esses compromissos e voltar a receber integralmente seu salário. Dona Maria pouco difere dos milhares de clientes que, diariamente, procuram bancos e financeiras para renegociar dívidas ou obter empréstimos. O que chamou atenção nesse caso, no entanto, foi seu retorno, poucos meses após esse primeiro encontro, com nova solicitação: “preciso de um conselho”. Queria comprar um carro, pois, de acordo com suas palavras, tratava-se de “uma oferta imperdível”. Diante da evidente falta de recursos, pois seguia recebendo os mesmos R\$ 70,00 mensais, seu comportamento parece fugir a qualquer lógica racional, desafiando o bom senso e algumas teorias sobre consumo.

A concessão de crédito tem sido, em diversos países, usada como mecanismo de estímulo econômico, além de forma de combate à pobreza e inclusão social pela via do mercado (JARDIM, 2009). O pressuposto é de que ela poderia servir como propulsora do crescimento, pois tem, ao menos em tese, a capacidade de fomentar o consumo, estimulando o setor produtivo a fabricar mais bens e, por consequência, empregar mais mão de obra, o que forçaria a engrenagem, o ciclo da economia, a se mover com maior circulação de pessoas, mercadorias e moeda.

Seguindo tal lógica, a partir da década de 1970 tanto países desenvolvidos como subdesenvolvidos registraram crescimento significativo na oferta de crédito.

¹ O nome foi modificado para evitar a identificação.

² Forma de negociação na qual todos os contratos de empréstimos do cliente são agregados em um único, com prazo estendido e menor valor de parcela.

³ Modalidade de crédito pessoal com desconto das prestações diretamente da folha de pagamentos do cliente. Foi estabelecido pelo Governo Federal em 2003 e por determinação legal não pode ser realizado quando o valor de parcela ultrapassar um limite de 30% da renda, fato evidentemente negligenciado no caso de Dona Maria.

Uma estratégia, fomentada pela iniciativa privada ou governamental, que envolveu sobretudo as camadas populares e tornou-se, de diferentes formas, um componente cada vez mais corriqueiro nas práticas de consumo contemporâneas (VILLARREAL, 2004, 2014; GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2014; WILKIS, 2014).

O acesso ao crédito representa uma oportunidade de antecipação da renda, ampliando o poder de compra e a capacidade de consumo em contextos nos quais os recursos econômicos são insuficientes para a aquisição dos bens e produtos desejados ou necessários. Uma estratégia viável de acesso ao consumo e de gestão do orçamento, que, no entanto, não constitui um mecanismo neutro, trazendo consigo uma série de riscos (WILKIS, 2013). Evidências sugerem que um elevado comprometimento da renda com o pagamento de dívidas e prestações pode conduzir a uma relação de dependência e vulnerabilidade, comprometendo o equilíbrio financeiro diante de crises ou situações inesperadas, resultando em sérias dificuldades (FRADE; LOPES, 2009; FRADE; CONCEIÇÃO, 2013; SANTOS; COSTA; TELES, 2013). Resumidamente:

O crédito ao consumidor possibilita aos indivíduos adquirir bens, quando seu rendimento presente não o permite. Ele pode ser uma chave importante para a mobilidade social e *status* (por exemplo, aquisição de imóvel próprio) e um método de aliviar flutuações na renda. Ele pode ser potencialmente uma fonte importante para o desenvolvimento individual. Ao mesmo tempo a dívida pode aumentar a vulnerabilidade e marginalidade para aqueles com rendimentos mais baixos e em empregos precários [...]⁴ (RAMSAY, 1998, p.192, tradução nossa).

O caso de Dona Maria, junto às histórias de outros clientes, compõe um conjunto de notas colhidas em um diário de campo no decorrer de um período de três anos de trabalho em uma agência bancária no centro de Porto Alegre⁵. Nesses anos tivemos contato diário, cobrando e renegociando dívidas, com um grande número de pessoas, cujos relatos, de caráter diverso, expressavam, em geral, situações bastante controversas. Alguns demonstravam evidente satisfação pelas possibilidades que o crédito lhes proporcionava. Entre elas, por exemplo, o acesso ao imóvel e veículo próprios, ou mesmo a capacidade de investir na educação dos filhos. Outros, porém,

⁴ “Consumer credit permits individuals to purchase many capital assets when their present income would not permit an outright purchase. It may be an important key to social mobility and status (e.g. home ownership) and a method of smoothing over fluctuations in income. It can be potentially an important source for individual self-development. At same time debt may increase vulnerability and marginality for those on lower incomes and in precarious employment [...]”

⁵ Essas notas não foram utilizadas neste estudo por questões éticas e de sigilo bancário.

revelavam sentimentos de angústia e completo desespero pelo crescimento excessivo e a perda de controle sobre as dívidas.

Essas situações ilustram o peso crescente que o crédito ao consumo e o endividamento adquirem, de forma cada vez mais frequente, na vida de muitos indivíduos. Elas revelam em escala microsociológica algumas relações e consequências que políticas e eventos mais amplos guardam com a realidade cotidiana das pessoas e constituíram o ponto de partida que deu origem a esta investigação. A partir dessas experiências e contatos, formulamos alguns questionamentos básicos que guiaram a construção desta pesquisa. Resumidamente: que fatores levam indivíduos como Dona Maria a consumir além de suas posses? O que os torna suscetíveis a recorrer a um recurso oneroso, a médio e longo prazos, em busca de um consumo imediato? Para responder essas questões realizamos uma pesquisa exploratória – empírica e teórica – que foi fundamental na configuração que viria tomar esta investigação.

Num processo de “artesanato sociológico”, como diria Mills (1975), percalços e dificuldades levaram a barreiras incontornáveis, mas também a novos achados, definindo e redefinindo nossos rumos e objetivos. O primeiro desafio foi teórico, pois embora os empréstimos e o endividamento constituam uma importante alavanca do consumo, eles ainda constituem facetas pouco exploradas da financeirização (SANTOS; COSTA; TELES, 2013; WILKIS, 2014). No cenário internacional, o mercado de crédito, as finanças e o endividamento têm sido estudadas a partir de múltiplos focos. Desde uma ênfase nas causas e consequências das dificuldades financeiras (KEMPSON, 2002; COLLARD; KEMPSON, 2005), interpretações de leis de falência (SULLIVAN; WARREN; WESTBROOK, 1999), as raízes históricas do mercado de crédito e de uma cultura das finanças (CALDER, 2009; LOGEMANN, 2012), as relações entre endividamento, mobilidade econômica e desigualdades sociais (CYNAMON; FAZZARI, 2008) ou mesmo a participação dos indivíduos e famílias no mercado financeiro de maneira mais geral (ERTURK *et al.*, 2007).

Na América Latina, e particularmente no Brasil, a literatura sobre o tema é mais escassa, interpretando tais fenômenos sob a ótica da exploração, da alienação e da fragmentação social⁶. Slomp (2008), por exemplo, refere-se ao consumismo, como a característica mais marcante da contemporaneidade e principal responsável por levar

⁶ Para algumas abordagens distintas ver, entre outros: Muller (2009), Muller e Vicente (2012); Wilkis (2013, 2014); Villarreal (2004); e Gonzalez (2015).

as pessoas a contrair dívidas, comprometendo sua renda. O endividamento, nesse sentido, é reflexo de uma “sociedade de consumo”, que Silva (2008) e Muller (2010), consideram influenciada pelo acesso facilitado ao crédito e capaz de gerar em um ambiente marcado pelo individualismo uma “cultura do endividamento” como mecanismo de satisfação do consumo, ou, nos termos de Erich Fromm (1980), de uma satisfação do desejo de “ter” em detrimento do “ser”.

Às dificuldades relacionadas ao campo teórico se somam os problemas encontrados também no terreno empírico, a etapa mais difícil de ser contornada. Toda pesquisa necessita coletar evidências que sustentem ou refutem as hipóteses e respondam os objetivos e questionamentos propostos. Essas evidências exigem um recorte específico, cuja seleção deve ser não somente plausível e exequível, mas também suficientemente justificada (BAUER; AARTS, 2002).

Nosso projeto inicial contemplava um estudo de caso com os clientes atendidos na agência bancária, que considerávamos, ao menos hipoteticamente, ser de fácil acesso. Isso demonstrou, ao final, não passar de um profundo engano. O fato de ser funcionário do banco, pois longe de facilitar, restringiu nosso acesso aos dados e sujeitos da pesquisa. A partir da ótica dos clientes, o papel de pesquisador simplesmente inexistia. Diante deles éramos representantes da instituição financeira encarada por vezes como a culpada pelos seus problemas. Do ponto de vista da instituição bancária, o acesso aos dados decorria do cargo ocupado e, portanto, não poderiam ser utilizados para outros fins sob nenhuma hipótese.

A permissão para a realização da pesquisa com os clientes da agência foi negada, sob argumentação de que representaria quebra de sigilo bancário, mesmo com a garantia de que seriam mantidas a confidencialidade e o anonimato dos entrevistados. Insistir nesse quesito, portanto, resultaria em sério risco de infringir questões éticas e legais, podendo levar à demissão e a um processo judicial. Diante da impossibilidade de trabalhar com os clientes do banco, portanto, nos vimos forçados a abandonar os propósitos originais.

O acesso aos dados, já difícil, foi inviabilizado completamente depois que optamos por abandonar o emprego e dedicar-nos exclusivamente à pesquisa. As anotações pessoais foram guardadas e serviram às nossas reflexões sobre o fenômeno enquanto nos dedicávamos a encontrar outro recorte empírico. Nessa busca conhecemos o Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento do Consumidor, com funcionamento em Porto Alegre desde 2007. Ele é resultado de uma

parceria entre entidades como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que, ligado à faculdade de Direito e em conjunto com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), mantém o Observatório de Crédito e Superendividamento do Consumidor⁷. Esse observatório visa diagnosticar problemas relacionados à concessão de crédito, estimulando discussões e troca de experiências sobre políticas de prevenção e tratamento do fenômeno. Ali se encontra reunido um banco de dados com informações de natureza estatística de todos os consumidores já atendidos, além de possuir um vasto e rico acervo documental com dados sobre as audiências (atas e relatórios).

Essas informações são resultado de uma iniciativa projetada e mantida por diferentes entidades, com recursos públicos e uma função específica: fundamentar um projeto de lei aplicável a situações de endividamento no país. Nesse sentido, consideramos que eles são, ou ao menos deveriam ser, de natureza pública, estando acessíveis a qualquer pesquisador, estudante ou cidadão interessado, desde que mantidos determinados limites legais e éticos. Essa, porém, não foi a realidade com que nos deparamos.

Durante meses foram incontáveis telefonemas, e-mails, visitas e muita negociação para, enfim, iniciarmos uma etapa de estudos exploratória, sem que, no entanto, o acesso aos dados secundários tenha sido disponibilizado. Pensávamos realizar uma investigação pautada por uma metodologia mista, analisando as informações de caráter estatístico, os dados derivados do acervo documental e, prioritariamente, efetuar um conjunto de entrevistas qualitativas com os indivíduos atendidos. Sem acesso aos dados, no entanto, nos vimos mais uma vez forçados a abandonar a ideia.

Em função das dificuldades de entrada no campo e da peculiaridade do objeto acabamos por redefinir nosso problema e abordagem de pesquisa, optando por um foco essencialmente qualitativo. Essa decisão levou em consideração o fato de que, embora variados, de difícil acesso e bastante fragmentados, elementos empíricos quantitativos existem de forma suficiente para fornecer um panorama da expansão do crédito e das dívidas no Brasil. Eles não permitem análises mais aprofundadas ou sistemáticas, e por isso são utilizados aqui como um recurso auxiliar. A opção por uma metodologia qualitativa, porém, foi considerada um meio relevante de tratar essas

⁷ Informações adicionais no site: << <http://www.ufrgs.br/ocsc/web/>>>.

questões em decorrência da limitada atenção dedicada aos aspectos sociais desses problemas a partir de uma perspectiva desse tipo (HENNIGEN, 2010).

Nosso objetivo, portanto, é analisar a expansão do crédito e do endividamento no Brasil desde uma perspectiva metodológica qualitativa. Tomamos como unidade de análise os indivíduos atendidos no Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento do Consumidor, em Porto Alegre. Buscamos explorar a situação de superendividamento em detalhes a partir da visão desses sujeitos. Uma perspectiva centrada nos indivíduos, mas que ao mesmo tempo tenta não ignorar o horizonte de políticas, eventos e fenômenos mais amplos que lhes serve de contexto. Nesse sentido, exploramos as narrativas dos sujeitos identificando as condições de vida que levaram à ocorrência de suas dificuldades; suas repercussões nas relações sociais, familiares e de trabalho; os modos como são sentidas, entendidas e interpretadas; e as eventuais formas de enfrentamento.

Essas histórias revelam elementos sobre as trajetórias, condições e circunstâncias de vida no momento em que as dívidas se iniciaram, as quais buscamos situar num contexto mais abrangente, destacando elementos que numa abordagem de natureza macro ou quantitativa restariam ocultos. Para isso, propusemos algumas indagações propriamente sociológicas que buscamos responder. Elas podem ser resumidas da seguinte forma: por que razões os indivíduos fazem uso de mecanismos de crédito? Que tipo de produtos, bens e serviços eles consomem e em que condições? Que processos os conduzem a se endividarem além da capacidade de pagamento? Que consequências ou repercussões o endividamento implica para o conjunto de suas relações sociais? Como vivenciam sua situação e que estratégias utilizam para lidar com ela? Como compreendem e interpretam suas dificuldades financeiras e que significados e percepções associam a elas?

Levantamos um conjunto de hipóteses a partir de nossa etapa exploratória de pesquisa que, ao conduzir essa investigação, nos serviram como guia. Estabelecendo algumas de modo bastante específico, primeiramente, entendemos que o endividamento não pode ser analisado unicamente em função de atitudes e comportamentos que poderiam ser caracterizados como consumistas. Em segundo lugar, acreditamos que esse fenômeno possui múltiplas facetas e dimensões e, portanto, extrapola questões de ordem meramente material ou econômica. Sua lógica, não pode ser reduzida a uma série de fluxos monetários utilizados de forma estratégica para lidar com rendimentos insuficientes, irregulares ou diante de

situações imprevistas. Compreendemos que as relações de crédito e dívida possuem uma dimensão social e simbólica ligada a formas distintas de apropriação de bens, e ao mesmo tempo envolvem uma diversidade de laços e redes de obrigação social. Elas são, portanto, essencialmente relações sociais e, como tais, implicam uma série de dimensões, que remetem a questões como responsabilidade, honra, status, moralidade, dignidade, ou mesmo culpa, em torno das quais se conformam as percepções a seu respeito e a compreensão sobre seu uso e consequências.

Além disso, defendemos ainda algumas questões mais gerais. Entre elas, que a desregulação das finanças transformou, como sugere Lapavitsas (2009), as condições de vida dos trabalhadores, convertendo sua renda em fonte de lucros ao torná-los dependentes de mecanismos financeiros para praticamente toda forma de consumo, como por exemplo, alguns serviços essenciais como saúde, educação, previdência e habitação. A financeirização encontra sua expressão mais patente na democratização do crédito, tomada aqui, a partir do caso brasileiro, como recorte e representação empírica desse fenômeno.

A consequência da democratização do crédito é uma inversão da dinâmica econômica, que, em detrimento da produção, prioriza o consumo e sua gratificação ao vender a força de trabalho de forma antecipada através das dívidas. A relação que se estabelece é comparada por Baudrillard (2012) às velhas relações de dependência, de suserania e vassalagem, típicas do mundo feudal, tendo como uma de suas consequências a ocorrência de algumas situações que acreditamos, em certa medida, poder ser comparadas ao conhecido mito grego que dá nome a este trabalho. Explicamos: numa disputa por terras com o Rei Egípcio, seu irmão, o Rei Dánao, foi forçado a exilar-se com suas 50 filhas, as Danaides. Perseguidas por seus primos, filhos do inimigo, por força das contingências viram-se forçadas a contrair matrimônio com eles, todas na mesma noite. Desconfiando das intenções dos sobrinhos e futuros genros, o Rei Dánao ordenou às filhas que matassem seus maridos, degolando-os na noite de núpcias. Elas obedeceram ao pai e, por conta de seu ato, foram condenadas no Tártaro (equivalente grego do inferno ou purgatório cristão) a expiar seus pecados por toda a eternidade, enchendo com água toneis sem fundo. A expressão “tonel das Danaides” passou a figurar uma situação de esforço inacabável, trabalho eterno, sem resultados e que nunca se esgota, ou um sofrimento contínuo gerador de angústias

infindáveis⁸, numa alegoria que acreditamos representar algumas das consequências do superendividamento.

Para responder às indagações colocadas e atingir os objetivos propostos, procedemos a uma coleta de dados primária pautada por entrevistas qualitativas com roteiro semiestruturado⁹. Ele serviu de guia no processo de coleta dos dados empíricos e foi organizado a partir do conjunto de questões que levantamos e das evidências encontradas na etapa exploratória de pesquisa, cobrindo uma série de tópicos que julgamos relevantes para abordar as relações sociais e econômicas cotidianas relacionadas ao crédito.

Resumidamente, nosso roteiro questiona os respondentes acerca das razões que os levaram a buscar ajuda, explorando em detalhes sua situação financeira e, quando pertinente, a de outros membros do grupo familiar. São indagadas questões socioeconômicas (sexo, idade, ocupação, estado civil e etc.), e, além disso levantadas informações a respeito de seus rendimentos, a fonte de seus recursos e os padrões de gasto e despesa mais recorrentes. Além de identificar algumas questões referentes a essa dimensão econômica – como as formas de organização das finanças, estrutura de renda e padrões de despesas –, procuramos contextualizar as narrativas com outros fatores, como alguns eventos pelos quais os entrevistados tenham passado recentemente e que considerem significativos para a conformação de seus problemas. Centramos, portanto, as perguntas nas práticas econômicas e sua relação com contextos específicos ligados às dificuldades que estes enfrentam. Adicionalmente também procuramos analisar como eles compreendem sua condição, que percepções, valores e sentimentos expressam a seu respeito e de que forma sentem seus efeitos ou buscam lidar com ela.

Foi selecionada uma amostra aleatória – pautada por critérios de acessibilidade e conveniência sem pretensões de representatividade num sentido estatístico – de consumidores atendidos pelo Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento, no Fórum Central em Porto Alegre. Realizamos um total de 18 entrevistas entre 25 de maio de 2015 e 16 de julho de 2015, com 19 indivíduos, gravadas sempre que obtido consentimento dos participantes. Consideramos um conceito subjetivo de superendividamento, de caráter autodeclarado, abordando, portanto, todos os sujeitos que se dirigiram ao projeto em busca de auxílio para seus problemas financeiros – ou

⁸ Para uma explicação geral a respeito do mito sugerimos ver: Kury (1990).

⁹ O roteiro das entrevistas encontra-se nos anexos ao final desta dissertação.

seja, entendiam sua situação como um problema – e tiveram seu pedido acolhido com agendamento de uma sessão de conciliação com os credores.

O material de áudio foi integralmente transcrito e submetido a um processo de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011). Além das entrevistas qualitativas – foco empírico principal – também coletamos um conjunto de dados secundários a partir de pesquisa bibliográfica e documental, que serviram a uma contextualização da problemática do endividamento no Brasil, fornecendo também elementos que justificam nosso recorte empírico e metodológico.

Nossa delimitação e recorte, ao mesmo tempo empírico e conceitual, decorrem de dois pontos relacionados à peculiaridade do objeto. Em primeiro lugar, existe uma dificuldade empírica devido ao fato de que os endividados não constituem um grupo homogêneo ou com contornos claramente definidos. Isso torna o acesso a esses sujeitos particularmente difícil. Em segundo lugar, o endividamento diz respeito a um assunto privado, permeado por considerações morais e sobre o qual as pessoas não gostam de falar, principalmente com estranhos. Encontrar, portanto, um indivíduo que declare publicamente seus problemas financeiros é tarefa quase impossível, mas favorecida pelo Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento, que possibilita contato com essa população.

A fim de facilitar nossa exposição, esta dissertação se encontra organizada da seguinte forma: no capítulo que segue a esta introdução, realizamos um apanhado geral da discussão teórica em torno do crédito e da dívida, tomando como foco principal uma literatura de cunho mais propriamente sociológico. A esta adicionamos alguns elementos de campos relacionados – Economia, Direito e Psicologia, principalmente – quando considerados relevantes para aprofundar a discussão. No capítulo subsequente (capítulo 3), tratamos do superendividamento como forma crítica, crônica e exacerbada das dívidas, que entendemos como fenômeno decorrente das distintas transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, tanto na esfera da produção como do consumo. São apresentadas algumas das principais questões em torno à temática, entre elas discussões conceituais e uma delimitação do endividamento na literatura internacional. No capítulo 4, abordamos, a partir de dados secundários, alguns aspectos centrais do processo de expansão do crédito no Brasil e a questão do crescimento do endividamento da população. Já o capítulo 5 trata dos aspectos metodológicos desta investigação, descrevendo o contexto do campo empírico, bem como os métodos de coleta e análise dos dados.

No capítulo 6, apresentamos a análise e interpretação dos dados coletados em campo. Por fim, as considerações finais oferecem uma breve recapitulação em linhas gerais trazendo reflexões sobre as possíveis contribuições deste trabalho e questões ainda em aberto para futuras discussões.

2 CRÉDITO, CONSUMO E ENDIVIDAMENTO

O historiador americano Lendol Calder (2009) afirma, de um modo um tanto sarcástico, que atualmente um cidadão americano ter seu cartão de crédito bloqueado poderia ser considerado algo equivalente a ser excomungado no contexto da Idade Média. O que ele pretende destacar com tal comparação é a importância que o crédito e o endividamento detêm no interior da dinâmica capitalista, bem como em muitos âmbitos da vida contemporânea associados a essa dinâmica.

Esses fenômenos foram cruciais na conformação de uma sociedade de produção e de consumo de massas no século XX, mas, paradoxalmente, até recentemente constituíam tópicos negligenciados no campo das Ciências Sociais. Desde a crise financeira de 2008, porém, o Instituto Internacional de Finanças (IIF) – formado pelos maiores bancos do mundo – estima que o endividamento das famílias aumentou em US\$ 7,7 trilhões em todo o mundo, sendo cerca de US\$ 6,2 trilhões, ou aproximadamente 80%, pertencentes somente ao conjunto de países emergentes. O endividamento atingiu patamares preocupantes em lugares bastante distintos como Tailândia, Coréia do Sul e Malásia, ou ainda entre os países que pertencem ao conjunto dos BRICS, como Rússia, Índia, China, África do Sul e o Brasil, que se encontra hoje entre os dez países com maior índice de endividamento *per capita* (EXAME, 2015).

No cenário internacional o fenômeno do superendividamento tem chamado atenção, a exemplo de um recente relatório do Banco Mundial (MARQUES, 2013), expressando preocupação com a temática, além de sucessivos debates desenvolvidos no Mercosul, entre Uruguai, Brasil e Argentina, resultando num conjunto de medidas e ações possíveis de serem adotadas, condensados na *Declaração de Salvador*¹⁰. Diante desse contexto, historiadores, economistas, sociólogos e cientistas políticos, entre outros investigadores, constaram que as finanças não afetam somente empresas e Estados, mas o conjunto da sociedade e ao se debruçarem sobre o tema dão origem a uma nova e pulsante agenda de pesquisa (CALDER, 2009; BURTON, 2012; LOGEMANN, 2012; KUS, 2013; SANTOS; COSTA; TELES, 2013; WILKIS, 2014)

¹⁰ A *Declaração de Salvador* pode ser consultada em:<< <http://www.ufrgs.br/ocsc/mirror/99aeb3e62ac963e0dc30f9846c667caa/1.pdf> >>. Acesso em 06 de abr. de 2016.

“Sociedade endividada”, “sociedade de crédito”, “sociedade de risco” e “economia do endividamento” são alguns conceitos e metáforas formulados ao tentar compreender esses fenômenos. As pesquisas ainda são incipientes e seus resultados, conclusões e interpretações bastante controversos. Uma das razões é a divergência, tanto teórica como metodológica, devido ao fato de que as análises em torno do desenvolvimento do mercado de crédito e suas consequências sociais são exploradas desde múltiplas perspectivas.

O debate em torno da questão envolve também alguns argumentos de forte caráter moral (PEEBLES, 2010), a partir dos quais acadêmicos, políticos e a mídia traçam suas análises. Uma visão mais conservadora relaciona, por exemplo, o endividamento com formas de consumo inconsequentes e irresponsáveis. Considera-se que ele esteja ligado ao contexto contemporâneo que alguns denominam de uma “sociedade de consumo”, em que a satisfação imediata de desejos é essencialmente valorizada. Outros, numa posição mais crítica, entendem que a expansão das dívidas revela algumas consequências de um contexto econômico de instabilidade, que, sobretudo a partir da crise, tem afetado os padrões de consumo e despesa dos indivíduos.

2.1 CRÉDITO E DÍVIDA

A dívida e o crédito, segundo alguns teóricos sociais têm atuado na sociedade contemporânea como mecanismos determinantes na conformação das relações sociais e da própria dinâmica econômica, suplantando outros elementos como a produção e o consumo (LAZZARATO, 2013). As interpretações e posicionamentos são objeto de controvérsias, que envolvem algumas considerações acerca de questões éticas e morais em relação ao campo econômico e financeiro.

Calder (2009) afirma que se *“a dívida é um conceito econômico. Ela é também uma condição moral”*¹¹ (p.74, tradução nossa), e podemos, nesse sentido, considerar que é em torno de questões dessa natureza que o crédito e o endividamento aparecem nas Ciências Sociais, na literatura e na cultura popular, essencialmente em duas perspectivas com lógicas bastante distintas. Em primeiro lugar, há uma diferença na forma como o crédito e a dívida são encarados, de forma separada. Em relação ao endividamento, há uma certa tendência de enxergá-lo como algo negativo. Discursos

¹¹ *“Debt is an economic concept. It is also a moral state.”*

críticos usam termos e tons alarmistas associando as dívidas a medidas de estresse social, insustentabilidade e crise. Eles produzem uma imagem de excesso que localiza o endividamento numa “*espiral descendente de falência moral e material*” (GELPI; JULIEN-LABRUYÈRE, 2000, p.16). Já o crédito goza de melhor reputação, visto com frequência como instrumento benéfico, que compreende, de forma concomitante, condição de inclusão social, igualdade e cidadania. Além de expressar uma fonte de realização da liberdade individual e ser “[...] *fator de integração social e de crescimento econômico*” (GELPI; JULIEN-LABRUYÈRE, 2000, p.25).

Essa visão, essencialmente otimista, se insere numa corrente que Calder (2009) considera responsável por difundir um dos grandes mitos em torno ao crédito: “o mito do crédito como grande democratizador”. Ela pode ser ilustrada na perspectiva do pensador Niall Ferguson (2008), que em seu livro *The Ascent of Money*, encontra no crédito um elemento chave para dinamizar as relações de troca numa economia de mercado. Ao mesmo tempo que o compreende como um recurso à liberdade e ao desenvolvimento econômico.

Ferguson (2008) entende que a pobreza, antes de ser resultado de um processo de exploração dos setores vulneráveis da população por instituições financeiras inescrupulosas, decorre da ausência de bancos, pois acredita que a inexistência de redes seguras de crédito não permite a consumidores e empreendedores ter acesso a fontes de capital, conduzindo-os, forçosamente – seja para consumo ou investimento – ao uso de mecanismos informais, como empréstimos com agiotas, mais caros e arriscados. Ele defende a “inclusão financeira”¹² como estratégia de combate à pobreza, a respeito da qual argumenta que somente quando os poupadores dispuserem de instituições confiáveis para depositar seu dinheiro, este poderá ser canalizado na forma de empréstimos aos interessados em investi-lo de maneira produtiva.

Essa visão hegemônica no campo econômico encontra sua síntese perfeita na definição de John Kenneth Galbraith, a seguir:

A função do crédito, numa sociedade simples, na verdade é notavelmente igualitária. Permite ao homem com energia e sem dinheiro participar da economia mais ou menos em pé de igualdade com o homem que possui capital próprio (GALBRAITH, 1983, p.76).

¹² Para uma proposta similar que tem servido de referência para programas de “inclusão financeira” e de microcrédito em diversos países em desenvolvimento, sugerimos ver Prahalad (2009).

As estratégias de fomento ao crédito operadas pelo governo brasileiro seguiram orientação de uma perspectiva similar, conforme podemos verificar num trecho de um discurso proferido em meados de 2014, pelo então Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Numa observação próxima ao pensamento de Ferguson (2008), ele defendeu nessa ocasião que uma “*verdadeira revolução na oferta de crédito estimula o crescimento*”, associando o período de expansão do PIB dos últimos anos e, além disso, a própria melhoria relativa nas condições de vida dos mais pobres, como benefícios diretamente ligados a esta política (PASSOS, 2014).

A ótica do *mainstream* econômico fundamentada nos pressupostos de racionalidade e maximização da utilidade interpreta as decisões de acesso ao crédito, seja produtivo ou direcionado ao consumo, como uma modalidade de investimento, de forma muito similar em duas teorias econômicas: na chamada “teoria do ciclo de vida”, de Franco Modigliani; e na “hipótese do rendimento permanente”, de Milton Friedman (SANTOS; COSTA; TELES, 2013). Ambas, de forma geral, assumem que o consumo depende de expectativas relativas ao rendimento médio, numa relação de longo prazo, considerando a renda que os indivíduos esperam auferir ao longo de suas vidas.

A previsão é de que, pautados por considerações de custo/benefício, exista certa preferência pelo consumo imediato em detrimento da poupança e do planejamento para consumo no futuro, sobretudo no período da juventude, quando os rendimentos são menores e os custos da aquisição de bens e formação inicial de patrimônio são proporcionalmente mais elevados. É tido como racional o recurso ao crédito para usufruir de padrões de consumo superiores à renda. Ao mesmo tempo, existiria certa expectativa de progressão da renda ao longo da vida, que, em determinado momento, permitiria não somente arcar com seus custos, mas também passar a poupar para a aposentadoria.

Essa posição, ainda que recorrente na economia, não se limita exclusivamente a esse campo disciplinar, podendo ser encontrada em perspectivas sociológicas, entre elas algumas de inspiração durkheimiana. Pesquisadores ancorados no conceito de solidariedade, entre outros, difundidos no clássico *Da Divisão do Trabalho Social*, também resgatam elementos presentes na obra do pensador francês Maurice Halbwachs. Esse discípulo de Durkheim e de Marcel Mauss, em princípios do século XX, realizou algumas pesquisas entre a classe operária francesa nas quais analisava relações entre renda e padrões de consumo, comparando semelhanças e distinções

entre classes sociais e no interior de determinados grupos. Sociólogos contemporâneos abordam o crédito a partir desse aparato analítico e conceitual. Eles enumeram, de modo similar à perspectiva destacada anteriormente, as possibilidades de inclusão e integração social ligadas a tais mecanismos, identificando algumas dimensões como o trabalho e a família, além de relações de pertencimento e identidade de classe que compreendem serem estabelecidas e influenciadas pelos níveis de renda e de consumo, cujo crédito ofertado de forma massiva contribui para alterar (LAZARUS, 2009).

No campo da sociologia econômica e das finanças, Carruthers (2009) define o crédito como uma relação entre dois ou mais atores, estabelecida a partir da decisão de uma das partes (o credor) de emprestar dinheiro a outra (o cliente/devedor). Essa relação é a essência de um sistema de empréstimos que o autor considera um dos elementos mais fundamentais de ampliação e dinamização do circuito de trocas nas economias capitalistas de mercado. Como ele afirma:

Quando a troca em uma economia de mercado acontece com base em um pagamento a prazo, uma das partes aceitou a promessa de pagamento mais que o pagamento em si. Os clientes compram coisas sem pagá-las em dinheiro na hora – em vez disso, o vendedor prorroga o crédito e aceita a promessa do pagador (CARRUTHERS, 2009, p.366).

Marx (1998), no Livro III de *O Capital*, via o crédito – no qual incluía os bilhetes bancários, as notas promissórias e os contratos de empréstimos – como a forma mais desenvolvida de circulação do dinheiro no capitalismo. Ele possui a capacidade de expandir a dinâmica de acumulação capitalista ao acelerar as trocas e a circulação de mercadorias, ao mesmo tempo faz surgir o que o pensador alemão denomina como um “capital fictício”, ligado ao mundo das finanças e desconectado da esfera da produção, que acaba por conformar o principal desencadeador das crises financeiras no interior do sistema capitalista.

Nos textos de sua juventude, entretanto, – entre eles principalmente os *Grundrisse* e os *Manuscritos econômico-filosóficos* – pode-se observar uma análise em torno ao crédito e às dívidas desde uma perspectiva mais ampla, menos sistêmica, mais concreta, que as compreende como formas estabelecidas de relação social e

econômica – entre capitalistas ou entre capitalistas e trabalhadores – como indivíduos, e não ainda como classes¹³.

Na introdução dos *Grundrisse*, Marx (2011) articula o crédito e as dívidas ao sistema de produção e consumo, de modo similar àquele que voltaria a apresentar mais aprofundadamente em sua obra derradeira (o Livro III de *O Capital*). Porém, lançando luz sobre algumas questões muito próximas ao que atualmente Carruthers (2009) refere como uma relação contratual estabelecida por uma promessa, Marx (2011) articula o crédito e a dívida entre si defendendo que não podem se constituir de maneira isolada. O pensador alemão compreende que ambos elementos se formam de modo complementar e recíproco, na medida em que o crédito somente pode se realizar quando a oferta de empréstimos ocorre por parte do credor e, ao mesmo tempo, o devedor aceita e assume a dívida na forma de um compromisso, concretizando a relação e dando ao crédito sua própria razão de existir.

Além de Karl Marx, Carruthers (2009) ainda desenvolve algumas de suas ideias inspirado nas considerações e nos conceitos desenvolvidos por outro pensador clássico: Max Weber, em sua obra *Economia e Sociedade*. Nesse trabalho o autor define:

Chamamos 'crédito', no sentido mais geral, toda troca de poderes de disposição sobre bens materiais atualmente possuídos pela promessa de uma transferência futura do poder de disposição sobre outros bens materiais, de qualquer espécie. A concessão de crédito significa, antes de mais nada, a orientação pela possibilidade de efetivamente realizar-se essa transferência. Crédito, nesse sentido, significa primariamente a troca do poder de disposição de uma economia sobre bens materiais ou dinheiro – poder do qual esta carece no momento atual, mas que espera obter em excesso no futuro – pelo poder de disposição de outra economia, existente atualmente, mas não utilizado para fins próprios (WEBER, 1994, pp. 49-50).

A relação da promessa ou, como Weber (1994) se refere, a “probabilidade” ou “expectativa de retorno futuro”, constituem pontos-chave dessas transações que envolvem um forte ambiente de incerteza por parte daquele que concede o crédito de que o devedor devolverá o que lhe foi cedido (WILKIS, 2013). Nesse sentido, o crédito com frequência envolve, nas análises e debates no campo sociológico, um importante componente ligado a essas questões: a confiança, considerada fundamental, não somente nas considerações das relações de crédito de forma específica, mas também

¹³ Para um panorama das perspectivas de Marx em torno ao crédito sugerimos ver Lazaratto (2013).

como condição essencial na manutenção das relações econômicas ao conferir estabilidade a instituições sociais como o governo e os bancos.

Alguns estudiosos se dedicam a analisar historicamente as transformações pelas quais o sistema de crédito e dívida tem passado desde o desenvolvimento do capitalismo até a contemporaneidade. Para muitos pesquisadores, entre eles Carruthers (2009), as relações de confiança na modernidade são estabelecidas em bases distintas se comparadas a instituições econômicas e formações sociais pré-industriais ou pré-capitalistas. Considera-se que, supostamente, em grupos sociais menos complexos e formações sociais de organização econômica distinta da capitalista, as transações de crédito sejam mantidas tendo como componente suficiente uma lógica de “confiança interpessoal”, relacionada aos laços sociais entre os atores envolvidos, capaz de estabelecer sistemas de obrigação e de reciprocidade. Em contraste, muitos presumem que nas transações econômicas modernas sobressai, sobremaneira, um caráter formal e contratual em relação à promessa exigida pelos credores. As operações de crédito são avaliadas por modernos mecanismos de gestão de risco, sustentadas e legitimadas por um ambiente institucional impessoal e abstrato, pautado por parâmetros objetivos e racionais. Neste contexto, os vínculos se estabelecem de maneira indireta e a garantia de manutenção da promessa ocorre em função da interferência de um elemento externo que medeia as relações – como o Estado – responsável por aplicar as normas e regulamentações do sistema jurídico ou monetário. Uma lógica que o pensador alemão Niklas Luhmann (2005) caracteriza como uma forma de “confiança sistêmica” (CARRUTHERS, 2005; WILKIS, 2014).

Tal temática de análise dos sistemas de crédito e dívida, suas distintas lógicas de funcionamento em diferentes contextos históricos, sociais e culturais, e transformações com o advento da economia moderna, é objeto de duas investigações pioneiras no campo. Primeiramente, em uma pesquisa empírica desenvolvida pelo antropólogo Clifford Geertz (1962) a respeito do desenvolvimento de mecanismos de oferta de crédito formal em regiões da África e Ásia. Em segundo lugar, num importante trabalho de Bourdieu, Boltanski e Chamboredon (1963; *apud* WILKIS, 2014) no qual analisam a evolução das práticas de crédito no contexto da França no pós-guerra.

Ambos desenvolvem suas análises seguindo uma linha de argumentação muito similar, na qual consideram que a introdução de mecanismos modernos de crédito –

formais, impessoais e racionais – causaram o declínio de outras formas anteriormente existentes no interior de redes locais e comunitárias e das lógicas que as orientavam (familiares, comunitárias ou religiosas). Entretanto, nas duas pesquisas considera-se que as redes informais de crédito desempenharam um papel fundamental na transição entre sistemas econômicos tradicionais e um sistema moderno. Segundo defendem, foi no interior dessas primeiras redes que as relações comerciais se estabeleceram num primeiro momento, dando início a um processo de transformação de condutas e éticas econômicas que permitiram a consolidação e expansão de um mercado institucionalizado (WILKIS, 2014).

Essas análises encontram certas limitações ao compor o que se pode denominar de uma “*grande narrativa de modernização*” do crédito (LACAN; LAZARUS, 2015), defendendo uma espécie de tese “sequencialista”, um “[...] *modelo por etapas que associa o crédito informal ao atraso ou à tradição e o crédito formal ao desenvolvimento e à modernidade*”¹⁴ (WILKIS, 2013, p. 151, tradução nossa)¹⁵. Apesar disso, elas são pioneiras no campo de estudos do crédito ao consumo e do endividamento, servindo de influência fundamental a uma série de estudos desenvolvidos contemporaneamente nas Ciências Sociais.

Um exemplo é a análise desenvolvida por Bruce Mann (2009) que, em seu livro *Republic of debtors*, no qual narra historicamente o surgimento das leis de falência nos Estados Unidos do século XIX. Segundo a interpretação do autor, um processo de rápida expansão econômica resulta numa despersonalização das relações de crédito e no distanciamento entre devedores e credores. Transações econômicas anteriormente realizadas diretamente entre as partes tornam-se impessoais, reduzidas a um mero mecanismo formal com o estabelecimento de contratos e mecanismos de regulamentação legal. Os laços e vínculos sociais entre devedores e credores são rompidos e destruídos com essa despersonalização, tornando as cortes judiciais e prisões os principais intermediários para lidar com devedores inadimplentes.

Ele considera que parte dessas relações e laços sociais perdidos são parcialmente restaurados através da instituição de uma lei de falências, que, embora

¹⁴ “[...]” modelo por etapas que asocia el crédito informal al atraso o a la tradición y el crédito formal, al desarrollo y la modernidad. ”

¹⁵ Bourdieu (2003) retoma o tema a partir de sua teoria dos campos e seus conceitos de capital econômico, simbólico, social e cultural em *As Estruturas Sociais da Economia* na qual analisa a formação do mercado de crédito habitacional na França e as relações entre os atores em seu interior.

ainda constitua um meio de intermediação entre as partes na relação de crédito (credor/devedor), permite aos devedores com problemas manter algum resquício do status social perdido em função de sua condição econômica. Ele descreve, de forma sutil, uma interpretação sobre o crédito e sua instituição na modernidade similar às considerações de outros investigadores que viriam a conformar uma corrente particular sobre a temática: uma narrativa romântica e nostálgica sobre algumas mudanças históricas supostamente ocorridas com o advento do capitalismo.

O antropólogo e ativista político David Graeber – um dos líderes do movimento *Occupy Wall Street* – pode ser apontado como um dos mais proeminentes representantes dessa crítica acerca da natureza da dívida nas relações econômicas modernas. Seu livro *En Deuda: una historia alternativa de la economía* (GRAEBER, 2012) – lançado originalmente em 2011, e desde então objeto de debate nos meios acadêmicos e midiáticos – cobre um período de 5000 anos, fartamente documentado por evidências históricas e antropológicas, no qual narra aquela que considera ser a história do lento declínio das relações sociais pautadas por um sistema de obrigações e de reciprocidade, substituídos por uma lógica econômica e financeira.

O autor estabelece uma distinção conceitual entre o que considera características peculiares entre dívidas que correspondem a formações sociais específicas.

Uma dívida é uma obrigação de pagar certa soma em dinheiro. Por isso, uma dívida, diferente de qualquer outro tipo de obrigação, pode ser quantificada com precisão. Isso permite que as dívidas sejam simples, frias e impessoais, o que, por sua vez, permite que sejam transferíveis. [...]. Não é necessário calcular seus efeitos humanos: somente os valores, proporções, taxas de juros e penalizações¹⁶ (GRAEBER, 2012, p. 23, tradução nossa).

Dívidas de caráter monetário e econômico seriam típicas de sociedades de mercado capitalistas. Decorrente da deturpação de formas originais de crédito e dívida que, entende, constituem elementos antigos na história da humanidade e parcela fundamental do processo de sociabilidade, em sociedades cuja organização econômica seria pautada por laços e obrigações sociais de caráter recíproco e comunitário. Nesse sentido, Graeber (2012) demonstra preocupações com um

¹⁶ “Una deuda es la obligación de pagar una cierta suma de dinero. Por ello una deuda, a diferencia de cualquier otro tipo de obligación, se puede cuantificar con precisión. Esto permite que las deudas sean sencillas, frías e impersonales, lo que, a su vez, permite que sean transferibles. [...]. No es necesario calcular los efectos humanos: sólo es necesario calcular el monto, los balances, penalizaciones y tipos de interés.”

processo de quantificação decorrente do uso de instrumentos monetários nas economias de mercado.

Tais constatações já se encontravam presentes em obras clássicas, entre elas *A Filosofia do Dinheiro*, de Georg Simmel. Nessa análise Simmel (2011) considera os instrumentos monetários como equivalentes a toda e qualquer mercadoria nas trocas. O mecanismo mais puro e abstrato de intercâmbio já desenvolvido pelo homem e uma das mais essenciais características da modernidade. Essa forma racional e objetiva tem implicações sobre a cultura moderna ao causar transformações nas lógicas que pautam o estabelecimento das relações sociais.

Graeber (2012) define como uma “economia humana” toda sociedade cujas relações de produção, distribuição e consumo estejam pautadas por laços e redes de relações pessoais. Em tais contextos, o dinheiro – como equivalente nas trocas – seria utilizado como “moeda social”, “[...] para criar, manter ou romper relações entre pessoas mais que para adquirir coisas” (GRAEBER, 2012, p. 208, tradução nossa)¹⁷. Em contraste, nas economias comerciais modernas o dinheiro é usado como meio de obtenção de lucro e as relações se pautam pelos princípios de um *homo economicus*, supostamente racional e calculador. O autor defende que as economias comerciais, quando em contato com “economias humanas” acabam por destruir sua lógica de funcionamento, convertendo relações sociais em uma questão de mera aritmética.

À semelhança de Simmel (2011), que já apresentava preocupações com respeito ao estabelecimento de uma economia monetária e suas consequências em relação à cultura e às relações sociais, também para Graeber (2012) o dinheiro deixa de ser um meio de intercâmbio para tornar-se um fim em si mesmo. Um ponto crucial levantado por ambos parece ser a quantificação¹⁸, entendida como o principal fator que diferencia uma dívida monetária de uma obrigação, problemática que, em certa medida, pauta as investigações de sociólogos contemporâneos, alguns preocupados em explicar a expansão do endividamento e outros mais interessados nos efeitos de um fenômeno e contexto econômico e político particular: o neoliberalismo.

Martha Poon (2009) e Donncha Marron (2009), por exemplo, compartilham um objeto de análise comum que inclui as mudanças ocorridas nos métodos e técnicas

¹⁷ “[...] para criar, manter o cortar relaciones entre personas, más que para adquirir cosas. ”

¹⁸ Também para Gorz (2003) essa questão constitui um ponto de interesse em *As Metamorfoses do Trabalho*. Nessa obra o autor remete à tese weberiana sobre a racionalidade instrumental para demonstrar que a racionalidade econômica capitalista solapou qualquer outro fim que não seja o ganho, livre de entraves morais e éticos no interior do processo de acumulação.

de análise de risco de crédito com a implementação e expansão de sistemas de tratamento estatístico de dados. Ambos narram historicamente o desenvolvimento de sistemas de classificação de risco (*credit scoring* ou *rating*) nos Estados Unidos, ocorrido principalmente a partir dos anos 1970. Embora seguindo perspectivas teóricas e metodológicas distintas, tanto Poon como Marron afirmam existir uma forte correlação entre o uso cada vez mais crescente de dispositivos tecnológicos e de recursos informatizados na medição dos riscos envolvidos nas transações financeiras e uma expansão massiva da oferta de crédito ao consumo.

Marron (2009) descreve como surgem e como são construídas práticas e métodos de cálculo utilizados para definir e avaliar os clientes, distinguindo aqueles que possivelmente podem ser caracterizados como “bons” ou “maus” pagadores. Ocupando-se mais propriamente com os efeitos dessas mudanças, este autor se apoia em um aparato analítico foucaultiano, em especial o conceito de Governamentalidade, a partir do qual aborda possíveis transformações na esfera da subjetividade e nos modos de pensar dos indivíduos em decorrência da disseminação desses instrumentos.

Também para outros autores, mudanças na esfera da subjetividade operadas pelo mundo das finanças são tópicos centrais de estudo. Entre eles, Martin (2002) aborda o que chama de a “vida cotidiana das finanças globais” e, de modo similar, Langley (2008) se propõe a analisar o que considera um processo de “financeirização da vida cotidiana”. Para esses pesquisadores a “democratização” das finanças, da qual a oferta crescente de crédito ao consumo forma parte, representa uma faceta do processo de crescente imbricação dos mercados financeiros em praticamente todas as esferas da vida social, que entendem conformar parte importante de um projeto político relacionado ao neoliberalismo – corrente política e econômica hegemônica a partir das mutações econômicas ocorridas nos anos 1970 e 1980.

Paul Langley explora a emergência de uma “nova ética neoliberal” cujas características intrínsecas entende serem uma combinação de privatização e responsabilização individual inserida numa lógica de acumulação predominantemente financeira. Segundo defende, as transformações econômicas e políticas decorrentes de um “novo padrão de acumulação” (CHESNAIS, 1996) também afetam outras esferas da vida social, conformando uma “cultura financeira” de caráter bastante contraditório. No mundo do trabalho, por exemplo, mudanças na esfera produtiva e na estrutura ocupacional incentivam iniciativas empreendedoras e novas relações de

“auto emprego”, instigando os trabalhadores a se comportarem cada vez mais pautados por uma lógica semelhante à dos investidores. Por outro lado, na esfera do consumo, a redução dos salários, os níveis de desemprego crescentes, além de novas relações de caráter precário e informal, reduzem os padrões de vida, forçando e incentivando o uso de mecanismos de crédito e o endividamento para a manutenção dos gastos e do poder de compra em declínio.

Para Maurizio Lazzarato (2013), o crédito e o endividamento também são entendidos em termos de uma relação subjetiva como questão ligada às políticas de cunho neoliberal. Em uma análise confusa, caracterizada por certa imprecisão conceitual – não distingue endividamento público de endividamento privado, por exemplo – mas nem por isso menos intrigante, o pensador italiano radicado na França se vale de teorias e conceitos desenvolvidos por Foucault, Delleuze e Guattari, que coloca em diálogo com outros teóricos, como Marx e Nietzsche. Segundo defende, o neoliberalismo representa um momento de ruptura na transição entre uma “sociedade disciplinar” e uma “sociedade de controle”. Nas primeiras (sociedades disciplinares), conforme teorizado pelo francês Michel Foucault, os mecanismos de disciplina e coerção eram externos, relacionados a determinadas instituições – a fábrica, a escola, a prisão, o manicômio – responsáveis pelo exercício de poder de forma muitas vezes violenta. Já nas “sociedades de controle”, que Lazzarato (2013) relaciona à contemporaneidade (e especialmente ao neoliberalismo), o controle, a disciplina e a coerção passam a estar introjetados nos sujeitos, que “autorregulam” suas ações incorporando padrões éticos e normas de conduta. Entre esses mecanismos de regulação das ações individuais o autor destaca como elementos centrais o crédito e as dívidas incentivados pela economia de mercado neoliberal, e por isso parte de uma estratégia não só econômica, mas sobretudo política, como instrumento de disciplinamento da força de trabalho, mantendo os trabalhadores dóceis e satisfeitos apesar do contexto de exploração em que vivem.

2.2 OS USOS DO CRÉDITO E AS CAUSAS DO ENDIVIDAMENTO

A discussão a respeito do uso do crédito e as razões para o endividamento é praticamente interminável e essencialmente controversa (PLOT, 2009). Apesar da variedade, nas últimas décadas os esforços analíticos têm se consolidado na

literatura, sobretudo em dois campos principais: de um lado, uma perspectiva que se pode denominar “culturalista” aborda o crédito ao consumo e a dívida desde um ponto de vista crítico cujo tom varia de fortes acusações aos consumidores endividados, considerados desonestos ou irresponsáveis, até outras perspectivas mais amenas, que os compreende como vítimas, exploradas e alienadas, do sistema de produção e de consumo capitalista.

Já uma segunda perspectiva, que se pode denominar de “estrutural” ou “institucional”, fundamenta suas análises no contexto econômico e político de insegurança e instabilidade decorrentes de reestruturações no campo econômico e produtivo ou mesmo da desregulamentação do mercado financeiro. A esses fenômenos, considerados como alguns dos principais fatores de influência na escalada sem precedentes do endividamento, se somam também as reconfigurações no papel do Estado como provedor de bens e serviços públicos através do corte de gastos e políticas sociais (TOKUNAGA, 1993; BRAUCHER, 2006; GONZALEZ, 2015).

2.2.1 A perspectiva cultural e a hipótese do consumismo

Inseridas na vertente que denominamos “cultural” se encontram grande parte das abordagens de natureza sociológica sobre o crédito e o endividamento. A despeito de algumas variações internas, de maneira geral, os autores no interior dessa corrente mobilizam com frequência conceitos como “sociedade de consumo” e “cultura de consumo” ao fazer referência àquelas que alguns consideram ser as características mais marcantes da sociedade contemporânea: o consumismo, o hedonismo, a valorização da satisfação imediata dos desejos e a busca constante por prazer (BARBOSA, 2004). Inspirados em posições de pensadores clássicos da sociologia, como Marx, e suas considerações sobre a alienação e o fetichismo da mercadoria, ou Simmel e Weber, em suas preocupações com os efeitos da racionalização decorrentes da modernidade, analistas problematizam a mercantilização das relações sociais que acompanha o desenvolvimento do capitalismo. Um fator elencado de forma particular é o conjunto de transformações ocorridas nos últimos trinta ou quarenta anos, que muitos consideram ter causado um processo de profundas mudanças culturais.

Os que defendem essa premissa encontram historicamente as origens dessas mudanças na sociedade de massas do pós-guerra, que entendem ter sido

transformada, lenta e gradativamente, em uma sociedade de consumo (MONTGOMERIE, 2009). Entre outros, autores como David Tucker (1991), Robert Manning (2001) e George Ritzer (1995, 2001), relacionam o acesso massivo ao crédito e o endividamento a esse processo. Eles consideram que esses elementos são ilustrativos da onda de crescente consumismo que marca o abandono de valores como a prudência, a valorização do trabalho e da poupança, presentes na descrição realizada por Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Estes acabam sendo substituídos por uma cultura do dispêndio e do excesso.

Daniel Bell (1996) traz importante contribuição ao tema em *As Contradições Culturais do Capitalismo*, obra na qual traça um panorama histórico daquelas que supostamente considera serem importantes transformações na cultura moderna em decorrência da emergência de uma sociedade de massas no século XX. O autor argumenta que a Revolução Industrial gerou avanços tecnológicos e mudanças econômicas que promoveram e possibilitaram, em primeiro lugar, uma produtividade em larga escala. O resultado dessa expansão na esfera de produção de mercadorias, aumentou sua oferta no mercado, ao mesmo tempo em que uma redução nos custos de produção e, conseqüentemente, nos preços dos produtos, as tornaram acessíveis a um conjunto maior da população. Além do preço reduzido e maior disponibilidade, Bell (1996) considera que a demanda também foi influenciada em razão de outras inovações, entre as quais cita, essencialmente, a publicidade, capaz de fomentar novos desejos, e o crédito ao consumo, que permitiu financiar a aquisição de bens de maior valor agregado, como móveis, imóveis e automóveis.

A análise de Bell (1996) é inovadora com relação a estes aspectos, que seriam posteriormente corroborados em análises mais profundas por autores como Gilles Lipovetsky (2004), na França, e Gary Cross (2000), nos Estados Unidos. Entretanto, esses elementos compõem apenas uma parte de sua obra, cuja análise vai além dessas dimensões mais propriamente econômicas, propondo, especialmente inspirado pela obra weberiana, uma articulação entre os sistemas de produção e consumo, articulados de forma indissociável no interior da dinâmica capitalista, e os elementos de ordem ética e cultural, que também entende entrelaçados ao sistema econômico.

Os sistemas de produção e de consumo conformam parte da esfera econômica e apesar de inter-relacionados, guardam entre si lógicas e mecanismos distintos de funcionamento. Tais lógicas, essencialmente incompatíveis, são o fator gerador de

múltiplas contradições na esfera da cultura, objeto central de sua crítica. Bell (1996) considera que a esfera produtiva prega a disciplina e a valorização do trabalho como elementos éticos e morais que sustentam o funcionamento do sistema como um todo. Por outro lado, a produção de mercadorias necessita uma demanda de consumo para concretizar o ciclo econômico.

A produção de massas promove a possibilidade de acesso a uma infinidade de mercadorias e por intermédio da publicidade e da propaganda convida o consumidor ao seu desfrute, gerando a médio e longo prazo uma cultura de valorização da satisfação dos desejos, responsável pela derrocada da moral e da ética protestante de valorização do trabalho. O crédito constitui elemento chave dessa relação, pois facilita, quando os rendimentos não o permitem, o acesso às mercadorias. Nesse sentido, como o autor defende, o capitalismo incentiva o pecado e é o crédito que fornece os meios necessários à sua realização.

A argumentação de Bell se assemelha, em muitos aspectos, aos posicionamentos desenvolvidos por outros autores, como Bauman (2010), que também defende a ideia de ocorrência de um processo de transição na sociedade contemporânea, passando de uma forma de organização social e econômica pautada pela centralidade do trabalho (e sua exploração) a um cenário no qual o consumo agora representa o novo vetor de sociabilidade.

Existem, entretanto, algumas diferenças que cabe destacar. Bell expressa preocupação com o hedonismo, no qual encontra o vetor de declínio da cultura do capitalismo. Bauman (2000, 2008) traz justamente o argumento oposto, entendendo o consumo e o prazer como mecanismos de controle social que, ao invés de deturpar, reforçam a lógica de funcionamento e a dinâmica de acumulação capitalista. De forma similar a Bauman, Baudrillard (2012) também entende o crédito ao consumo como processo disciplinador¹⁹, que segundo argumenta, extorque a força de trabalho na esfera da produção, cobrando, *a posteriori*, a gratificação pelo consumo oferecida de maneira antecipada.

Nesse sentido, para Bauman (2000, 2008, 2010) e Baudrillard (2012), o hedonismo é uma forma de orientação de mundo que serve ao capitalismo como mecanismo de integração social pautado por princípios de gratificação instantânea. Suas análises podem ser consideradas uma extensão, em certa medida, das

¹⁹ Numa perspectiva contemporânea similar, teórica e empiricamente fundamentadas, ver: Calder (2009) e Marron (2009).

conhecidas críticas empreendidas pelos teóricos da Escola de Frankfurt – como Adorno, Horkheimer e Fromm – à sociedade de produção e de consumo de massas, nas quais estes entendiam o consumo de mercadorias como um prazer compensatório às condições alienantes da exploração do trabalho. Comparadas a estes dois autores, a um leitor atento, as análises de Bell (1996) soam como um lamento conservador diante do que considera um processo de erosão do sistema de valores morais do sistema capitalista.

Numa linha similar à perspectiva de Daniel Bell (1996), análises mais recentes, mantendo o foco nas transformações operadas na esfera da cultura, fazem uso de metáforas e figuras de linguagem que, em alguma medida, recordam os conceitos de anomia e de solidariedade em Durkheim. Trazendo argumentos de teor “funcionalista” e “organicista”, Graaf, Wann e Naylor (2005), por exemplo, analisam o consumo em relação ao sistema capitalista como uma esfera que parece por vezes não integrá-lo, conformando uma espécie de “corpo estranho” cuja dinâmica de funcionamento independente é capaz de gerar desordem em seu interior. Com uma conotação desse tipo eles descrevem o consumismo na figura de um vírus contagioso, transmissor de uma doença cujos sintomas são: uma busca frenética por consumo, o endividamento, a ansiedade e o desperdício. O remédio: o incentivo a uma vida mais frugal.

Analogias com saúde, doença e questões de ordem orgânica também aparecem nas análises do sociólogo Robert Frank (1999), para quem o endividamento é, de maneira semelhante aos autores destacados há pouco, o sintoma de uma enfermidade que denomina de uma nova “febre de luxo”. Essa febre é a responsável por incentivar um desejo e uma demanda insaciável pela busca constante de novos bens e produtos, levando ao gasto excessivo e supérfluo. Juliet Schor (1998), num argumento similar, denomina o fenômeno como um “novo consumismo” e, da mesma forma, traça uma relação quase causal entre a escalada e a valorização pela satisfação dos desejos de consumo e o crescimento do endividamento.

Pesquisas empíricas têm sido amplamente desenvolvidas no campo da psicologia econômica em análises que relacionam fatores psicológicos (atitudes e comportamentos) dos indivíduos que possam ser determinantes no endividamento (BROWN *et al.*, 2005). Entre diversos fatores, um aspecto bastante mencionado é o materialismo (PONCHIO, 2006; PONCHIO; ARANHA, 2008), entendido como uma forma de valorização dos bens e posses materiais considerados relevantes no julgamento do comportamento e das condições sociais dos indivíduos

comparativamente aos demais que conformam seu círculo social (RICHINS, 2011). Nessa linha, considera-se que quanto maior a valorização e a relevância dadas pelos indivíduos às posses, mais se ampliam as aspirações às compras e a propensão às dívidas (SANTOS; FERNANDES, 2011). Já na década de 1990, Fournier e Richins (1991) destacavam como determinante significativo do endividamento o fato de a sociedade ter se voltado a um materialismo compulsivo. Em estudos mais recentes, Gardarsdóttir e Dittmar (2012), de forma similar, consideram que valores materialistas em uma sociedade consumista estimulam os gastos e contribuem para aumentar o endividamento.

Lunt e Livingstone (1992) comparam indivíduos endividados e não endividados em relação a múltiplas variáveis e indicadores. São levantados aspectos demográficos, sociais e econômicos que os autores concluem, isoladamente, ser pouco significativos como fatores determinantes das dívidas. Eles evidenciam, por outro lado, que alguns aspectos comportamentais, como determinadas atitudes podem ser fatores-chave com relação a tais questões. Lea, Webley e Levine (1993) corroboram esses achados encontrando associação entre elevados níveis de endividamento e alguns comportamentos como falta de autocontrole, impulsividade, consumo excessivo e uso descontrolado do dinheiro.

Evidências similares também são encontradas por Tokunaga (1993), que sugere, com base em suas investigações, existir uma certa propensão ao endividamento entre sujeitos com problemas de impulsividade, compulsão e dificuldades de autocontrole, os quais, argumenta, aparentemente não conseguem resistir à tentação de consumir, ou desconsideram, por incapacidade ou ignorância, as consequências negativas do pagamento de juros e encargos em relação aos benefícios imediatos no presente.

Tais constatações são certamente relevantes, embora controversas. A título de exemplo, podemos considerar um estudo promovido pelo Banco da Inglaterra (WALDRON; YOUNG, 2006) que procurou questionar indivíduos endividados a respeito das causas que eles consideravam ser a origem de seus problemas financeiros. As conclusões apontam que os gastos excessivos ou descontrolados constituíram apenas 30% das respostas na amostra. Outra investigação, de caráter comparativo, buscou identificar possíveis relações entre superendividamento e consumismo em países como Espanha, Itália e Escócia. Seus resultados foram quase idênticos, apontando um terço da amostra como declaradamente endividadas por

conta da adoção de comportamentos e atitudes que permitiam caracterizá-los como "gastadores compulsivos", sendo que um percentual de 12% apresentava graus consideráveis de dependência às compras e 3% atingiam níveis considerados patológicos (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

No caso brasileiro especificamente, além dos elementos já mencionados, podemos apontar adicionalmente que uma pesquisa realizada pelo SPC e pelo Instituto de Economia Gastão Vidigal sobre as causas da inadimplência encontrou como fatores primordiais em sua ocorrência situações de desemprego em 48% dos casos, e apenas 11% de menções em sua amostra relativas a gastos descontrolados (VIEIRA *et al.*, 2014). Semelhante aos dados sobre os superendividados em Porto Alegre, cujo perfil sugere que desemprego e redução da renda compõem 50,8% das causas informadas, enquanto os gastos impulsivos e compulsivos correspondem a apenas 23,9% (MARQUES, LIMA, BERTONCELLO, 2015).

O que sugerimos é que tais informações são relativamente reduzidas empiricamente de forma a compor uma variável explicativa-chave, como propõe a teoria. Ao mesmo tempo, outras fontes têm apontado uma série de fatores bastante distintos relacionados ao endividamento, como questões econômicas, sociais e culturais, que não podem ser negligenciados²⁰. Considerações a esse respeito serão objeto da seção seguinte.

2.2.2 A perspectiva estrutural e a hipótese do consumo defensivo

A explicação pelo consumismo ecoa forte no discurso econômico e político, principalmente após a recente crise financeira. Ao culpar consumidores, supostamente compulsivos, pela crise, negligenciam-se os fatores estruturais subjacentes, transferindo a responsabilidade das instituições aos indivíduos, que, implícita ou explicitamente, se assume, são irresponsáveis ou ignorantes. Tal fato providencia uma conveniente alternativa política ao problema, desviando a atenção dos fatores socioeconômicos implicados e impedindo que ocorra o debate sobre os marcos necessários para contê-lo.

Como afirma Boaventura de Sousa Santos:

²⁰Revisões desenvolvidas por uma comissão de especialistas da União Europeia sobre o superendividamento condensam evidências nesse sentido. Ver: European Commission (2008) e Consulting (2013).

O modo como se define uma crise e se identificam os fatores que a causam tem um papel decisivo na escolha de medidas que a superem e na distribuição dos custos sociais que estas possam causar. A luta pela definição da crise é, assim, um ato iminente político [...] (SANTOS, 2011, p. 15).

Nesse sentido, em oposição à “hipótese do consumismo”, uma perspectiva crítica tem se desenvolvido, sobretudo, no campo da Economia Política, enfatizando outros aspectos do endividamento. Nessa linha analítica, que denominamos como “estrutural” ou “institucional”, autores como Johnna Montgomerie (2009) e Elisabeth Warren (2004), por exemplo, destacam a importância que a desregulamentação das finanças e a “democratização” do crédito detêm em relação às dívidas.

Considerando o contexto de transformações e de reestruturação pelas quais passou a economia capitalista nas últimas décadas, os defensores dessa corrente entendem que o endividamento não constitui resultado de uma busca maluca e desenfreada de satisfação consumista. Ele representa, sobretudo, uma estratégia de manutenção do padrão de vida pela classe trabalhadora diante das consequências de crise que resultaram na estagnação ou na queda dos rendimentos, além de aumentar as taxas de desemprego e precarizar as relações de trabalho (WARREN; TYAGI, 2007; RAJAN, 2010; MONTGOMERIE, 2013). Guardadas distinções de foco e abordagem, autores inseridos nessa corrente encontram relação entre os níveis de endividamento e o declínio dos mecanismos de proteção social oferecidos pelo Estado, após sua reestruturação e rearticulação com a crise do fordismo. Pesquisas empíricas encontram uma correlação inversa entre o desenvolvimento do Estado – mensurado pelo grau de gastos públicos em políticas sociais – e o nível de endividamento da população nos países desenvolvidos (PRASAD, 2012; KUS, 2013).

O principal autor que defende tal questão é Collin Crouch (2012), para quem a crise econômica dos anos 1970 resultou na financeirização como lógica econômica e no neoliberalismo como hegemonia política, solapando em conjunto as bases do Estado de Bem-Estar Social que se consolidou no período socialdemocrata (entre 1945-1975). Num esforço de comparação histórica entre o momento atual e o cenário anterior, ele defende que o consenso econômico e político em torno do keynesianismo foi a base da prosperidade e do crescimento econômico naquele período. Eles foram possíveis em decorrência da estabilidade garantida pelo pleno emprego e pela intervenção do Estado, regulando a economia e operando investimentos em políticas sociais. Com a crise econômica dos anos 1970 tal sistema se desfaz e, diante da emergência do neoliberalismo, novas políticas destronaram o papel do Estado.

Sob a égide do neoliberalismo e da financeirização, uma série de mudanças regressivas se operam. Investimentos em bens públicos e serviços sociais são reduzidos a partir de uma completa rearticulação no papel e funções do Estado. O desemprego aumenta, as relações de trabalho se precarizam e, como um dos inúmeros resultados, a desigualdade social cresce de forma generalizada, assim como a concentração da riqueza entre as classes abastadas. Crouch (2012) defende que no período fordista os Estados operavam seus investimentos com base num sistema deficitário, mantendo gastos públicos e políticas sociais por meio de empréstimos e de um sistema de endividamento permanente, numa estratégia para estimular o aquecimento econômico. De forma complementar, Guttman e Plihon (2008) sugerem que nesse período o crédito ao consumo também serviu como um dos pilares de sustentação do crescimento ao conceder às famílias um maior potencial de consumo.

Atualmente essa relação se inverteu, dando forma a um novo modelo de “capitalismo da dívida”, em que ao contrário do endividamento estar concentrado no Estado, ele passa a ser realizado pelos indivíduos agora cumprindo o papel de estimular a economia por meio do consumo. Essa dinâmica é denominada por Crouch (2012) como uma forma de “keynesianismo privatizado”, cujo argumento Streeck (2014) resume de modo indefectível:

O keynesianismo privatizado substitui o endividamento público pelo endividamento privado como mecanismo de aumento da reserva da economia política no que diz respeito a recursos distribuíveis. Trata-se [...] do preenchimento da lacuna das promessas do capitalismo tardio do pós-guerra através de uma antecipação do poder de compra. Nesta versão, o Estado – através de uma política reguladora correspondente – limita-se a permitir aos agregados familiares que se endividem por sua conta e risco, para compensar as perdas dos rendimentos provenientes da atividade remunerada e das prestações sociais do Estado (STREECK, 2014, p. 75).

Cabe ao endividamento privado a manutenção do ciclo econômico antes incentivado pelos investimentos estatais. Entretanto, mais do que cumprir uma função econômica, Crouch (2012) argumenta que o “keynesianismo privatizado” também possui um papel político. Ele oferece ao Estado um mecanismo de “compra” da lealdade de frações da classe trabalhadora e das classes intermediárias nos países desenvolvidos diante do contexto, que Guttman e Plihon (2008) também apontam, de inflação, desemprego, alterações na estrutura do mercado de trabalho (em função

da reestruturação produtiva), estagnação dos rendimentos e aumento das desigualdades sociais nas últimas três décadas.

O endividamento serve como alternativa para a manutenção de um determinado padrão de vida e consumo, preenchendo o hiato crescente entre rendimentos e despesas (GUTTMANN; PLIHON, 2008), ao mesmo tempo gerindo a inerente tensão decorrente das condições de instabilidade e incerteza criadas pelo mercado para adaptação aos choques e às crises e a necessidade de políticas democráticas frente às demandas sociais.

Autores nessa linha corroboram com uma série de dados alguns pontos destacados. Elisabeth Warren, por exemplo, em conjunto com outros pesquisadores (HALLIDAY *et al.*, 1990; SULLIVAN; WARREN; WESTBROOK, 1999; WARREN; TYAGI, 2007), coletam evidências em processos de falência²¹ nos Estados Unidos e afirmam de maneira taxativa que o crescimento do endividamento, em diferentes países, desde a década de 1980, é um fato inegável. Ao analisar as estruturas e padrões de renda e consumo dos norte-americanos, em conjunto com os dados dos processos judiciais, descobrem que em média as famílias gastam cerca de 75% de seus rendimentos com despesas que poderiam ser classificadas como consumo corrente, ou seja, gastos básicos de sobrevivência (WARREN, 2004; WARREN; TYAGI, 2007).

Na obra *The Two Income-trap*, Warren e Tyagi (2007) analisam dados e indicadores do mercado de trabalho nos Estados Unidos, apresentando algumas questões inusitadas. Elas constatam nas últimas décadas uma expansão considerável na proporção de mulheres inseridas no mercado formal. Diante dessa incorporação, seria plausível supor que uma renda adicional, nos núcleos familiares onde as mulheres passaram trabalhar, elevaria os níveis de consumo e, por consequência, o padrão de vida em patamares proporcionais ou próximos ao valor representado por essa segunda fonte de rendimentos. Entretanto, não é o que demonstram ocorrer. As autoras encontram evidências de que no mesmo período os preços dos imóveis, aluguéis, transporte, saúde e educação, entre outros itens, cresceram substancialmente. Em consequência, o custo de vida se elevou.

²¹ *Bankruptcy*, no original, em língua inglesa é um processo de falência civil previsto no ordenamento jurídico norte-americano, visto como um último recurso para indivíduos que se encontram em dificuldades financeiras de forma crônica e insustentável.

Johnna Montgomerie (2009) reforça essas constatações ao discutir os dados de uma pesquisa que aponta a elevação das despesas com saúde e gastos médicos nos Estados Unidos numa proporção de 74% entre 2000 e 2006. Ela conclui que somente essas despesas seriam responsáveis por forçar um conjunto de aproximadamente 29 milhões de adultos a recorrer a empréstimos como meio de compensar as diferenças entre as rendas e a elevação dos custos de cobertura médica. Nesse sentido, retomando os argumentos de Warren e Tyagi (2007), estas consideram que as famílias, principalmente de classe média, cujas mulheres adentraram no mercado de trabalho, devido ao aumento dos custos de vida, sofrem as consequências do que elas denominam de uma “armadilha da segunda renda”. Ao invés de melhorar as condições socioeconômicas do grupo familiar, a renda do trabalho feminino passa a ser incorporada no orçamento como forma de manter padrões de vida semelhantes aos anteriores diante de um contexto econômico desfavorável.

Elisabeth Warren e suas colegas de pesquisa são defensoras ferrenhas das leis de falência individual, argumentando sobre a necessidade desses mecanismos de prevenção e regulação do endividamento. Em suas análises se voltam de forma direta contra os críticos desse procedimento legal de proteção dos consumidores, particularmente condenando algumas noções como a de “responsabilidade individual”, difundidas amplamente pelo que elas descrevem como o “mito do consumismo” (WARREN, 2004; WARREN; TYAGI, 2007). Essa posição, defendem, não se sustenta de acordo com as evidências empíricas coletadas e, pautada por preconceitos, é responsável por julgar, moral e valorativamente, os endividados como sujeitos irresponsáveis, descontrolados e inconsequentes.

Em suma, à guisa de encerramento desta seção, podemos verificar, de modo geral, que as posições teóricas e as evidências empíricas inseridas na corrente “estrutural” ou “institucional” sugerem uma gama bastante distinta de elementos a serem considerados numa análise do crédito ao consumo e do endividamento. Principalmente, observa-se, a gratificação instantânea proporcionada pela satisfação dos desejos de consumo parecem ser fatores que pouca ou quase nenhuma influência exercem no processo de aquisição das dívidas. Em grande medida, tornando a problemática mais complexa, fatores externos e socioeconômicos parecem elementos de maior relevância, implicando a realização de múltiplas associações entre

elementos como renda e padrões em contextos sociais, políticos e econômicos particulares.

2.3 O SIGNIFICADO SOCIAL DAS DÍVIDAS

Conforme explanado até o momento, as análises, interpretações e posicionamentos acerca do crédito e do endividamento são, além de abrangentes, bastante controversas. Elas podem ser apresentadas resumidamente em duas perspectivas, em essência, diametralmente opostas entre si. De um lado encontramos no “mito da virtude econômica perdida” (CALDER, 2009) uma típica narrativa do declínio moral, segundo a qual o consumismo constitui a principal característica da sociedade contemporânea. Formas irrestritas e inconsequentes de consumo são as principais causas do endividamento num contexto em que o crédito, instituído como instrumento facilitador do consumo, constituiu “o *mais poderoso mecanismo de destruição da ética protestante*”²² (BELL, 1996, p. 21, tradução nossa) jamais inventado, operando modificações na sociedade, em seus valores morais, suas crenças e juízos éticos.

Em confronto direto a tais concepções, que articulam sentimentos de culpa e pecado em torno do consumo, uma crítica política bastante contundente tem se consolidado. Ela percebe que o crédito constitui um instrumento estratégico de promoção do ciclo econômico, mas cumpre, além disso, a função de compensar os efeitos negativos decorrentes do enfraquecimento do Estado de bem-estar social (RAMSAY, 2003). Nesse sentido, antes de ser consumistas, os endividados são pessoas em busca de proteção e estabilidade diante das possibilidades de declínio em suas condições de vida em um contexto de economia de mercado volátil.

Janet Roitman (2003), por exemplo, afirma, axiomáticamente, que as dívidas não constituem elementos externos às relações sociais. Elas são, próximo ao argumento de Graeber (2012), um fato social fundamental, que de nenhum modo pode ser encarado como uma forma de desvio ou de perversão, como temos visto. As transformações econômicas e financeiras têm efeitos óbvios sobre contextos econômicos locais, regionais ou mesmo nacionais. Consequentemente, elas acabam por afetar também os indivíduos e famílias que vivem nesses locais. Porém, o recurso

²²“The greatest single engine in the destruction of the Protestant ethic [...]”

ao crédito não se reduz unicamente a uma estratégia ou mecanismo utilizado em resposta a novas condições derivadas das transformações na dinâmica econômica.

A segunda perspectiva que descrevemos – a corrente “institucional” – constitui a referência-chave que guia nossas interpretações no decorrer desta pesquisa. Entretanto, considerando, como já mencionamos, a existência de certos limites e restrições analíticas no interior dessa perspectiva, adicionalmente outros conceitos e posições teóricas complementares também são utilizados. A questão problemática que emerge, porém, é que uma análise do endividamento não pode se reduzir unicamente a uma dessas lógicas dominantes – consumo conspícuo ou consumo defensivo – considerando-se que, diante da complexidade desse fenômeno, múltiplas lógicas e dinâmicas operam concomitantemente, sem que possam ser negligenciadas (BRAUCHER, 2006; GONZALEZ, 2015).

Para compreender as práticas financeiras e de consumo a crédito é preciso ter-se em conta as formas de envolvimento em relações de dívida, as percepções, consequências e os mecanismos de enfrentamento que têm relação com os recursos materiais e simbólicos de que os indivíduos dispõem, o que implica considerar suas condições materiais e a própria estrutura econômica, política, social e cultural que lhe serve de contexto. Portanto, para analisar o endividamento encaramos esse fenômeno em termos de um processo do qual consideramos suas implicações econômicas, financeiras e, sobretudo, sociais.

3 SUPERENDIVIDAMENTO: NOVO CONCEITO OU NOVO FENÔMENO?

Conforme mencionamos anteriormente, a expansão significativa do endividamento e do superendividamento tem chamado atenção no cenário internacional e, mais recentemente também no Brasil, como tema de interesse em distintos campos disciplinares (Direito, Economia, Sociologia, Psicologia, entre outros). Apesar da reconhecida importância do fenômeno, ele segue envolto em controvérsias metodológicas e conceituais.

A grande imprecisão e variedade de termos que o superendividamento comporta, constitui uma de suas principais características, refletindo parcialmente sua complexidade e as múltiplas possibilidades analíticas que comporta²³. Estudos econômicos se ocupam dos efeitos do crédito e das dívidas com a renda, utilizando modelos ligados à teoria do “ciclo da vida” e à “hipótese do rendimento permanente”. Já a psicologia foca processos de tomada de decisão do consumidor e sua relação com valores, atitudes e comportamentos. Além, disso, trata também de questões relacionadas à saúde mental e bem-estar. No campo jurídico, aquele com mais vasta produção, destacam-se os estudos comparativos que analisam distintos modelos de regulação. Na sociologia, o tema é ainda incipiente. As análises abordam um conjunto diverso de dados demográficos e socioeconômicos relacionados ao superendividamento a partir de questionamentos sobre grupos sociais, normas e valores culturais.

O superendividamento constitui objeto central dessa investigação e tópico que trataremos nesse capítulo, no qual apresentamos alguns debates na literatura e discutimos o fenômeno, destacando algumas questões ligadas particularmente com as controvérsias existentes em relação aos seus conceitos, definições e indicadores.

3.1 O CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO E O SUPERENDIVIDAMENTO

O endividamento pode ser definido, a partir de uma ótica econômica e jurídica, como sendo uma promessa ou obrigação estabelecida entre duas ou mais partes na

²³ O superendividamento é um fenômeno de difícil análise e mensuração. Segundo Valins (2004) existem ao menos doze perspectivas analíticas diferentes usualmente utilizadas.

qual está implicada a aquisição e/ou utilização de bens e serviços (ou mesmo valores monetários) no presente, com um prazo de pagamento definido para um momento posterior (MARQUES; LIMA; BERTONCELLO, 2010).

Essa relação pode ser estabelecida tendo como fins o consumo de mercadorias ou seu investimento em atividades produtivas²⁴, entretanto, nessa investigação consideramos prioritariamente a primeira delas. Entendemos o crédito ao consumo como um meio de satisfação de necessidades que se utiliza dos recursos pertencentes a outras pessoas ou instituições. Nesses termos, como ficará mais claro adiante, ele pode ser encarado como sinônimo de crédito, considerando-se alguém endividado sempre que exista uma obrigação financeira de qualquer natureza, como um empréstimo em um banco, um carnê de loja ou um cartão de crédito (KEMPSON; MCKAY; WILLITTS, 2004).

Uma segunda definição, de modo distinto, se refere ao endividamento, particularmente, como uma situação relacionada a dificuldades e problemas financeiros, refletindo um desequilíbrio, temporário ou permanente, no orçamento, que resulta na impossibilidade de que os compromissos assumidos sejam pagos (ANDERLONI; VANDONE, 2008). O conceito de inadimplência é um exemplo de tal situação, quando não se realizam os pagamentos no prazo estabelecido, consistindo em um descumprimento do contrato. Ela pode ter um caráter pontual e, mesmo quando recorrente, ainda mostrar-se gerenciável através da mobilização de uma série de recursos. Entretanto, constitui um primeiro indício de problemas mais severos a partir do momento em que se esgotam as possibilidades de administrar essa situação. A forma mais agravada dos problemas com as finanças ocorre quando o orçamento é amplamente ultrapassado pelas dívidas. Essa condição passa a ter efeitos mais prolongados e crônicos até tornar-se insustentável, constituindo a etapa que os especialistas têm denominado de superendividamento, uma forma crônica e exacerbada de enfrentamento de dificuldades com as dívidas.

²⁴ A literatura traça uma distinção conceitual entre “crédito ao consumo” e “crédito produtivo”, questão que não aprofundaremos a fim de não alongar a discussão. A esse respeito, ver: Gelpi e Julien-Labruyère (2000).

3.2 UMA LINHA TÊNUE E IMPRECISA

O conceito de superendividamento é confuso, além de abrangente e não existe qualquer consenso a seu respeito, ou mesmo uma definição de utilização universal. Um dos poucos elementos de convergência é o fato de que ele se refere, em termos jurídicos, a relações de consumo entre indivíduos, pois, a nível institucional, as relações econômicas já dispõem de mecanismos de regulação legal na maioria dos países (OLIVEIRA, 2011). Mesmo os tipos de dívidas abarcadas são objeto de debates entre especialistas, que por um lado defendem envolver restritamente situações ligadas a empréstimos e outros mecanismos de crédito formal (BETTI *et al.*, 2001), enquanto outros, de forma mais ampla, sugerem que ele também diz respeito a problemas decorrentes de contas domésticas (KEMPSON, 2002).

Para Anderloni e Vandoni (2008), o superendividamento se refere a um comprometimento excessivo da renda que não pode ser mantido com os valores atualmente disponíveis ou mesmo com a venda dos ativos físicos (imóveis, veículos) e financeiros existentes. Uma definição mais abrangente aparece em um relatório temático da União Europeia – *Towards a common operational European definition of over-indebtedness* –, o qual considera superendividamento toda e qualquer situação em que os indivíduos apresentem problemas financeiros após o suprimento de seus custos básicos de sobrevivência. Ou, de modo oposto, quando as dívidas e prestações são pagas, resultando, porém, em restrições no orçamento e deterioração nas condições de vida (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Apesar das divergências, Guerin *et al* (2014) argumentam que existe, sim, certo consenso em relação ao superendividamento. Ele consiste, segundo as autoras, no fato de frequentemente assumir-se que existe o superendividamento quando há um excesso de dívidas. Mas, como elas questionam: qual o limite que aponta esse excesso? O que significa um endividamento excessivo? Quem define o significado e gravidade do superendividamento? A partir de que critérios?

Para Schicks (2013), a abrangência nas definições e indicadores reflete a complexidade do fenômeno e as múltiplas perspectivas a partir das quais ele é abordado, pois cada pesquisa define objetivos e perspectivas disciplinares específicas. Concordando com os argumentos de Guerin *et al* (2014), no entanto, ela defende que efetivamente grande parte dos estudos assume como pressuposto do

endividamento um critério proporcional. Ou seja, existe superendividamento quando o montante de compromissos a serem pagos supera os rendimentos.

A autora ainda discute este pressuposto assumido por muitos investigadores, sobretudo nos estudos de caráter quantitativo, apontando que eles compartilham, ainda que intrinsecamente, preocupações com a mensuração e quantificação do fenômeno, revelando um evidente interesse político relacionado à formulação de políticas públicas e contornos regulatórios, que, se supõe, necessita definições claras, com base sólida, e objetivamente quantificáveis.

O denominado “modelo objetivo” constitui padrão nos estudos de natureza estatística, utilizando indicadores como taxas de inadimplência, valores de dívidas e níveis de renda, entre os quais se estabelecem cálculos e cruzamentos de razão e comparação (SCHICKS, 2013; GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2014). Os defensores desse modelo, amplamente difundido, consideram os conceitos usuais inadequados e de difícil aplicação empírica, optando, em razão disso, por definições pragmáticas baseadas em indicadores e parâmetros de mensuração estatística²⁵ que entendem constituir a opção mais confiável.

Suas vantagens e limites encontram-se no centro de um amplo debate, principalmente com relação às abordagens, não raro de caráter bastante descritivo e pouco analítico, e aos indicadores usados. Entre algumas de suas fragilidades, por exemplo, podemos apontar o uso de relações padronizadas, como a determinação de uma proporção de comprometimento da renda com dívidas, considerada por alguns críticos como arbitrária. O superendividamento é marcado pelo estabelecimento de um limite, considerado como supostamente aceitável, que pode ser, por exemplo, de 30% ou de 50% da renda. Seu problema está na impossibilidade de que padrões de vida minimamente aceitáveis sejam estabelecidos de forma universal, seja em diferentes países ou mesmo regiões. Fatores econômicos, sociais e culturais desempenham um papel importante em considerações sobre o que é razoável em uma sociedade particular e não podem ser negligenciados.

Portanto, como ficará mais claro no decorrer deste trabalho, é difícil definir com precisão uma situação de superendividamento considerando-se unicamente o critério

²⁵ Alguns mencionam um modelo administrativo ou legal que mensura o superendividamento a partir de registros de processos judiciais nos países cuja legislação prevê o tratamento desses problemas (BETTI *et al.*, 2007; FRADE, 2007; RAIJAS; LEHTINEN; LESKINEN, 2010). Esse não é o caso brasileiro. Além disso, o modelo administrativo segue um critério objetivo ou quantitativo como medida de análise da condição financeira do devedor, razão pela qual não o detalhamos.

anteriormente exposto, dado que nem toda dívida leva ao superendividamento, mesmo quando a proporção em relação aos rendimentos ultrapassa os critérios estabelecidos. Adicionalmente, também se pode considerar que uma crise financeira pode atingir um indivíduo e sua família sem que nenhum tipo de crédito ou empréstimo esteja implicado. Nesses casos as dificuldades estariam relacionadas ao provimento das despesas básicas de sobrevivência, cuja exclusão ou inclusão na definição da condição de superendividamento, como já apontamos, é questão de controvérsia (BETTI *et al.*, 2007; FRADE; LOPES, 2009).

Recentemente outros índices mais complexos e sofisticados²⁶ têm sido elaborados, tentando contornar esses limites e dar conta de outras facetas do fenômeno. A principal oposição ao “modelo objetivo” é a alternativa de um “modelo subjetivo” cujo principal fator de distinção, em relação ao anterior, constitui uma preocupação bastante flexível em relação às circunstâncias particulares dos endividados, consideradas a partir da percepção dos próprios sujeitos em relação ao seu problema.

O modelo subjetivo também possui variações, sendo, entretanto, utilizado de modo bastante similar em diferentes estudos, o que permite apontar algumas características que o definem. Essencialmente, numa dimensão econômica e financeira, considera-se superendividado todo aquele indivíduo que num diagnóstico de sua própria condição entende que suas dívidas se tornaram um fardo (MAY; TUDELA; YOUNG, 2004).

Kempson (2002) aplica uma definição semelhante em um estudo conduzido sobre as condições financeiras das famílias inglesas, o qual, baseado na percepção dos próprios sujeitos da pesquisa, entende como superendividados todos aqueles indivíduos que afirmam ter dificuldades para manter o pagamento de seus compromissos. Também Schicks (2013), em uma pesquisa empírica, define um indivíduo ou grupo familiar como superendividado quando têm dificuldades de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações de forma contínua, ou mesmo as realizam, porém às custas de grandes sacrifícios com graves implicações para a manutenção de seu padrão de vida.

²⁶ A África do Sul constitui um dos países emergentes mais afetados pelo superendividamento. Recentemente, uma iniciativa europeia elaborou um Índice de Vulnerabilidade Financeira do Consumidor nesse país. Ele inclui quatro indicadores: vulnerabilidade na renda; vulnerabilidade na poupança, vulnerabilidade nos gastos e vulnerabilidade nos serviços da dívida (FINMARK, 2009).

O argumento central dos estudos que se pautam por um modelo subjetivo, portanto, resume-se ao reconhecimento do superendividamento como um problema que ultrapassa a mera questão material de desequilíbrio entre renda e despesas. Ele diz respeito a questões ligadas a percepções e consequências sociais às quais se encontram intrinsecamente implicadas as condições particulares nas quais ocorrem as relações de crédito e dívida, que podem ser bastante heterogêneas em termos de contexto e significados. Nesse sentido, reconhece-se o próprio endividado como o agente mais apto a julgar a complexidade de sua situação, em seus próprios termos (BETTI *et al.*, 2007; GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2014).

3.3 O SUPERENDIVIDAMENTO COMO PROCESSO E DINÂMICA COMPLEXA

A despeito das discordâncias e da falta de clareza quanto aos termos a serem utilizados, mapeamos alguns dos elementos mais recorrentes entre as distintas definições, o que nos permitiu captar seus contornos essenciais, resumidos em quatro dimensões básicas: uma primeira dimensão, de caráter econômico, remete à ideia de um excesso, ou de uma sobrecarga, no orçamento, ligados às dívidas; uma dimensão temporal enfatiza a existência de um problema estrutural e crônico em detrimento de eventos localizados; uma dimensão social considera as possibilidades de o fenômeno resultar em situações de exclusão financeira ou social. Por fim, uma dimensão psicológica abarca alguns impactos na saúde, principalmente mental, como stress, ansiedade, depressão e etc. (CONSULTING, 2013).

Esses tópicos reforçam nossa ideia do superendividamento como um fenômeno complexo e multifacetado, cuja análise, em sua forma mais usual – estatística – apesar de importante, é insuficiente. São inegáveis os custos econômicos e financeiros do superendividamento e, nesse sentido, indicadores econômicos podem ser particularmente úteis para dimensionar o problema. Entretanto, uma aproximação e apreensão da realidade social, múltipla, dinâmica e complexa, exige indagar uma multiplicidade de questões sobre gastos, consumo, valores, crenças, percepções e significados sociais do consumo, que num sentido mais amplo nos leva a questionar a própria estrutura e formato da organização da sociedade brasileira atual.

Consideramos, portanto, que, metodologicamente, é imperativo adotar-se uma perspectiva complementar, capaz de permitir uma compreensão do fenômeno partindo das próprias situações dos atores sociais. Trata-se de compreender como eles vivenciam nosso universo de análise, como aceitam essa realidade, percebem e lidam com ela. Por conseguinte, esta investigação centra-se numa definição subjetiva do superendividamento entendida como forma de exacerbação crítica de uma situação financeira problemática, cuja definição cabe aos indivíduos considerar. Levamos em conta principalmente as dívidas relacionadas a relações de consumo, quando estas envolvem o uso de crédito, sem, entretanto, ignorar outras dificuldades como aquelas relacionadas a despesas domésticas.

Procuramos, portanto, acercarmos nosso objeto de estudo a partir de uma perspectiva sociológica que, a exemplo de Guérin, Morvan-Roux e Villarreal (2014) considera o superendividamento como uma transação financeira e ao mesmo tempo uma relação social que transcende seu aspecto econômico, imbricando-se em diferentes esferas da vida.

4 O MERCADO DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO NO BRASIL

Este capítulo esboça um panorama da expansão do crédito e do endividamento no cenário brasileiro a fim de contextualizar a problemática em que se enquadra nossa investigação. O texto se encontra dividido em duas partes: na primeira focamos especificamente no crescimento do mercado bancário e financeiro ao longo das últimas duas décadas e na ampliação da oferta de crédito. Já na segunda parte desviamos nosso olhar para um fenômeno que surge em decorrência dessa expansão do crédito: o crescimento do endividamento.

Nosso objetivo consiste em coletar evidências capazes de comprovar e dimensionar a ocorrência desses eventos. Para tanto, analisamos um variado conjunto de dados empíricos, coletados fundamentalmente de fontes secundárias²⁷ – livros, artigos e periódicos especializados, além de informações disponibilizadas por instituições como: Banco Central do Brasil (Bacen), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Serviço de Proteção ao Crédito (SPC-Brasil²⁸) e Serasa Experian²⁹. A diversidade de fontes reflete o esforço empírico necessário ao estudo do crédito e do endividamento no país, pois além de existirem divergências teóricas, conceituais e metodológicas, o Brasil sofre especialmente com a inexistência de um banco de dados oficial e centralizado com registros desse tipo (LOPES, 2006).

Forçosamente, portanto, utilizamos aqueles que se encontram disponíveis, derivados de duas fontes distintas: em primeiro lugar, aquelas informações produzidas por instituições financeiras (principalmente bancos) e organismos de controle e regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como o Bacen. Essencialmente, pode-se obter a partir dessas fontes dados agregados sobre valores

²⁷ Todos os gráficos e tabelas foram elaborados pelo autor. Quando não são mencionadas referências específicas os dados derivam fundamentalmente de três fontes: 1) O Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Bacen, disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>>; 2) Os Indicadores Econômicos do SERASA Experian, disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/indicadores-economicos/>>; 3) Os Indicadores do SPC-Brasil, disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>>.

²⁸ O SPC-Brasil constitui um banco de dados com histórico de crédito e inadimplência de consumidores de todo o país. É um sistema privado pertencente à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o maior do gênero na América Latina.

²⁹ O Serasa Experian, assim como o SPC-Brasil, presta informações relativas ao histórico de crédito de empresas e indivíduos, mantendo cadastros com dados de natureza econômica e financeira. Fundado em 1968 por iniciativa da Associação de Bancos do Estado de São Paulo (Assobesp) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) é desde os anos 2000 uma das maiores empresas do mundo no segmento.

de empréstimos concedidos, números de contratos, taxas de inadimplência, além dos tipos de crédito (por contrato) e a natureza da instituição. A segunda fonte é constituída por informações de órgãos de restrição de crédito, como o SPC e o Serasa, relativas principalmente aos níveis de inadimplência, cujo objetivo é auxiliar a análise e gestão de risco dos credores a partir do acesso ao histórico (negativo) de pagamentos dos clientes por um período de até cinco anos.

Os indicadores e informações são bastante variados e fragmentados, o que dificulta análises aprofundadas e sistemáticas sobre a verdadeira natureza, condição e consequência da expansão do crédito e do endividamento no Brasil. Entretanto, apesar dessas restrições, eles constituem os recursos mais acessíveis, e de diferentes modos, quando considerados em conjunto, permitem, de forma significativa, uma primeira aproximação à nossa problemática e ao recorte empírico estabelecido neste estudo.

4.1 O CRESCIMENTO DO MERCADO DE CRÉDITO

Ao longo dos anos 2000, o Brasil viveu um período de relativo crescimento econômico. Especialmente entre 2004 e 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) – calculado pelo IPEA, com base nos dados do IBGE – cresceu numa taxa média anual de 4,5%, gerando impactos significativos na estrutura econômica e social. Relacionado ao mercado de trabalho, houve uma inédita queda nos índices de desemprego; com uma grande quantidade de vagas gerada no setor formal, além de um crescimento médio na renda dos trabalhadores em valores acima da inflação. Em conjunto tais fatores contribuíram à redução considerável dos níveis de pobreza e desigualdade social observadas naquele contexto, resultando numa melhora das condições de vida dos trabalhadores, sobretudo entre aqueles que se encontram na base da pirâmide social (DIEESE, 2012; ZOUAIN; BARONE, 2007; POCHMANN, 2012, 2014).

Alguns dos elementos que permitiram esse cenário foram a estabilização da economia e alteração do ambiente macroeconômico, logradas, a partir de 1994, com a implementação do Plano Real, responsável pela contenção da hiperinflação³⁰. Entre

³⁰ Entre 1993 e 1994 a inflação média anual foi de 5000% vindo a se estabilizar com a introdução da nova moeda em patamares de um dígito (LEITÃO, 2011).

as diferentes políticas de crescimento adotadas no período cabe destacar o papel do incentivo às atividades econômicas promovido pela expansão da oferta de mecanismos de financiamento. Considerando-se o aspecto da oferta e da produção, linhas de crédito produtivo destinadas às empresas permitiram que estas assumissem novos ou maiores investimentos. Na forma do microcrédito³¹, incentivou-se a atividade produtiva na forma do empreendedorismo e do microempreendedorismo, promovendo alternativas de geração de renda em cadeias locais e regionais de produção em distintos pontos do país.

Porém, outro elemento relevante que merece destaque é o consumo das famílias, componente essencial da economia, estimulado pelas políticas de expansão da oferta de crédito que chegou em determinado momento a representar uma parcela de 60% do PIB. O crédito ao consumo passou a ser um produto de fácil disponibilidade às classes médias e baixas, expandindo seu poder de compra e, em consequência, seu acesso a uma gama maior de bens e serviços (MEDEIROS, 2015).

Em conjunto, tais fatores tiveram implicações diretas e indiretas sobre a demanda e, portanto, sobre todo o ciclo econômico, como explicam Zoauin e Barone:

Partindo-se do aspecto da demanda econômica, no sentido keynesiano: o acesso ao crédito para consumo incentiva a população a consumir, amplia a demanda por bens e serviços e, por consequência, exige maior produção e investimentos das firmas, gerando novos empregos (ZOUAIN; BARONE, 2007, p. 1264).

Devido à incerteza e instabilidade decorrentes de altos níveis de inflação e dívida pública, até meados dos anos 1990, o mercado de crédito no Brasil se manteve relativamente estagnado (MARTINS; FERRAZ, 2011). Um contexto econômico favorável, a partir do primeiro governo Lula, em 2003, possibilitou a adoção de políticas de “inclusão” bancária, tornando milhões de indivíduos de baixa renda o novo público-alvo do sistema financeiro e bancário formal. Além do cenário adequado, tais políticas tornaram-se possíveis por uma diversidade de fatores, alguns dos quais já mencionamos.

Resumidamente:

³¹ O termo microcrédito se refere a empréstimos de pequeno valor oferecidos a indivíduos ou grupos de pessoas cujas condições econômicas e sociais dificultam seu acesso aos canais de financiamento tradicionais (SERVET, 2009).

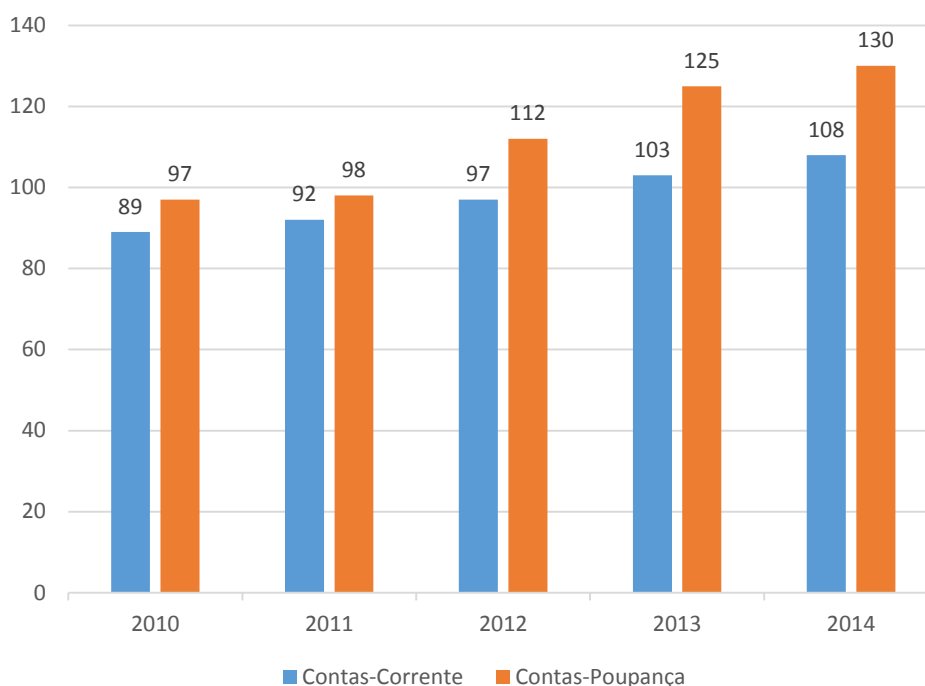
Por um lado, houve uma progressiva melhora do ambiente macroeconômico, que elevou a propensão a se endividar das empresas – devido à aceleração dos investimentos e da atividade econômica – e das famílias – devido à expansão da renda e do emprego. Por outro lado, houve a criação de novos mecanismos institucionais, como o crédito consignado e a ampliação da importância de mecanismos já existentes, como o crédito direcionado. Ambos os fatores impulsionaram a expansão do crédito no Brasil (MARTINS; FERRAZ, 2011, p.270).

Num estudo realizado pelo IPEA em 2003 identificou-se que muitos brasileiros não tinham acesso a serviços bancários básicos, principalmente contas bancárias, que atingiam apenas 1/3 da população naquele contexto (KUMAR, 2004). A partir dessa constatação, iniciou-se um processo de inclusão bancária, também conhecido como “bancarização”, que tinha como objetivo alcançar esse público. Essas políticas representavam para o governo um instrumento de promoção do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que para o setor financeiro constituía uma oportunidade de expansão de suas atividades entre as classes de menor poder aquisitivo (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002; KUMAR, 2004; BARONE; SADER, 2008).

Segundo o *Relatório de Inclusão Financeira* do Bacen, estima-se que, em 2010, 74,3% da população adulta³² no Brasil já mantinha relacionamento, em alguma medida, com instituições do SFN, proporção que se ampliou ainda para 84,5%, em 2014, correspondente a aproximadamente 130 milhões de pessoas. Observando-se os níveis de bancarização em uma pesquisa conduzida pelo Banco Mundial encontramos um percentual menor, mas ainda bastante expressivo de bancarização no Brasil (68% da população bancarizada). Essa proporção é bastante inferior a países de economia avançada, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, cujas taxas giram em torno de 97%. Já em relação a países em nível semelhante de desenvolvimento, como seus parceiros no grupo dos BRICs, os índices brasileiros são menores que na África do Sul (70%) e China (79%) e levemente superiores aos da Rússia (64%) e Índia (53%) (FEBRABAN, 2014; BACEN, 2015).

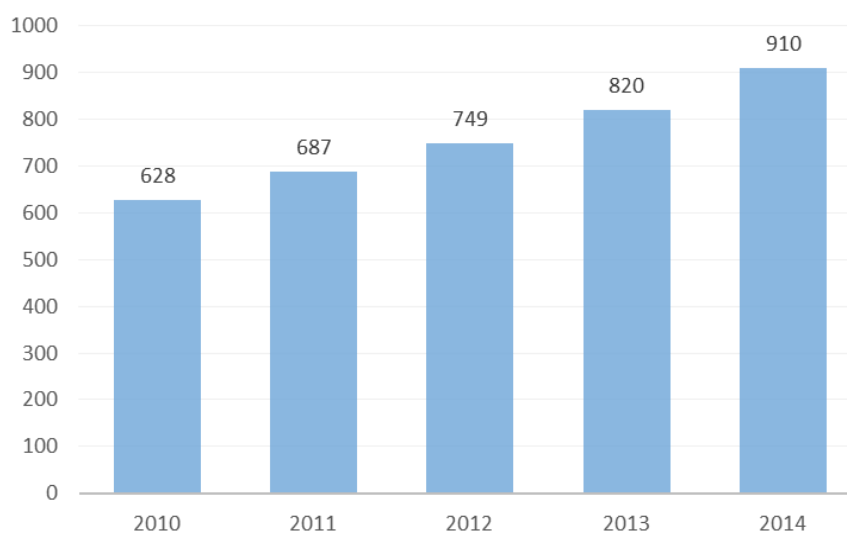
Uma das formas de relacionamento com o setor financeiro e bancário pode ser verificada no Gráfico 1, no qual constatamos que o número de contas correntes cresceu, entre 2010 e 2014, 5% ao ano, enquanto o número de contas poupança se expandiu em média 7% ao ano (BACEN, 2015).

³² Faixa etária acima de 15 anos.

Gráfico 1 – Expansão das contas bancárias (Milhões de unidades)

Fonte: Febraban (2014), Bacen (2015).

Além do acesso às contas bancárias, podemos verificar no Gráfico 2, como parte desse mesmo processo, que o número de cartões (de débito, crédito e lojas) cresceu 45% entre 2010 e 2014. Em média 9% ao ano.

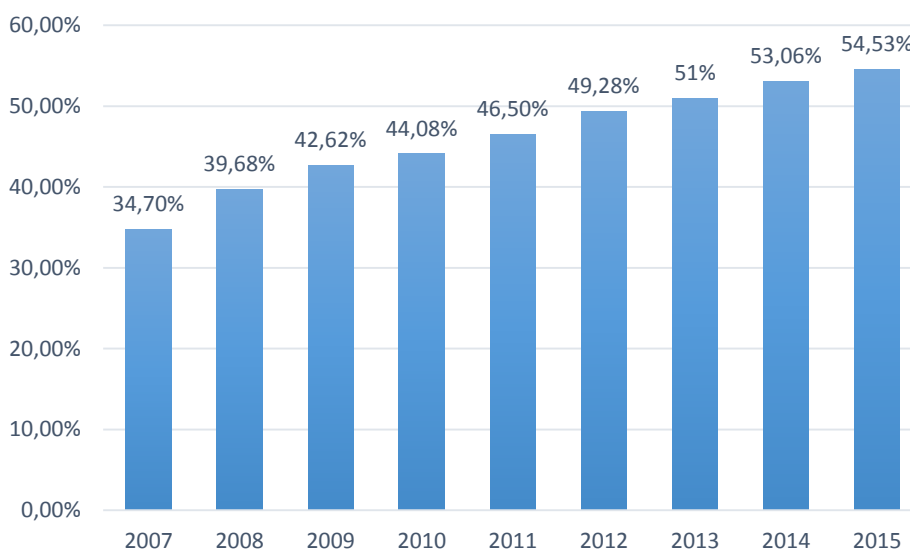
Gráfico 2 – Número de cartões (Milhões de unidades³³)

Fonte: Febraban (2014), Bacen (2015).

³³ Embora os números pareçam excessivos para uma população de 200 Milhões, pesquisas indicam que pelo menos uma parcela dos brasileiros possui mais de quatro cartões (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, 2016b).

Outro indicador, porém, ilustra de modo objetivo o cenário de crescimento do mercado bancário e financeiro no país que pretendemos demonstrar, fazendo menção mais direta e específica ao nosso tópico de interesse. A relação crédito/PIB, que podemos observar no Gráfico 3, reflete a disponibilidade de crédito ofertado no mercado brasileiro em relação ao PIB.

Gráfico 3 – Relação crédito/PIB (%)



Fonte: Bacen (SGS. Série 20622)

Devido a algumas restrições do cenário econômico brasileiro, que já mencionamos, o mercado bancário operava de modo restrito até meados dos anos 1990. Em 2001, segundo dados do Bacen, a relação de crédito oferecido em relação ao PIB era de apenas 25,4%³⁴, um patamar considerado baixo, se comparado a países como o Chile (83%), a França (107%) e os Estados Unidos (166%), entre outros³⁵. A partir de 2003, um processo massivo e acelerado de expansão resultou no crescimento mais que dobrado desse índice, que atingiu em 2015 um patamar histórico de 54,53% (Gráfico 3) (BACEN, 2015).

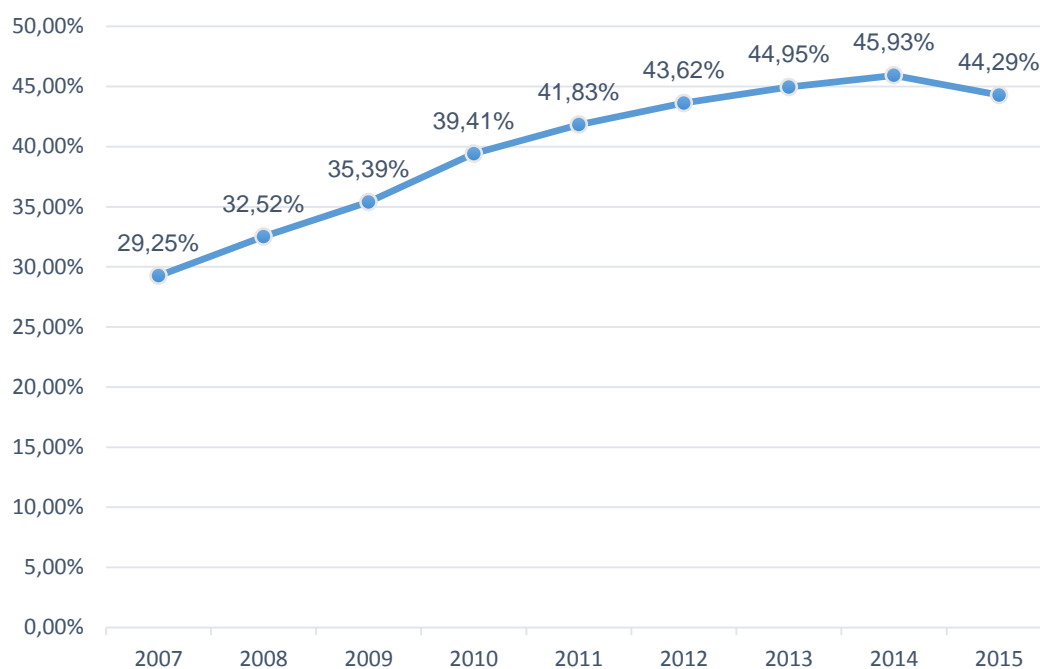
³⁴ O Bacen disponibiliza uma série temporal que possibilita observar a tendência de crescimento desse indicador no período entre janeiro de 2001 e janeiro de 2016. Optamos por apresentar no Gráfico 3 os valores correspondentes ao período entre dezembro de 2007 e dezembro de 2015, tendo em vista que a partir de 2007 houveram mudanças na metodologia de mensuração do PIB, fato que dificulta comparações.

³⁵Dados referentes a 2013. Fonte: <https://brasilfatosedados.wordpress.com/2014/08/22/credito-x-pib-percentagem-brasil-evolucao-1998-2014-credito-bancario-em-valores-nominais-r-bilhoes-brasil-evolucao-2000-2014/>. Acesso em: 28 mar. 2016.

4.2 O CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A expansão do crédito foi considerada uma estratégia necessária à manutenção de um nível de consumo estável ou expandido. O aumento da oferta foi acompanhado por um incremento na demanda dos consumidores, que podemos constatar a partir de algumas informações no Gráfico 4 abaixo. Nele apresentamos o nível de endividamento das famílias, calculado pelo cálculo do comprometimento proporcional da renda média anual das famílias com o pagamento de dívidas, no período entre dezembro de 2007 e dezembro de 2015.

Gráfico 4 – Comprometimento da renda com dívidas (% médio anual)



Fonte: Bacen (SGS)

Observamos no período considerado que esse indicador se expandiu consideravelmente, passando de 29,25% em dezembro de 2007 a 44,29% em dezembro de 2015. Se ampliarmos o recorte temporal, analisando esse percentual em janeiro de 2005, quando começou a ser mensurado, vemos que essa ampliação foi ainda maior, tendo em vista que nessa data (janeiro de 2005) a proporção era de apenas 18,48%, alcançando um pico histórico de 46,35% em janeiro de 2015 (BACEN, 2015).

Vemos, portanto, que houve uma expansão sem precedentes na oferta de crédito e de forma concomitante uma demanda aquecida entre o novo público bancarizado. Em decorrência da maior oferta, disponibilidade e fácil acesso, começam a surgir algumas consequências negativas. O aumento da proporção de comprometimento da renda com dívidas não pode ser considerado algo problemático. Entretanto, junto a ele também cresce a inadimplência, como podemos ver a seguir.

Da mesma forma que os dados do Bacen (2015) indicam que em janeiro de 2015 atingiu-se o ápice na proporção de comprometimento da renda com dívidas entre os brasileiros, estimativas do SPC apontam que a inadimplência cresceu no ano de 2014 e, particularmente, em 2015, quando somente no período entre janeiro e setembro houve cerca de 2,4 milhões de novos consumidores registrados em cadastros de devedores. Segundo alguns cálculos, considera-se que, em números absolutos um total de 57 milhões de consumidores tinham seu nome constando em bancos de dados de inadimplência (em setembro de 2015), algo próximo a 38,9% da população adulta do país (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, 2015a).

Também o Serasa apresenta um movimento ascendente nos indicadores de inadimplência, como podemos ver no Gráfico 5, no qual trazemos uma série histórica, no período entre janeiro de 1999 e junho de 2015. Podemos verificar que nesse período de aproximadamente 16 anos o número de consumidores com pagamentos em atraso cresceu 550%, equivalente a 35% ao ano.

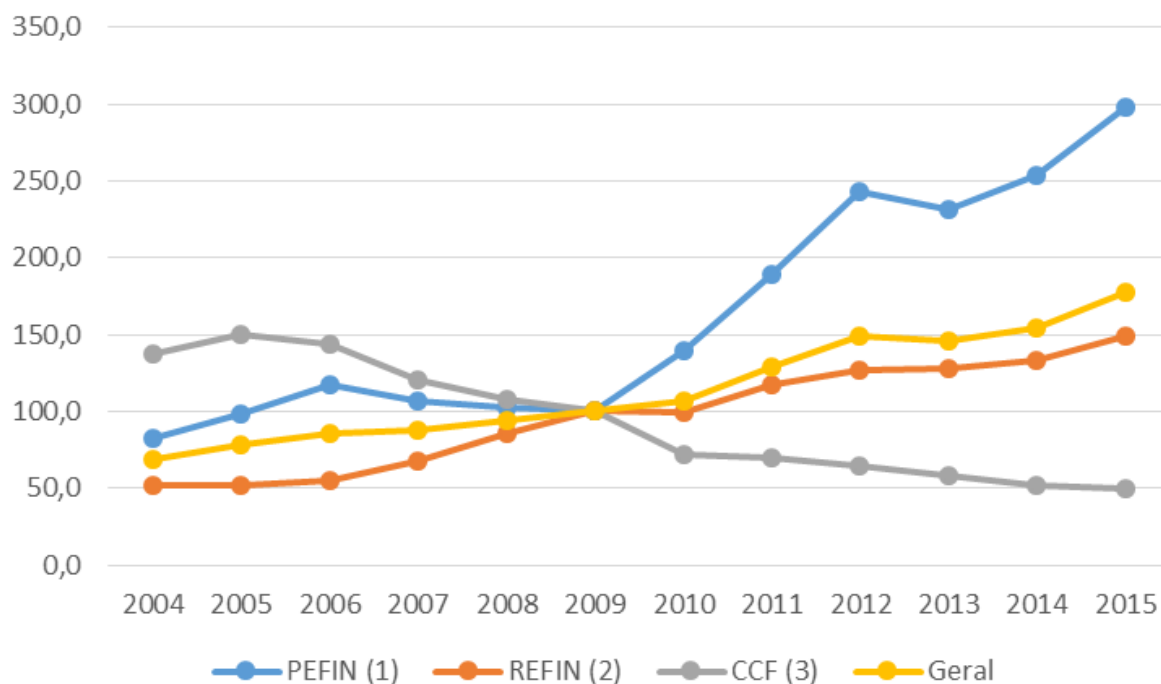
Gráfico 5 – Variação do nível de inadimplência (1999–2015)



Fonte: Serasa-Experian

O indicador construído pelo Serasa pode ser observado no Gráfico 6 a seguir, onde encontra-se expressa sua expansão, bem como a dos seus distintos componentes isoladamente (Quadro –1).

Gráfico 6 – Índice de Inadimplência do Consumidor



Fonte: Serasa-Experian

Quadro 1 – Indicadores do índice de inadimplência (Serasa)

Indicador	Tipo de registro (mensal)
Pefin	Dívidas em atraso junto a financeiras, cartões de crédito e empresas não financeiras;
Refin	Dívidas em atraso junto aos bancos;
CCF	Cheques devolvidos por insuficiência de fundos.

Fonte: Autor

Observa-se no Gráfico 6 um crescimento expressivo desse índice, bem como de seus distintos elementos a partir de 2009, mas particularmente entre janeiro e agosto de 2015³⁶. Essas informações sugerem, em conjunto aos dados do SPC, que

³⁶ Somente o CCF, relativo aos cheques devolvidos por insuficiência de saldo, tiveram movimento descendente. Ele, porém, é um componente pouco significativo do indicador geral (17%), pois considera-se que paulatinamente tem sido substituído por outros meios de pagamento (cartões de crédito e débito), sofrendo uma perda de importância generalizada.

o ano de 2015 foi bastante difícil em termos financeiros para os brasileiros, fato corroborado também por outras fontes.

Entre elas, a Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), por exemplo, realiza mensalmente, desde janeiro de 2010, a *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor* (PEIC), coletando dados com 18.000 consumidores nas capitais de todos os estados do país, mais o Distrito Federal. Seus resultados apontam que, em setembro de 2015, 63,5% da amostra relatou ter dívidas – com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnês de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguros – atingindo o nível mais elevado desde maio de 2011 (CNC, 2015). De modo similar, a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC) questionou, em outubro de 2015, uma amostra composta por 1037 consumidores de todas as classes sociais sobre a intenções de uso do 13º salário: 74% responderam que iam usá-lo para o pagamento de dívidas enquanto outros 6% já haviam recebido esses valores ou antecipado seu recebimento na forma de empréstimos, um percentual superior aos 68% constatados em 2012 e aos 62% em 2013 (ANEFAC, 2015a).

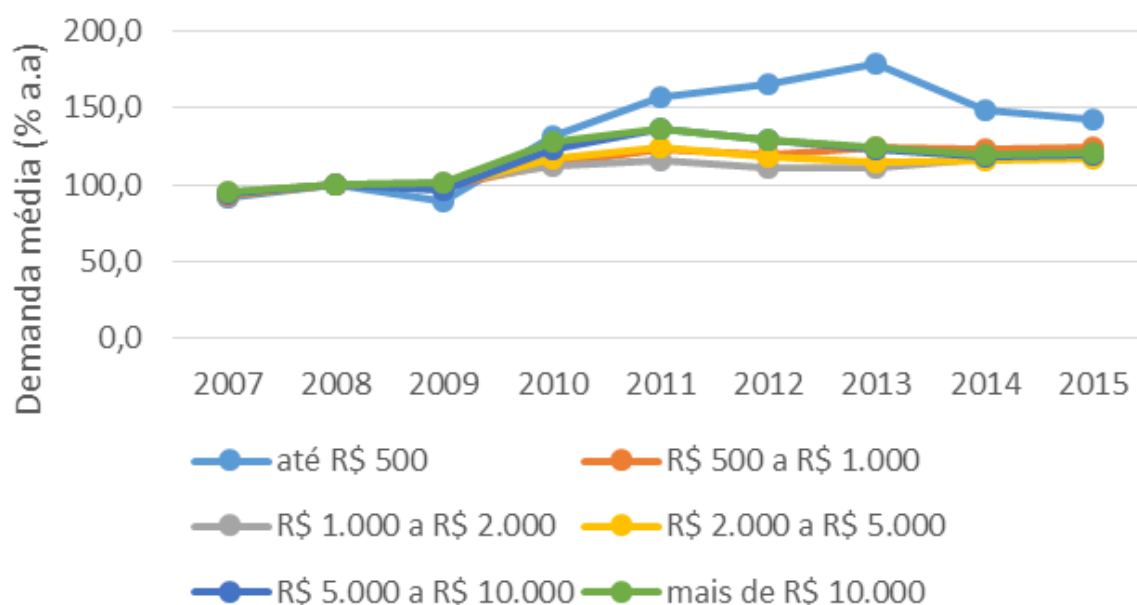
Esse aumento do endividamento e da inadimplência que se pode verificar, é interpretado por alguns analistas como consequência do contexto singular de declínio da economia recentemente vivenciado (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2015; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, 2015a). Analisando o Gráfico 6, anteriormente apresentado, podemos observar que o movimento ascendente no Índice de Inadimplência entre 2014 e 2015 corrobora essa hipótese em alguma medida. Entretanto, os dados apresentam a variação dos registros de inadimplência no período de aproximadamente uma década, proporcionando um recorte temporal mais abrangente que possibilita levantar alguns questionamentos.

Nota-se que o curso ascendente da inadimplência tem origem anterior ao momento atual de crise, sugerindo que ela não pode ser considerada mera variação decorrente do cenário econômico. Mais propriamente, pode-se supor que o problema guarda ligação com outros fatores cujo cenário de interrupção do crescimento acaba apenas por agravar, tomando novas proporções e contornos mais complexos (PORTO; BUTELLI, 2014).

A fim de problematizar as variáveis e fatores a que nos referimos, complementamos as informações sobre a demanda por crédito, tratadas anteriormente no Gráfico 4, com os dados que seguem no Gráfico 7, construído com

base no Indicador de Demanda por Crédito do Serasa. Ele mostra um movimento de expansão no período entre janeiro de 2007 e outubro de 2015, estabelecendo ainda um recorte por classes de rendimento em seis categorias.

Gráfico 7 – Demanda por crédito



Fonte: SERASA-Experian

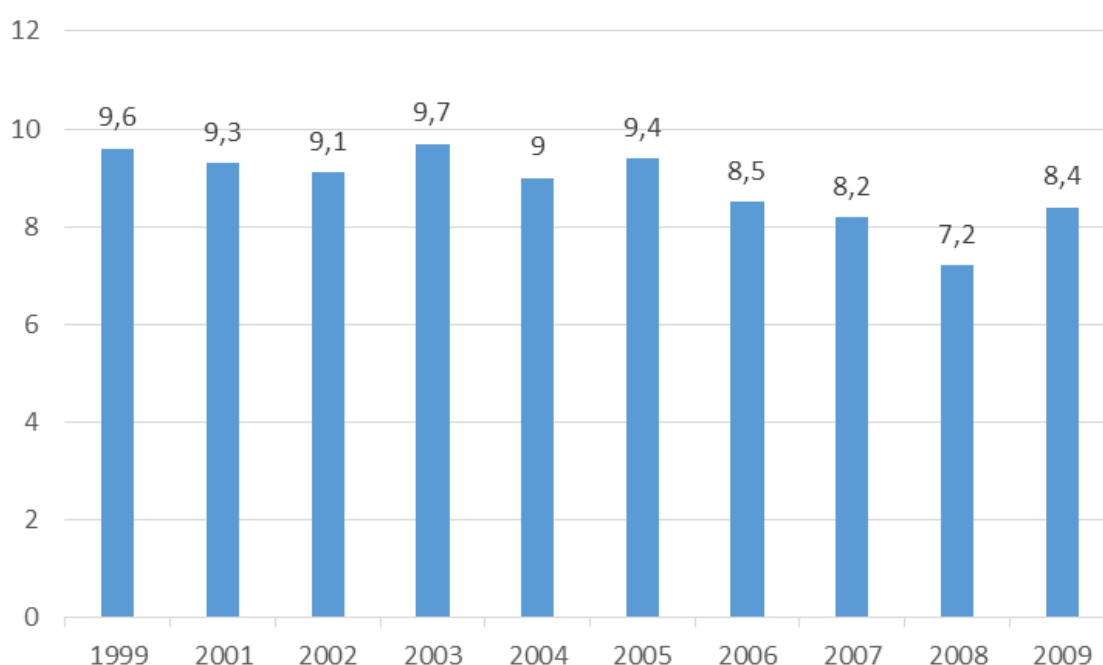
Até 2009 observa-se uma tendência igualitária na demanda por crédito entre as distintas faixas de rendimento, e após esse período o início de uma diferenciação peculiar, com aumento substancial entre a população de menor renda, particularmente, entre os que recebem até R\$ 500,00. O que tais dados sugerem é a existência de um provável vínculo entre o endividamento e a renda, ou ao menos entre o nível de renda e a demanda por crédito, numa direção similar ao que apontam evidências empíricas que constatarem ser mais frequente o uso do crédito entre indivíduos de baixa renda (STAMP, 2009).

Conforme comentamos, na primeira década do século XXI, o Brasil passou por transformações substanciais em sua estrutura econômica e social. A pobreza extrema e a desigualdade social reduziram-se e, além disso, houve uma melhora na situação geral dos trabalhadores, decorrente, entre outras questões, de um conjunto de políticas de apoio à renda na base da pirâmide – como a valorização real do salário mínimo e os programas de transferência direta de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Dada a importante influência da estrutura produtiva e das condições ocupacionais nos níveis de rendimento, o que por sua vez afeta os padrões de consumo, pode-se afirmar que o mercado de trabalho detém importante parcela na determinação das condições de vida da população.

Nesse sentido, entendemos que nenhum fator pode ser considerado mais importante nas mudanças ocorridas no Brasil durante os anos 2000 que o fortalecimento do mercado de trabalho (DIEESE, 2012; POCHMANN, 2012). Sua evolução pode ser observada nas taxas de desemprego, que constam no Gráfico 8, referente ao período de uma década – entre 1999 e 2009.

Gráfico 8 - Taxa de desemprego (%) 1999-2009



Fonte: DIEESE (2012).

Observa-se uma queda histórica que segundo informações do IBGE, coletadas a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), alcançou percentual recorde de 4,5% em abril de 2014³⁷. Entretanto, apesar da redução do desemprego, das maiores taxas de formalização, entre outras mudanças positivas elencadas, as transformações ocorridas não foram suficientes para alterar significativamente a estrutura do mercado de trabalho brasileiro, ainda bastante precária. Em relação à formalização, por exemplo, constata-se que se ampliaram as vagas fundamentalmente no setor de serviços, gerando ocupações com poucas exigências de qualificação. Em

³⁷ Informações disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Bacen (SGS, série 10777).

decorrência, os salários são reduzidos, não ultrapassando – em cerca de 90% dos novos postos de trabalho – o valor de 1,5 salário mínimo mensal (POCHMANN, 2012).

A Tabela 1 traz dados sobre a renda média anual dos brasileiros e sua variação (nominal e percentual) no período entre janeiro de 2001 e dezembro de 2015.

Tabela 1 – Variação renda média Brasil (2001-2015)

Período	Renda média	Variação (nominal)	Variação (%)
2001	R\$ 1.123,96	-	-
2002	R\$ 1.926,65	R\$ 802,69	71,42%
2003	R\$ 1.744,51	-R\$ 182,14	-9,45%
2004	R\$ 1.748,22	R\$ 3,71	0,21%
2005	R\$ 1.790,48	R\$ 42,26	2,42%
2006	R\$ 1.870,38	R\$ 79,90	4,46%
2007	R\$ 1.937,31	R\$ 66,93	3,58%
2008	R\$ 2.013,81	R\$ 76,50	3,95%
2009	R\$ 2.062,39	R\$ 48,58	2,41%
2010	R\$ 2.153,26	R\$ 90,87	4,41%
2011	R\$ 2.215,30	R\$ 62,04	2,88%
2012	R\$ 2.312,51	R\$ 97,21	4,39%
2013	R\$ 2.348,04	R\$ 35,53	1,54%
2014	R\$ 2.435,12	R\$ 87,08	3,71%
2015	R\$ 2.294,63	-R\$ 140,49	-5,77%
Variação (média)	R\$ 1.170,67	R\$ 83,62	6%

Fonte: IBGE. Bacen. (SGS série 10790)

Observarmos no período em questão que a renda média aumentou (em termos nominais) em R\$ 1.170,67, o que proporcionalmente representa quase o dobro, cerca de 104%, daquela no período inicial. Entretanto, corrigidos os valores conforme a inflação, obtemos um crescimento real correspondente a 40% no período (DIEESE, 2014). Em termos médios, esse aumento pode ter sofrido variação influenciado por outras mudanças, entre as quais encontra-se a valorização real do salário mínimo, que vemos na Tabela 2, cujo aumento no período, reajustado pelo IPCA, foi de 67%.

Tabela 2 – Variação salário mínimo (2001-2016)

Período	Renda nominal	Variação %	Inflação (IPCA)	Variação % (ajustada)
2001	R\$ 180,00	-	9,06%	-
2002	R\$ 200,00	11%	13,88%	1,94%
2003	R\$ 240,00	20%	9,95%	6,12%
2004	R\$ 260,00	8%	5,97%	-1,95%
2005	R\$ 300,00	15%	4,94%	9,03%

2006	R\$ 350,00	17%	2,78%	12,06%
2007	R\$ 380,00	9%	5,04%	6,22%
2008	R\$ 415,00	9%	6,30%	3,96%
2009	R\$ 465,00	12%	4,04%	5,70%
2010	R\$ 510,00	10%	6,29%	5,96%
2011	R\$ 545,00	7%	5,92%	0,71%
2012	R\$ 622,00	14%	6,03%	8,08%
2013	R\$ 678,00	9%	5,43%	2,97%
2014	R\$ 724,00	7%	6,06%	1,57%
2015	R\$ 788,00	9%	10,74%	2,94%
2016	R\$ 880,00	12%	-	1,26%
Total Período	Varição (nominal)	Varição (%)	Inflação (IPCA)	Varição real
	R\$ 700,00	169%	93%	67%

Fonte: MTE; Bacen (SGS série 1619)

O aumento do salário mínimo contribuiu para gerar uma maior demanda por consumo, visto exercer influência direta sobre o poder de compra de pelo menos 10,8 milhões de empregados ativos e 20,3 milhões de beneficiários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que, em setembro de 2012, recebiam exatamente esse valor (DIEESE, 2014).

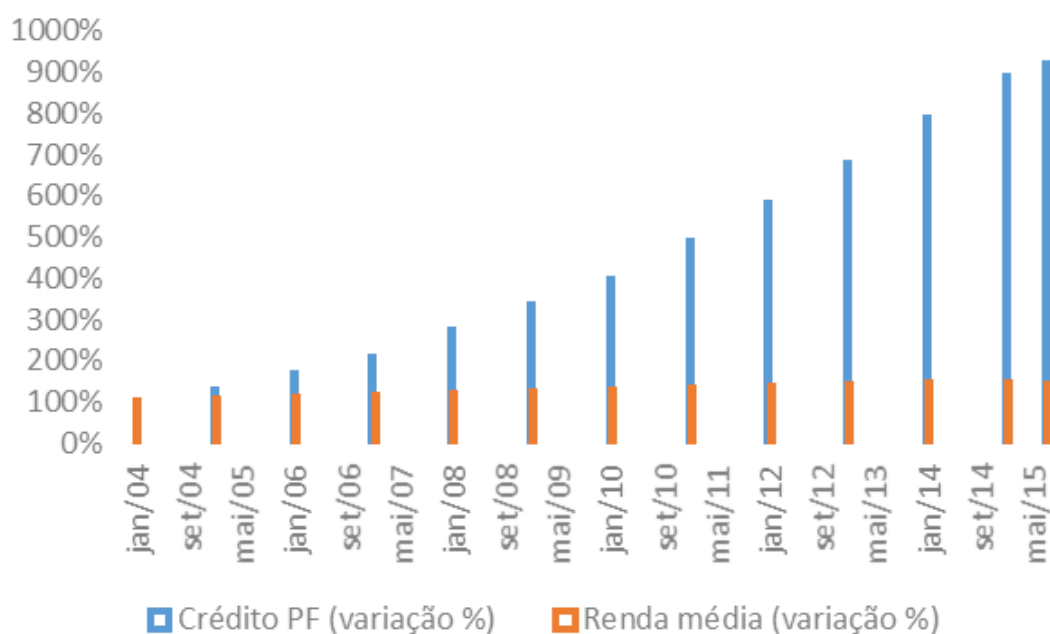
Entretanto, há de se considerar qual a proporção que essa expansão do poder de compra gerada pelo aumento da renda exerce sobre a demanda de consumo, questão que podemos verificar a partir de elementos há mais de uma década levantados pela Pesquisa sobre Orçamentos Familiares (POF- 2002-2003) (IBGE, 2004). Ao analisar os padrões de consumo e despesas das famílias brasileiras, essa investigação revelou que os gastos correntes – como alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura – representam a parcela mais significativa das despesas para a maioria das famílias. Estima-se que, em média, uma proporção de 82% dos rendimentos seja gasta somente com tais itens, a maioria considerados essenciais. Em uma coleta de dados mais recente (POF 2008-2009) constatou-se um leve incremento nessa proporção, que passou a representar 92,1% das despesas das famílias (IBGE, 2010).

Ambos estudos realizaram também um levantamento sobre alguns aspectos da qualidade de vida da população, a partir de uma percepção subjetiva. Com relação à renda, em 2002-2003, constatou-se que 85% dos núcleos familiares declaravam ter dificuldades em manter suas despesas com o nível de ganhos atual, uma proporção

que se alterou para 75,2%, em 2008-2009. Observando esses indicadores, em relação aos demais que já vimos, sobretudo as Tabelas 1 e 2, verificamos a existência de um descompasso entre os níveis de renda e as necessidades de consumo. Nessas condições, muitas famílias acabam tendo no endividamento a única alternativa de consumo, antecipando “[...] *para o momento presente o poder aquisitivo necessário para a aquisição de bens e serviços [...] (POCHMANN, 2014, p.98)*”. Considerando-se essas circunstâncias, o aumento da renda identificado parece tímido e quase inexpressivo. Sobretudo se compararmos com outro fator de influência no poder de compra e na demanda por consumo: o crédito.

Essa diferença é ilustrada no Gráfico 9, em que a proporção do crescimento da renda é comparada com o crédito, mensurado pelo volume de empréstimos concedidos entre 2004 e 2015. As evidências sugerem, numa desproporção absurda, que a oferta de crédito sofreu variação de 928,56%, crescendo “[...] *mais rapidamente do que a renda e/ou o salário dos indivíduos nos últimos anos [...] (PORTO; BUTELLI, 2014, p. 187)*”.

Gráfico 9 – Variação do crédito x renda média (%) - (2004-2015)



Fonte: Bacen

4.3 CARACTERÍSTICAS DO ENDIVIDAMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Vimos até aqui que no curso dos últimos vinte anos ocorreu um processo massivo de oferta de crédito no Brasil. A banalização do acesso ao crédito encontra-

se estreitamente relacionada ao crescimento das dívidas e da inadimplência. Entretanto, a mera constatação dessa expansão não constitui, isoladamente, elemento suficiente para explicar a ocorrência do endividamento.

Sua compreensão exige o dimensionamento da escala e proporções dos empréstimos adquiridos, bem como a constatação de alguns componentes e dimensões a eles relacionados. Também, entre os elementos necessários a uma análise dessa problemática encontra-se a caracterização da população afetada por esses problemas. Esses são os pontos que abordamos nesta seção, buscando estabelecer um mapeamento exploratório acerca de algumas características essenciais do endividamento no Brasil.

Segundo informações do Bacen, em dezembro de 2015 o saldo total da carteira de crédito no país era de R\$ 3.219 bilhões, dos quais aproximadamente 47% destinados às pessoas físicas (R\$ 1.512 bilhões). Desse total, a maior parte, cerca de R\$ 95.655 bilhões é composta por cartões de crédito (62,79%), R\$ 30.202 bilhões referentes à Cheque Especial (19,83%), R\$ 16.270 bilhões em distintas formas de crédito pessoal (10,68%), e, por fim R\$ 8.970 bilhões direcionados a empréstimos consignados (5,89%).

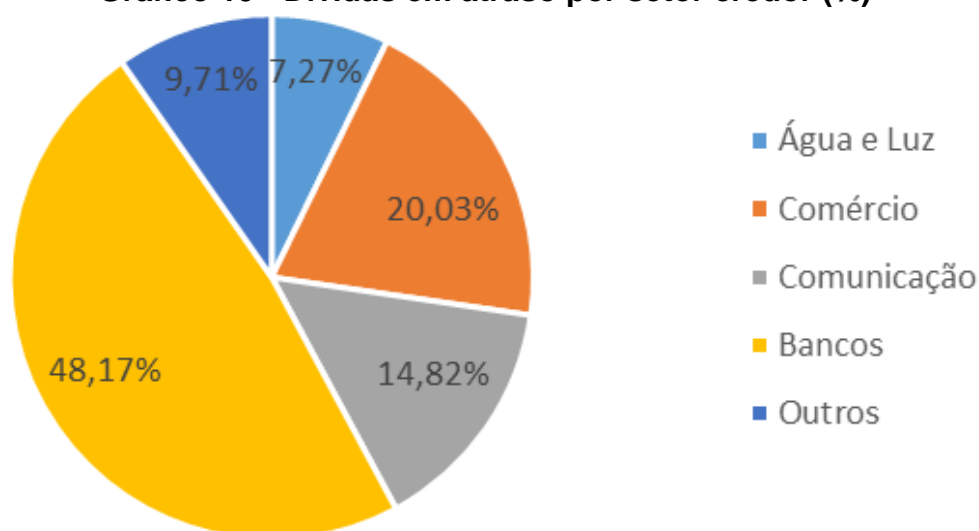
A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou, em 2015, os resultados da pesquisa *Retratos da sociedade brasileira: renda e endividamento*, que entrevistou 2002 indivíduos em 141 municípios de todo o país. Essa coleta de dados buscou analisar as percepções dos brasileiros a respeito de sua condição econômica, renda, poder de compra e endividamento, apontando entre suas constatações que, 34% dos brasileiros considera estar mais endividado em relação aos últimos 12 meses. Ela constata uma expansão no comprometimento da renda média com dívidas e prestações entre uma parcela da população e adicionalmente revela que 89% declarou ter alguma dificuldade com relação à capacidade de efetuar os pagamentos de empréstimos, financiamentos e parcelamentos, (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2015).

Quanto aos tipos de dificuldades financeiras enfrentadas, a CNI constatou que para 60% os problemas têm relação com o pagamento de contas e outras compras realizadas a crédito, enquanto outros 33% mencionam ter dificuldades com o pagamento de despesas como o aluguel e a prestação da casa própria (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2015). Dentre as razões para o aumento das dívidas a CNI (2015) entende ser decorrência do cenário de retração da

economia brasileira, responsável pela redução dos salários e aumento dos custos de vida, que, numa direção semelhante, também é destacado pela pesquisa do SPC-Brasil (2016a) *Impactos da Crise Econômica na Gestão das Finanças Pessoais do Brasileiro*. Este estudo questionou os entrevistados sobre suas condições de endividamento e possíveis causas, verificando que uma proporção de 50,9% da amostra sugere como elementos explicativos como variações nos níveis de renda e aumento de preços.

Variadas evidências apontam que, na maioria dos casos, o setor bancário e financeiro é o principal credor, sendo grande proporção das dívidas composta por cartões de crédito e de loja (aproximadamente 75%) (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2015; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, 2015a). De modo mais específico, as dívidas em atraso mais significativas constituem pendências do setor bancário e financeiro – cartão de crédito, empréstimos, financiamentos e seguros – que representam 48,17% do total, seguidas das pendências com o comércio (20,03%), com serviços de comunicação (14,82%), e serviços essenciais como água e eletricidade (9,71%), além de outros itens não especificados (7,27%).

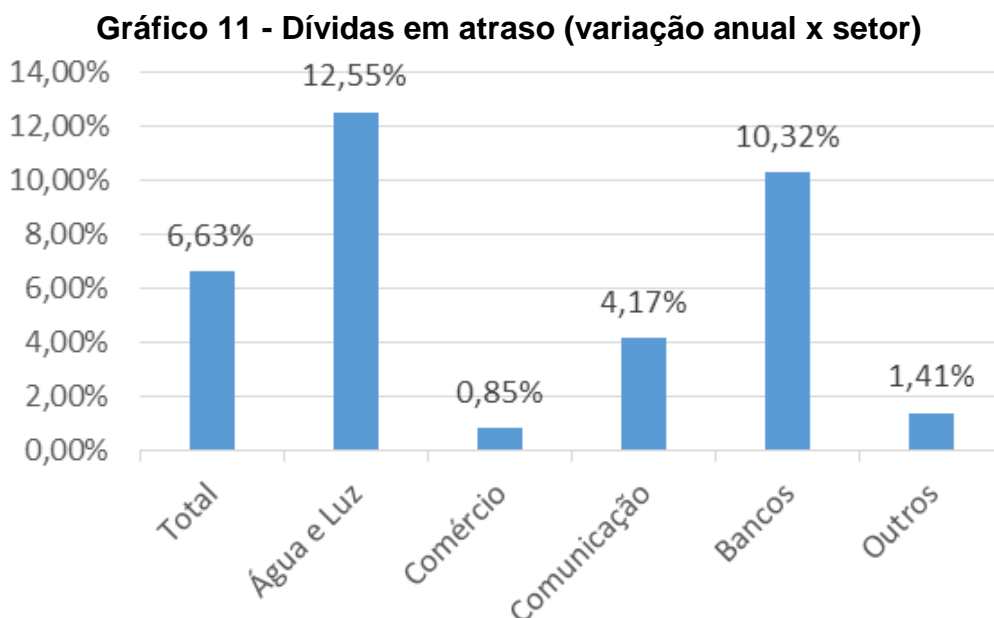
Gráfico 10 - Dívidas em atraso por setor credor (%)



Fonte: SPC-BRASIL (2015)

Entretanto, apesar das dívidas bancárias serem mais significativas tanto em volume como proporção, algumas constatações do SPC-Brasil sugerem que o crescimento da inadimplência tem sido mais expressivo, comparativamente ao ano anterior, sobretudo, entre alguns serviços de necessidade básica, como água e eletricidade, como podemos ver no Gráfico 11. Além disso, outra pesquisa conduzida

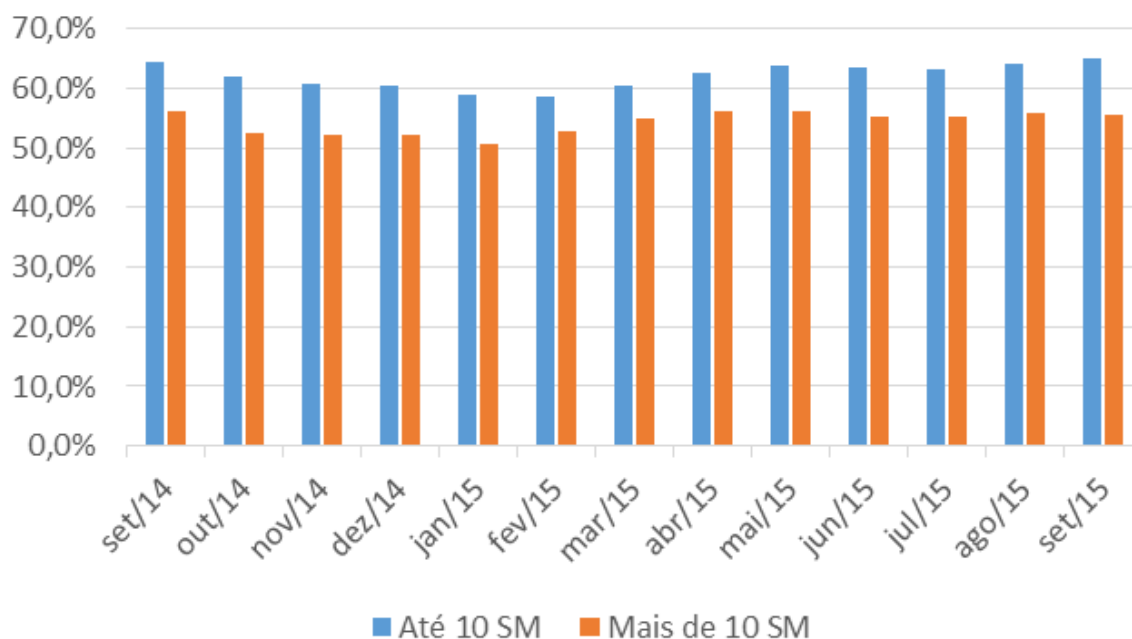
pela mesma entidade, ao avaliar as percepções da população sobre os efeitos da crise econômica constata a existência de uma impressão geral acerca do aumento nas contas domésticas, em particular a eletricidade (80% da amostra) e os gastos com supermercado (69,7% da amostra) (SPC-BRASIL,2016a).



Fonte: SPC-BRASIL (2015).

A partir dos dados sociodemográficos levantados pela CNI observamos o perfil dos indivíduos com problemas financeiros constatando que em relação ao gênero, faixa etária e níveis de escolaridade existe uma variação pouco significativa. A diferença mais expressiva ocorre com relação aos níveis de renda, sendo a proporção de dificuldades mais acentuada entre os grupos de menor renda, particularmente entre o que recebem até um salário mínimo, cuja diferença em relação à média dos demais pode chegar a 9% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2015).

Numa direção similar, verificamos anteriormente no Gráfico 7 que a demanda por crédito apresenta variação entre diferentes grupos de renda, sendo particularmente mais expressiva entre aqueles com menores rendimentos. Uma comparação nesse sentido pode ser visualizada no Gráfico 12 que compara os níveis de endividamento entre duas classes de rendimentos – aqueles com renda até 10 salários mínimos e os que recebem valores superiores – evidenciando a existência de uma relação inversamente proporcional entre o endividamento e a renda (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2015).

Gráfico 12 - Grau de endividamento (faixa de renda)

Fonte: CNC (2015)

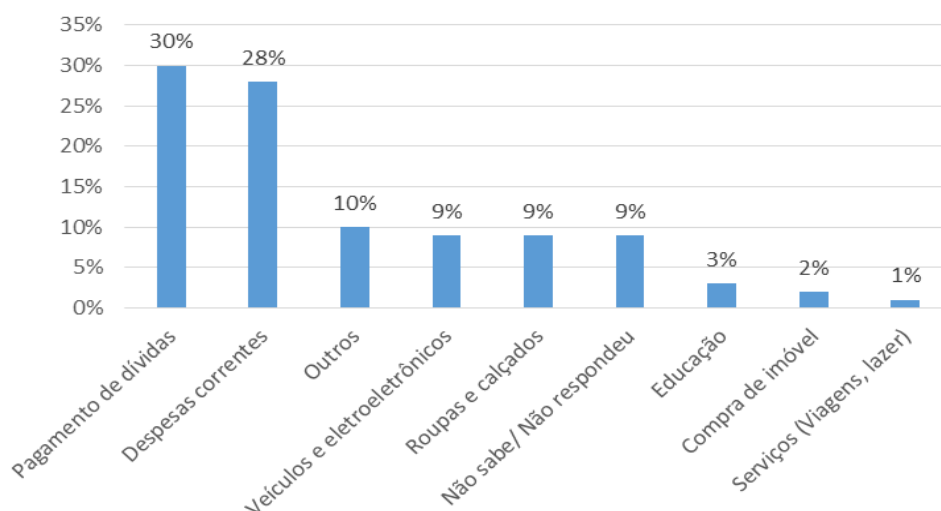
Também os dados da PEIC referentes a fevereiro de 2016, corroborando as informações do Gráfico 12, sugerem que o endividamento atinge particularmente os mais pobres, numa variação proporcional próxima a 10% entre os que ganham menos de 10 salários mínimos (62,4%) e os que ganham mais de 10 salários mínimos (53,2%) (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2016).

Num sentido similar, estimativas do Bacen (2015) apontam que em 2014 56 milhões de brasileiros fizeram uso de alguma modalidade de crédito, constatando que os indivíduos com renda de até três salários mínimos compõem numericamente a parcela mais representativa dos tomadores de empréstimos e o segundo lugar em volume de recursos. Mais especificamente, no período mencionado (2014) 34 milhões de pessoas (cerca de 60%) dos tomadores de crédito recebiam renda no valor de até três salários mínimos. Nesse grupo 73% possuía alguma dívida, prestação ou financiamento cujo comprometimento da renda representava em média 24% (BACEN, 2015).

Informações do Bacen também apontam que das 34 milhões de pessoas com renda de até três salários mínimos que em 2014 haviam usado alguma forma de crédito, 13,2 milhões deles apresentavam proporções de comprometimento dos salários que ultrapassavam 50% (BACEN, 2015). Tais dados isoladamente já são suficientemente preocupantes. Entretanto, o aspecto problemático da questão não diz

respeito ao fato de os mais pobres assumirem um volume maior de dívidas. Ele tem relação com a proporção desses compromissos, que podem acarretar sérias consequências, sobretudo se considerarmos: 1) os tipos de dívidas assumidas, essencialmente com cartões de crédito, cheque especial e outros empréstimos sem garantia – com as maiores taxas de juros e incidência de encargos (BACEN, 2015); 2) os motivos pelos quais são adquiridas, em sua maior parte sem planejamento, em função de situações inesperadas ou de contextos de crise (53% dos casos) – Gráfico 13.

Gráfico 13 - Causas informadas dos empréstimos (%)



Fonte: CNI (2015)

Uma dimensão do endividamento dos brasileiros é estimada pelo SPC-Brasil (2015b) calculando a proporção dos valores inadimplentes no país no momento em que são registradas no banco de dados do SPC e no momento em que ela deixa o cadastro (seja por pagamento, acordo ou esgotamento do prazo) com relação à renda (média). No momento em que são registradas no cadastro de inadimplência o valor médio das dívidas é de aproximadamente R\$ 7817,00, podendo atingir ao final (no momento em que deixa o cadastro) adicionados os juros, multas e encargos um valor médio de R\$ 21676,00. Calculando-se entre os consumidores inadimplentes o comprometimento da renda média (R\$ 3004,00) que seria necessário para quitar essas dívidas constata-se que na fase inicial implicaria um comprometimento de 260% da renda, enquanto na fase final (adicionados os juros e encargos) para quitação das dívidas seria necessário comprometer 768% da renda.

4.4 UM CONTEXTO PECULIAR

A expansão do crédito no Brasil ocorreu de forma muito similar ao da maioria dos casos estudados, como os Estados Unidos (MANNING, 2001; HYMAN, 2011), o Reino Unido (MONTGOMERIE, 2006; LANGLEY, 2008; TRUMBULL, 2008) e a França (TRUMBULL, 2012, 2014) entre outros países ocidentais (GUSEVA; RONATAS, 2001, 2014), onde a ampliação do setor bancário e financeiro foi influenciada pelo Governo como parte da estratégia de política econômica, mas conduzido quase na sua totalidade por instituições financeiras privadas³⁸.

Entretanto, nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus, a ampliação do crédito ocorreu lenta e progressivamente, acompanhando as diferentes fases do ciclo econômico. Já no Brasil ela foi rápida, ocorrendo num momento de ciclo econômico ascendente – com relativo crescimento da renda, queda nos níveis de desemprego e taxas de juros e abertura do mercado aos agentes financeiros externos.

Nesse sentido, o crédito e o endividamento compõem uma estratégia de dinamização da economia que tem como objetivo incrementar os níveis de consumo e incentivar o setor produtivo e gerar, assim, uma expansão dos níveis de vida. Frade (2007), no entanto, sugere que este mecanismo somente pode ser eficaz quando desenvolvido em um contexto sustentável.

Além de uma conjuntura macroeconômica favorável e de um mercado financeiro sólido e competentemente supervisionado, um endividamento de baixo risco depende igualmente da existência de estabilidade financeira, laboral e familiar da parte dos devedores. Quando alguma destas premissas falha, a possibilidade de se registarem interrupções no cumprimento regular das prestações creditícias aumenta necessariamente (FRADE, 2007, p. 69).

Algumas características definem a dimensão peculiar do caso brasileiro, onde o contexto jurídico e institucional é conhecidamente desfavorável aos consumidores. Numa referência explícita a esse respeito, Bertocello (2015) critica a ausência de mecanismos de regulação ao afirmar que: “[...] o aumento do crédito como política pública propiciadora de acesso a bens de consumo não veio com o pacote completo [...] já que inexistente tutela legal de prevenção e tratamento do superendividamento” (2015, p.28).

³⁸ O caso do Chile parece ser um dos poucos que seguiu um padrão diferenciado, tendo como mote de oferta de crédito ao consumo não os empréstimos, mas sim o financiamento em lojas por meio de cartões e cartões (BARROS; OSSANDÓN, 2012; GONZALEZ, 2015).

A incidência de altas taxas de juros – não raro capaz de elevar o custo dos produtos em até quatro vezes – é característica marcante das operações de crédito no Brasil (DOWBOR, 2014). Os encargos cobrados encontram-se entre os mais elevados do mundo, segundo um estudo do IPEA, em 2009, no qual constatava que: “para empréstimos à pessoa física, o diferencial chega a ser quase 10 vezes mais elevado para o brasileiro em relação ao crédito equivalente no exterior” (IPEA, 2009, p.23). Essas informações podem ser confirmadas observando os dados do Quadro 2, que compara as taxas médias de juros cobradas nos empréstimos em três instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Quadro 2 – Taxas de juros média (Brasil x Exterior)

	HSBC (média anual)	Santander (média anual)	Citibank (média anual)
Brasil	63,42%	55,75%	74%
Exterior	6,6%	10,81%	7,28%

Fonte: Adaptado de Dowbor (2014).

Na Tabela 3, podemos visualizar as taxas de juros cobrados nos empréstimos e financiamentos no Brasil, em médias mensal e anual, comparadas com a taxa SELIC³⁹, que deveria servir-lhe de referência. Verificamos que os valores cobrados são abusivos, amplamente extrapolando os níveis não só da SELIC, mas também de outros indicadores, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) (ANEFAC, 2014).

Tabela 3 – Taxas de juros Pessoa Física (média)

Linha de crédito	Taxa de juros (mensal)	Taxa de juros (anual)	Juros acima SELIC (14,25% a.a.)
Juros do comércio	5,35%	86,90%	72,65%
Cartão de crédito	13,73%	368,7%	354,02%
Cheque especial	10,36%	226,39%	212,14%
Empréstimo pessoal – bancos	4,24%	64,59%	50,34%
Empréstimo pessoal – financeira	7,9%	149,03%	134,78%
Média geral	7,3%	132,91%	118,66%

Fonte: adaptado de ANEFAC (2015).

³⁹ Taxa básica de juros da economia, definida pelo governo através do Comitê de Política Monetária (COPOM). Para uma nota crítica a respeito, ver Fattorelli (2015). Para uma comparação das taxas referenciais cobradas no Brasil em relação àquelas no cenário internacional, ver: <http://www.cartacapital.com.br/economia/medalha-de-ouro-para-as-taxas-de-juros-do-brasil-2076.html>

Podemos ilustrar as informações da Tabela 3 e suas implicações a partir de um exemplo fictício. Consideremos um consumidor hipotético⁴⁰ na compra de uma geladeira pelo preço de R\$ 1200,00, em doze prestações mensais iguais. Caso o produto fosse adquirido no comércio, em que a taxa média de juros é de 5,35% ao mês, podemos calcular que os valores mensais a serem pagos seriam de aproximadamente R\$ 138,08. Com esta prestação, ao final do pagamento das prestações, verificamos que o custo efetivo total do produto foi de R\$ 1.656,96, dos quais R\$ 456,96 – mais de um terço do valor da compra – são referentes aos juros.

O mesmo produto, adquirido com um cartão de crédito, poderia ser parcelado sem juros ou com taxas similares às do comércio, dependendo das condições de cada loja. Porém, se considerarmos uma possível situação de inadimplência (momento em que passa a ser cobrada uma taxa média de juros de 13,35% ao mês), verificamos que ao final do mesmo prazo (12 meses) o valor da dívida seria elevado a exorbitantes R\$ 2.471,88 (considerados somente a cobrança dos juros, sem demais encargos, taxas e multas). Deste valor, R\$ 1.271,88 equivalem somente à cobrança dos juros, mais do que o suficiente para a aquisição de um novo produto. A esse respeito comenta Dowbor:

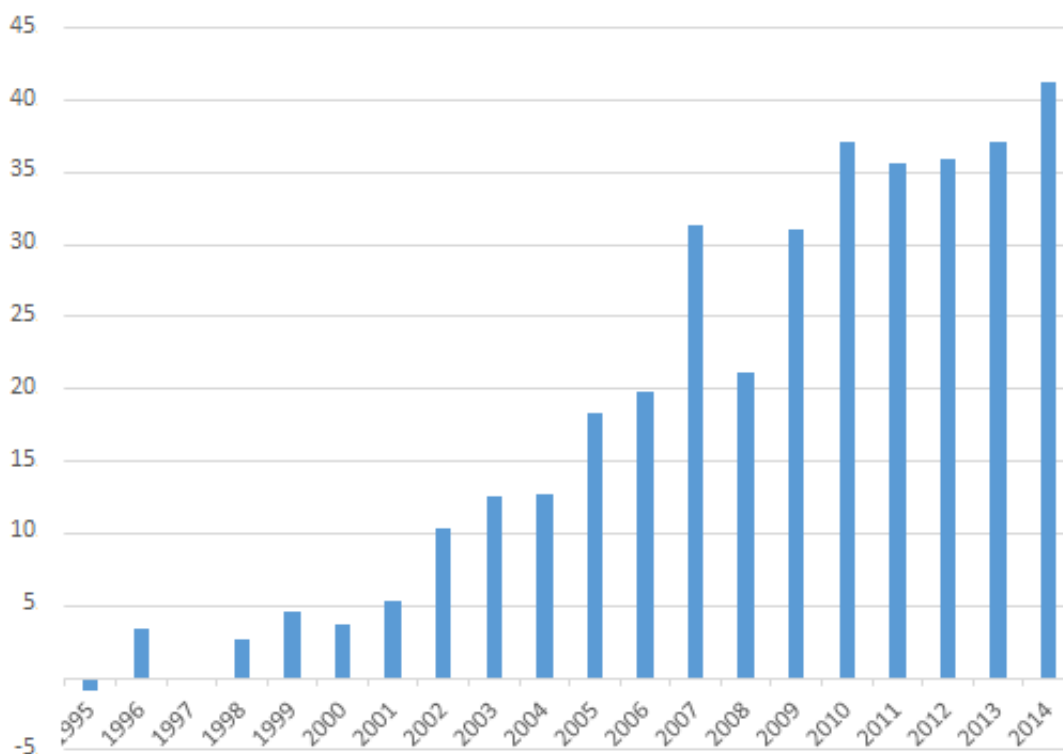
[...] com essas taxas de juros, as pessoas, ao fazerem uma compra a crédito, gastam mais com os juros do que com o próprio valor do produto adquirido. Costuma-se apresentar apenas a taxa de endividamento das famílias, próxima de 30%, o que não é informação suficiente, pois elas não só se endividam muito, como se endividam muito comprando pouco. A conta é evidente: em termos práticos, pagam quase o dobro, às vezes mais. Dito de outra forma, compram a metade do que o dinheiro delas poderia comprar, se o fizessem à vista – isso porque a compra à vista já inclui os lucros de intermediação comercial (DOWBOR, 2014, p.12).

Essas evidências sugerem que o endividamento não pode ser analisado isoladamente, mas antes requer considerações sobre múltiplos fatores e dimensões, incluindo o contexto econômico, político, jurídico e institucional. Por exemplo, os diversos indicadores macroeconômicos apresentados demonstram uma situação de declínio no cenário econômico brasileiro. Esse contexto evidentemente acaba por afetar, direta ou indiretamente, as condições de vida da maior parte da população. Entretanto, curiosamente, durante esse momento de “crise”, como podemos observar

⁴⁰Cálculos efetuados considerando-se as taxas referentes ao mês de outubro de 2015, conforme a calculadora do cidadão do Bacen: <<https://www.bcb.gov.br/?CALCULADORA>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

no Gráfico 14, o lucro dos bancos tem batido recordes, numa proporção, entre dezembro de 1998 e dezembro de 2014, de 1500%.

Gráfico 14 - Lucro dos bancos no Brasil (R\$ - Bilhões)



Fonte: Bacen (<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>).

Embora a incidência de elevadas taxas de juros e as enormes proporções de lucro obtidas pelas instituições financeiras pareçam uma situação típica do cenário brasileiro, de certa forma, elas parecem, em maior ou menor grau, generalizar-se a todo o conjunto da América Latina, onde os bancos estrangeiros auferem lucros em patamares superiores ao de suas matrizes na Europa e Estados Unidos. O britânico HSBC, por exemplo, na primeira metade de 2011, lucrou US\$ 1,15 bilhão, somente na região. O espanhol BBVA teve ganhos de 14% na América Latina nesse mesmo ano. Uma margem de 47% de suas receitas brutas, apesar de a participação dos ativos da empresa na região ser relativamente reduzida (22%), e do fato de ter sofrido prejuízos na ordem de 43% em seu país de origem. O Santander, também espanhol, apresenta história similar: foram cerca de US\$ 4 bilhões em lucros no primeiro semestre de 2011, 13,4% a mais que no ano anterior, ao mesmo tempo em que na Europa viu reduzidas suas operações em 17% (AMÉRICA ECONOMIA, 2011).

Esses indicadores do setor bancário apontam a ocorrência de severos prejuízos na Europa e Estados Unidos durante a recessão que se seguiu à crise

financeira de 2007-2008. As mesmas instituições, entretanto, mantiveram patamares bastante elevados de lucros na América Latina, que possibilitaram certo equilíbrio. Eles foram mantidos às custas das exorbitantes taxas de juros cobradas dos clientes na região, o que nos leva a arriscar um argumento no sentido de que a história, num movimento cíclico, se repete, com os velhos mecanismos de pilhagem e expropriação típicos do período colonial ainda vigentes.

Países como França, Alemanha, Bélgica e Áustria, entre outros, há pelo menos vinte anos dispõem de marcos regulatórios e leis específicas para tratamento do superendividamento, enquanto no Brasil só muito recentemente tais questões⁴¹ têm sido sistematicamente discutidas (LOPES, 2006; MARQUES; LIMA; BERTONCELLO, 2010). As taxas de juros mencionadas são um exemplo dessa falta de regulação. Nosso ordenamento jurídico dispõe do Decreto N° 22.626 (BRASIL, 1933), que se convencionou chamar de “Lei de Usura”, única a tratar dessa questão, mas que data de 1933, tendo sua incidência nas relações bancárias em geral não reconhecida pelos tribunais.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), originalmente, em seu artigo 192, parágrafo 3º, refere-se às taxas de juros bancárias, limitando sua cobrança a 12% anuais, mas tampouco é utilizada, devido a uma série de controvérsias que levaram, em 1993, o Supremo Tribunal Federal (STF) a condicionar sua aplicação à regulação específica por lei ordinária, ainda inexistente. Em 2003, esse parágrafo foi completamente suprimido com a instituição da Emenda Constitucional nº 40, de 2003 (BRASIL, 2003).

Sem outros mecanismos de controle frente aos abusos cometidos pelas instituições financeiras, o consumidor viu-se fragilizado, tendo como única alternativa o Código de Defesa do Consumidor (CDC, 1990), que regula as relações de consumo de modo bastante abrangente, mas não faz menção direta em nenhum de seus dispositivos às relações de natureza bancária. Com esse argumento, os bancos e financeiras, representados pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF), ajuizou no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin 2.591) – conhecida como Adin dos Bancos – contestando a aplicabilidade do CDC ao grande número de processos judiciais que vinham sofrendo. Tal ação, julgada em 2006,

⁴¹ Atualmente está em fase de tramitação o PL 283/2012 que trata especificamente da temática. Para maiores detalhes ver: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106773>. Acesso em: 07 abr. 2016.

resultou na compreensão de que o CDC é plenamente válido nos casos envolvendo serviços e operações bancárias.

Podemos considerar, de acordo com a descrição que apresentamos neste capítulo, que a estabilização e o crescimento econômico vivenciados no Brasil, amparados por políticas sociais de distribuição de renda e valorização do salário mínimo, criaram um contexto favorável ao processo de bancarização. Nele foram criados mecanismos econômicos, jurídicos e institucionais que possibilitaram a massificação do crédito, facilitando o acesso a instrumentos existentes, como o cartão de crédito e o cheque especial, cuja popularização facilitou sobremaneira a aquisição de bens de consumo. Por outro lado, no entanto, também resultando numa exposição exagerada dos consumidores a uma série de riscos, pois além da facilidade de acesso, ou justamente em função disso, cobram-se taxas e encargos bastante elevados.

Também foram instituídos novos mecanismos como as garantias de alienação fiduciária e as operações de consignação, instituídas pela lei nº 10.820 em 2003, que autoriza o pagamento das parcelas de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento a partir de descontos deduzidos diretamente do salário (PORTO; SAMPAIO, 2015). No ato de sua contratação, obrigatoriamente deve observar-se um limite máximo de prestação correspondente a 30%⁴² da remuneração fixa recebida, pois compreende-se que exceder essa proporção poderia comprometer o equilíbrio financeiro do consumidor. Por parte dos credores existe uma maior segurança de que os valores serão pagos e, em consequência, reduzindo, na maioria dos casos, as taxas de juros, além de praticamente desconsiderar restrições de crédito como SPC e SERASA (LIMA; BERTOCELLO, 2010).

Apesar dos juros reduzidos, Porto e Sampaio (2015) consideram que os empréstimos consignados também apresentam uma faceta problemática, primeiramente em função de seu público e, em segundo lugar, pelo destino dado a esses recursos. Quanto ao primeiro ponto:

[...]dentre os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas do INSS, 57,2% dessas operações em janeiro de 2011 eram realizadas por indivíduos com faixa salarial de até 1 salário mínimo, cujo montante de crédito tomado (R\$ 949,51 milhões) correspondia a 41,5% do total (PORTO; SAMPAIO; 2015, p. 152).

⁴² Em outubro de 2015 esse percentual foi alterado para 35% por meio da Medida Provisória (MP) 681, sancionada sem vetos pela presidente Dilma Rousseff. Esses 5% adicionais destinam-se unicamente à quitação de dívidas com cartões de crédito (OMS, 2015).

O segundo aspecto é destacado por Lopes:

Não são poucos os que se endividam para pagar despesas corriqueiras, despesas de manutenção diária ou despesas com serviços indispensáveis que já não são providos pelo Estado ou que nunca o foram adequadamente. Parte do endividamento que preocupa deriva, sobretudo, do aumento de recursos necessários para prover a subsistência (LOPES, 2006, p. 6).

As altas taxas de juros e a inexistência de regulação legal dão ao contexto brasileiro de expansão do crédito um caráter bastante peculiar. Considerando-se que o endividamento não pode ser explicado unicamente em função do aumento ocorrido na oferta de crédito e na demanda por consumo, os elementos que tratamos nessa seção permitem verificar que possivelmente um fator heurístico significativo pode ser encontrado a partir de uma compreensão do contexto – econômico, político e social – no qual a expansão da oferta de crédito ampliada ocorre.

5 CONTEXTO E METODOLOGIA

Este capítulo trata dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo. Primeiramente apresentamos o contexto empírico que nos serve de recorte. A seguir, descrevemos o processo de coleta do material empírico seguido do debate acerca dos pressupostos que lhe fundamentam. Em seguida, após descrever os critérios e meios de seleção dos sujeitos que participaram desta pesquisa, passamos à exposição do método de análise dos dados.

5.1 O CONTEXTO DA PESQUISA: O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR

Preocupado com o aumento do endividamento decorrente das políticas de incentivo ao crédito no Brasil, um conjunto de instituições – Tribunal de Justiça (TJ/RS), Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Cruz Vermelha, Ministério da Justiça, PROCON-RS e UFRGS – iniciou em 2006 um projeto pioneiro⁴³ para discutir e tratar essas questões: o Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento do Consumidor. Sua concepção deriva dos resultados alcançados em três pesquisas realizadas pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS (PPGDir – UFRGS), sob coordenação da Professora Dra. Claudia Lima Marques, cujo objetivo mais amplo era conferir suporte e legitimidade ao Ministério da Justiça na elaboração de um anteprojeto de lei⁴⁴ para o tratamento do superendividamento.

Estudos de direito comparado buscaram identificar as formas como o tema é tratado e regulamentado no cenário internacional. Em seguida, realizou-se um levantamento dos processos judiciais de revisão de contrato de crédito contra os bancos, financeiras e cartões de crédito no TJ/RS⁴⁵. E, por fim, uma pesquisa empírica analisou 100 casos em dez comarcas do estado (na capital e interior), constatando um cenário dramático que confirmava a necessidade de estabelecer um marco regulatório (MARQUES, 2006).

⁴³ Inspirados na experiência gaúcha, projetos semelhantes foram surgindo paulatinamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná, entre outros estados.

⁴⁴ PL 283/2012. Consultar nota 41.

⁴⁵ Um levantamento da Febraban, em 2004, apontava nesse ano que o número dessas ações atingiu um pico nacional de 9.955 processos, sendo 33% deles somente no estado do Rio Grande do Sul (MARQUES, LIMA, BERTONCELLO, 2010).

O projeto piloto foi instaurado, em 2007, no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, em duas Comarcas: Charqueadas e Sapucaia do Sul. Nos anos seguintes, expandiu-se paulatinamente aos municípios de Canoas, Sapiranga e Porto Alegre. Essa experiência funciona por meio de audiências (sessões) de conciliação e mediação nas quais os consumidores e os credores são incentivados a encontrar uma alternativa de acordo para que o superendividado possa saldar suas obrigações, ponderando suas possibilidades financeiras.

O procedimento (ver Apêndice - A) contempla basicamente três etapas, a saber: 1) o preenchimento de um questionário⁴⁶ padronizado (Apêndice B – dá início ao atendimento, quando os indivíduos se dirigem ao projeto. Nessa etapa realiza-se um levantamento de todas as dívidas a serem negociadas, dos gastos mensais e da renda individual e familiar, agendando, a seguir, uma sessão de negociação; 2) uma carta convite (Apêndice-C) é enviada aos credores para participarem de forma espontânea; 3) por fim, na data agendada realiza-se a sessão de negociação em si, com a produção de uma ata (Apêndice-D) com seus resultados.

5.2 O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS E SEUS PRESSUPOSTOS

Uma parcela considerável das investigações que abordam o crédito e o endividamento tende a seguir uma perspectiva quantitativa estática. Muitas vezes realizando apenas descrições empíricas, sem qualquer esforço analítico explícito, ou mesmo adotasse alguma fundamentação teórica claramente definida. Em oposição, outros estudiosos, não raro, perdem-se em digressões teóricas e análises abstratas sem qualquer intento de verificação em uma realidade concreta.

As pesquisas empíricas apresentam limitações, sobretudo, no que tange a dois aspectos principais: primeiramente, como vimos, há profundas discordâncias e imprecisões quanto às definições e conceitos a serem utilizados. Como consequência, os resultados são bastante divergentes e, mesmo quando similares, diferentes metodologias consideram uma ampla gama de dimensões e indicadores em cada caso analisado, limitando a possibilidade de obtenção de resultados passíveis de comparação. Em segundo lugar, a coleta de dados se baseia fundamentalmente em

⁴⁶ O questionário tem dupla função: primeiramente estruturar o atendimento e a sessão de negociação e em segundo lugar obter informação padronizada e sistemática permitindo uma análise do fenômeno.

questionários, com respostas fechadas, ampliando o universo empírico, mas limitando a profundidade das respostas, além de ignorar fatores e eventos específicos que podem servir de influência na ocorrência do fenômeno como mediadores de mudanças. Em suma, os questionários não dão conta de captar as condições de vida dos sujeitos envolvidos nem as possíveis transformações nessas condições em uma perspectiva temporal⁴⁷.

Tanto os estudos de caráter pura e essencialmente empírico, como as interpretações teóricas e abstratas sem qualquer esforço concreto de fundamentação e verificação empírica, resultam em perspectivas parciais que prejudicam uma compreensão mais ampla do fenômeno em todas suas dimensões. Em outras palavras, os estudos existentes apresentam limitações à compreensão do crédito, da dívida e do superendividamento, que somente uma abordagem com enfoque distinto – qualitativo ou misto – capaz de considerar as circunstâncias, experiências e percepções dos sujeitos envolvidos poderia ultrapassar.

Norbert Elias (2008) afirma que qualquer disciplina que se ocupe de compreender a realidade social, especialmente a sociologia, não pode limitar-se à realização de meros exercícios de observação empírica. Tampouco perder-se em especulações filosóficas abstratas. Prioritária e fundamentalmente deve-se realizar um esforço concomitante de rigorosa observação dos fatos, associado a um debate teórico e conceitual como forma de apropriação e expressão do mundo social, visto que este não constitui um natural e objetivo, mas, antes, uma construção dinâmica sujeita a múltiplas determinações.

Inspirados por tais considerações e tendo como objetivo conhecer as relações de consumo, crédito e dívida desde o ponto de vista dos sujeitos, optamos por uma metodologia exploratória, qualitativa, com base em dados primários, coletados mediante entrevistas individuais com roteiro semiestruturado. Ao considerar essa opção, entendemos as entrevistas como um método básico, além de econômico e consolidado de pesquisa, que compõe um modelo privilegiado de compreensão detalhada das experiências dos indivíduos a partir de seu próprio ponto de vista, ao

⁴⁷ Existem exceções, como alguns estudos econômicos que utilizam dados estatísticos a partir da perspectiva dos “ciclos de vida”, ou mesmo estudos de tipo longitudinal que comparam situações de superendividamento acompanhando a amostra por determinado período de tempo, considerando fatores contextuais e outros possíveis vetores de mudanças. Ver: Disney, Bridges e Gatherwood (2008).

mesmo tempo que permite estabelecer conexões entre tais eventos com estruturas, papéis e forças sociais que operam na vida das pessoas (KAUFMANN, 2013).

Um enfoque qualitativo permite constatar traços de trajetórias individuais e familiares, fragmentos de histórias e perspectivas, geralmente ocultas por trás da aparente objetividade dos números e dados estatísticos. Ao mesmo tempo, as entrevistas qualitativas não podem ser reduzidas a um aspecto meramente técnico como instrumento e estratégia de coleta de dados. Elas devem estar amparadas por pressupostos teóricos e conceituais específicos, sempre presentes, mesmo de forma implícita, em qualquer abordagem, mas consideramos que devem ser explicitamente delineados para evitar, como diria Boudon (1989), sucumbir à ingenuidade de que os fatos sociais se apresentam de maneira transparente e imediata.

A entrevista qualitativa, portanto, constitui um excelente instrumento para captar de forma estruturada e com propósito o modo mais básico de interação humana, a conversação, indagando através das palavras as representações e construções acerca da realidade social que se dão através desses processos de comunicação (BAUER; GASKELL, 2002). A fim de responder as questões propostas e alcançar os objetivos delineados, nossas entrevistas tiveram como foco e unidade de análise os indivíduos superendividados atendidos pelo Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento em Porto Alegre. O esforço empreendido na coleta empírica não buscou necessariamente encontrar elementos para testar as hipóteses levantadas, mas dar centralidade e importância a uma compreensão ampla das situações de superendividamento vividas pelos nossos sujeitos, sobretudo com relação aos significados que eles atribuíam à sua condição. As entrevistas foram elaboradas e conduzidas a partir de um roteiro (Anexo–A) previamente delineado, mesclando duas técnicas distintas, porém complementares: o modelo de entrevista em profundidade (SEIDMAN, 2006) e a entrevista episódica (FLICK, 2004).

A “entrevista fenomenológica em profundidade”, de Seidman (2006), é composta por três etapas. Na primeira, as entrevistas devem ser conduzidas pelo pesquisador colocando as questões ao entrevistado de modo que possibilitem contextualizar a experiência pessoal do sujeito em relação ao tópico de estudo. Tomando como referência o tópico central da investigação, deve-se propor ao entrevistado que fale de si e de sua experiência da forma mais abrangente, aberta e narrativa possível. A segunda etapa concentra-se em detalhes mais concretos, localizando fenômenos, eventos, pessoas e condições mais específicos relacionados

ao problema em questão. Por fim, a última e terceira parte propõe uma reflexão por parte dos entrevistados sobre o significado de suas experiências de modo mais subjetivo.

Em resumo:

A primeira entrevista estabelece o contexto da experiência dos participantes. A segunda permite que os participantes reconstruam os detalhes de sua experiência inserida no contexto em que ela ocorreu. A terceira encoraja os participantes a refletir sobre os significados que essa experiência possui para eles⁴⁸ (SEIDMAN, 2006, p.17, tradução nossa).

Esse modelo traz alguns pressupostos que suportam os objetivos aqui pretendidos ao propor uma compreensão dos sentidos e significados das experiências dos sujeitos, observando como fatos e eventos significativos de suas vidas contribuíram para conduzi-los à sua situação presente. De outra forma, Seidman (2006) defende um olhar sobre a situação presente em detalhes e em relação com o contexto e condições nas quais ocorreram. Como o autor mesmo coloca: *“a combinação de explorar o passado para esclarecer os detalhes concretos da experiência presente estabelece as condições para reflexão sobre o que está ocorrendo em suas vidas agora”*⁴⁹ (SEIDMAN, 2006, p. 19, tradução nossa).

Sua aplicação mostrou-se impossível de ser adotada integralmente em nosso campo de investigação. Principalmente no que toca à recomendação de observar um intervalo entre cada uma das etapas, que pode variar de alguns dias até uma semana. Entretanto foi passível de adaptação ao combinar-se com outra estratégia de entrevista: a entrevista episódica (FLICK, 2004).

A entrevista episódica proposta por Flick (2004) foi desenvolvida para estudar as representações sociais da mudança tecnológica na vida cotidiana. Seu ponto de partida é o pressuposto de que as experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos ficam registradas e armazenadas na memória em dois tipos distintos de conhecimento, um conhecimento narrativo episódico – que pode ser caracterizado como formas espontâneas de compreensão do mundo, vinculadas a experiências, fatos e eventos concretos – e um conhecimento semântico, de natureza mais abstrata,

⁴⁸“The first interview establishes the context of the participants’ experience. The second allows participants to reconstruct the details of their experience within the context in which it occurs. And the third encourages the participants to reflect on the meaning their experience holds for them.”

⁴⁹ The combination of exploring the past to clarify the events that led participants to where they are now, and describing the concrete details of their present experience, establishes conditions for reflecting upon what they are now doing in their lives. ”

conceitual e reflexiva. Dadas as distintas características, o acesso a esses conhecimentos, que em conjunto formam a compreensão do mundo, da vida e das experiências dos sujeitos, impõe ao pesquisador a utilização de diferentes recursos e estratégias metodológicas.

Segundo Flick:

Para acessar essas duas formas de conhecimento sobre um domínio, foi planejado um método que coleta e analisa o conhecimento narrativo episódico utilizando narrativas, ao passo que o conhecimento semântico torna-se acessível através de questões concretas dirigidas. [...] A entrevista episódica rende apresentações associadas ao contexto, na forma de uma narrativa, já que estas aproximam-se mais das experiências e de seu contexto gerativo do que de outras formas de apresentação (FLICK, 2004, p 117, tradução nossa).

Considerando-se os pressupostos de ambas, assumimos que o crédito e o endividamento constituem práticas e vivências cotidianas que podem ser caracterizadas como episódios, nos termos de Flick (2004). As interpretações, sentimentos, significados presentes nas narrativas envolvem uma dimensão subjetiva que corresponderia ao conhecimento semântico, ou seja, à visão de mundo em torno da experiência de superendividamento. Essas duas técnicas, em conjunto, permitem explorar tanto o conhecimento de tipo episódico como o conhecimento de tipo semântico, relacionando percepções qualitativas e subjetivas aos eventos ou situações concretas aos quais eles se referem. Nesse sentido, elas possibilitam uma exploração acerca de como forças políticas e econômicas agem de modo concreto na vida das pessoas.

A adaptação realizada pode ser expressa resumidamente descrevendo nosso roteiro de entrevistas e sua organização. Primeiramente, seguindo a ordem estabelecida por Seidman (2006), procuramos abordar nos questionamentos: 1) a relação do sujeito com a experiência de superendividamento; 2) os detalhes dessa experiência e a sua relação com outros contextos; e, por fim 3) a interpretação e significados associados a essa situação. A partir da proposta de Flick (2004), entendemos que as relações de consumo a crédito e superendividamento envolvem elementos de interpretação, numa dimensão conceitual (conhecimento semântico) que devem ser analisados fora de um contexto abstrato, inserido numa relação concreta de eventos e situações determinadas (conhecimento episódico).

A forma de organização e condução das entrevistas, portanto, permite a articulação entre ambas dimensões e possibilita abordar interpretações e significados inicialmente abstratos e subjetivos em relação a episódios concretos, como situações familiares, de trabalho, entre outras, direta ou indiretamente envolvidas na situação de superendividamento. As perguntas, portanto, buscam focar diferentes esferas do problema em uma perspectiva relacional, compreendendo os significados como derivados da experiência concreta.

Essa mescla oferece uma opção para explorar narrativas e experiências significativas para o entrevistado, ultrapassando alguns limites impostos pelo modelo pergunta-resposta e acessar informações que em um questionário poderiam ser aparentemente inócuas. Para tal, a condução das entrevistas privilegia respostas abertas e narrativas, suficientemente maleável para permitir adequações a cada entrevista em particular e abordar os tópicos de interesse conforme surgem, prestando “[...] *atenção especial a situações e episódios nos quais o entrevistado tenha tido experiências que pareçam relevantes à questão do estudo*” (FLICK, 2004, p. 117).

5.3 A SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Em função de dificuldades de acesso ao campo empírico, selecionamos os participantes utilizando critérios de acessibilidade e conveniência. Os indivíduos foram abordados no momento em que recorriam ao Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento em busca de auxílio para seus problemas financeiros. Desde o princípio os objetivos da pesquisa foram explicitados, solicitando a participação voluntária, com total garantia de sigilo e confidencialidade de sua identidade, por questões não somente éticas, mas também legais.

Essa estratégia possibilitou contornar as dificuldades empíricas encontradas e, ao mesmo tempo, respeitar nossos pressupostos teóricos e conceituais. Nossa compreensão do endividamento defende este em termos de uma relação social, mais que um indicador numérico, e por isso a definição de superendividamento utilizada é de caráter subjetivo, conforme discutimos no capítulo 3.

O termo “seleção” foi empregado de modo deliberado indicando que o caráter qualitativo e exploratório deste estudo não demonstra qualquer pretensão de compor uma amostra representativa dos superendividados ou qualquer forma de generalização em um sentido estatístico. Apesar do limitado universo empírico, nossa

abordagem permite obter informações qualitativas com riqueza de detalhes, suficiente aos objetivos propostos.

As entrevistas foram realizadas no 6º andar Fórum Central de Porto Alegre, onde funciona o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), um projeto mais amplo de mediação de conflitos no interior do qual são tratados os casos de superendividamento. A escolha desse local para a realização das entrevistas não foi deliberada, mas contingência do processo de pesquisa e necessidade surgida na dinâmica do campo.

Sempre, ao abordar possíveis voluntários para participação nas entrevistas, solicitamos, diante de uma resposta positiva, o agendamento de um local e horário que melhor lhes conviesse. Em todos os casos recebemos negativas, seja por desconfiança ou alegação de falta de tempo. Muitos se propuseram, porém, a conceder as entrevistas ali mesmo, o local possível, embora não o mais apropriado. Tendo em vista os problemas que essa opção forçada poderia acarretar, sempre que conseguimos, realizamos as entrevistas no espaço mais afastado e reservado do local, onde havia menor possibilidade de ruídos ou interferências.

Essa opção pragmática acabou por afetar o resultado das entrevistas, embora não o suficiente para invalidar os resultados encontrados. Em primeiro lugar, a realização da entrevista num espaço desconhecido, ao qual muitos acudiram com certa relutância, gerou sensação de desconforto, criando inibições no discurso perfeitamente perceptíveis em alguns casos. Ao mesmo tempo, alguns manifestaram dispor de pouco tempo para as entrevistas por ocasião de outros compromissos, tornando as respostas em algumas entrevistas demasiado concisas e apressadas, o que prejudicou um esclarecimento mais abrangente, completo e aprofundado da situação.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados decorrentes das entrevistas foram transcritos e analisados a partir de análise de conteúdo temática, que, de modo sucinto, é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 2011, p.48).

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de análise de textos que propõe a descrição e interpretação do conteúdo da mensagem captando seu sentido através do uso de inferências. A comunicação, entretanto, é concebida não como um dado a ser acessado, mas um processo, cuja descrição e análise implica a identificação da superfície do texto e seu conteúdo manifesto, articulada ao mesmo tempo aos fatores que determinaram a conformação desses elementos deduzidos logicamente. Em outras palavras, a interpretação por meio dessa técnica exige a leitura do aparente, ao mesmo tempo levando-se em consideração o contexto como forma de atingir o conteúdo latente da mensagem, numa articulação recíproca entre estrutura semântica (mensagem, significado) e estrutura sociológica (contexto, significante) (MINAYO, 2012).

Recorrendo a Bauer:

Um símbolo representa o mundo; esta representação remete a uma fonte e faz apelo a um público. Através da reconstrução de representações, os analistas e conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte, o texto é um *meio de expressão*. [...] um *corpus* de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve (BAUER, 2002, p. 192).

A análise de conteúdo temática ou categorial, portanto, aborda o texto em sua totalidade operando um processo de decomposição de seu conteúdo em enunciados menores, indexados por temas ou categorias de referência a partir dos significados de que são portadores, que constituem a unidade de significação central a ser analisada (BARDIN, 2011).

Esta investigação estabeleceu algumas hipóteses prévias que serviram de orientação para a elaboração do roteiro de entrevistas e sua condução. Na fase de análise, porém, elas foram desconsideradas. As unidades de significado não foram definidas *a priori* e obtidas ao longo do estudo pela constatação de presença, ausência e frequência de diferentes núcleos de sentido.

O processo de análise e interpretação seguiu algumas etapas básicas: o primeiro estágio envolveu uma leitura de aproximação das transcrições, identificando alguns padrões emergentes. Num segundo momento, foi estabelecido um “quadro-temático” a partir dos temas mais recorrentes nas falas de nossos interlocutores. A seguir eles foram sumarizados reduzindo as narrativas apenas à sua essência.

6 O “PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO”

Abordamos neste capítulo os resultados da análise e interpretação do material empírico coletado nas 18 entrevistas qualitativas, realizadas com consumidores superendividados. Descrevemos na primeira seção as principais características desses sujeitos, a partir de um conjunto de informações socioeconômicas levantadas no decorrer das entrevistas. Tratam-se, basicamente, de indicadores como gênero, renda e faixa etária, entre outros, que permitem estabelecer seu perfil⁵⁰, que sempre que possível e considerado pertinente comparamos com evidências prévias na literatura. Veremos que apesar do número limitado de selecionados e da aleatoriedade em sua composição, seu perfil é bastante heterogêneo, mas em muitos aspectos similar ao da população de superendividados em Porto Alegre⁵¹.

As três seções seguintes apresentam nossa análise e interpretação das entrevistas, organizados de acordo com os temas e categorias surgidas no processo de tratamento dos dados, ou seja: primeiramente os determinantes do uso do crédito e os fatores que influenciam as dívidas que veremos encontram-se relacionados com algumas formas de uso e as percepções que os consumidores possuem desses elementos, entre outras questões. Em segundo lugar, dependendo das percepções, da severidade e das condições sociais e econômicas particulares a cada caso, abordamos as principais estratégias de enfrentamento do superendividamento. Por fim, um terceiro tópico discute as múltiplas consequências e efeitos das dívidas. Nossa argumentação, quando julgarmos relevante, será ilustrada a partir de citações diretas de trechos das falas de nossos entrevistados identificados de acordo com os nomes fictícios a eles atribuídos.

6.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A proporção de gênero em nossa amostra constitui nosso primeiro tópico de apresentação e pode ser visualizada na Tabela 4, a seguir. Identificamos a existência de uma maior participação feminina entre os superendividados, elemento que já numa etapa exploratória de pesquisa havia nos despertado curiosidade. Os valores em

⁵⁰ Essas informações também podem ser visualizadas no Anexo – A ao final deste estudo.

⁵¹ Nossa fonte de informação é constituída pelos relatórios de pesquisa do Observatório de Crédito e Superendividamento do Consumidor sobre o Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento.

nossa amostra são bastante similares aos percentuais de gênero identificados em Porto Alegre, respectivamente 61,4% de mulheres e 38,6% de homens (MARQUES; LIMA; BERTONCELLO, 2015; MARQUES, 2015).

Tabela 4 – Entrevistados (Gênero)

Gênero	Entrevistados (n°)	%
Homens	7	37%
Mulheres	12	63%
Total	19	100%

Fonte: autor

No que diz respeito ao perfil etário, encontramos uma idade média de 46 anos, tendo o sujeito mais jovem 23 anos e o mais idoso 73 anos. Considerando que a existência desse elevado desvio poderia distorcer os resultados, efetuamos o cálculo da mediana, a partir do qual não obtivemos uma grande variação: 48 anos. A composição por faixas de idade revela em conformidade com diferentes estudos empíricos, que aparentemente o superendividamento parece mais recorrente entre jovens adultos (KEMPSON, 2002; DISNEY; BRIDGES; GATHERGOOD, 2008). Com idades entre 40 a 59 anos encontramos a maior proporção de nossa amostra, 8 dos 19 indivíduos (42,11%); além de 7 pessoas (36,84%) na faixa etária entre 20 e 39 anos; e por fim os idosos, acima de 60 anos, 4 pessoas (21,05%).

Ainda considerando os dados sobre gênero e faixa etária cabe tecer alguns comentários acerca de algumas conclusões tecidas por Marques (2015) e Marques, Lima e Bertoncello (2015) sobre eles. A participação feminina, como vimos, é levemente superior. Uma diferença pequena e talvez pouco significativa, mas suficiente para que as pesquisadoras ligadas ao observatório de crédito sugiram a existência do que denominam de uma “feminização do superendividamento” e, numa lógica similar com relação à idade, de uma “hipervulnerabilidade” dos idosos. Tais questionamentos são levantados com base na observação de que a participação das mulheres e dos idosos no projeto de prevenção ao superendividamento em Porto Alegre, respectivamente 61,4% e 18,5%, supera a proporção desses grupos entre a população brasileira, que em 2013 seria de 51,5% entre as mulheres e 13% entre os idosos (MARQUES, 2015; MARQUES, LIMA e BERTONCELLO, 2015). Além dessas informações, também as autoras consideram os resultados de um estudo realizado pelo Banco da França, que, ao traçar o perfil dos superendividados num período de

dez anos (2001-2010), constatou um aumento na proporção entre esses dois grupos (VIGNEAU; BOURIN; CARDINI, 2012).

Como hipóteses, podemos considerar tais questões válidas se analisarmos alguns indicadores da realidade brasileira, a exemplo de um estudo do SPC-Brasil (2015), que aponta um aumento recente de inadimplência entre os idosos. Ou ainda de uma pesquisa divulgada pela CNC (2015), que também encontra um percentual levemente superior de mulheres entre pessoas com dificuldades financeiras. Entretanto, uma breve revisão da literatura aponta algumas contrariedades.

Diferentes pesquisadores sugerem existir uma relação entre endividamento e faixa etária. Estes são alguns dos principais componentes das abordagens econômicas que utilizam a teoria do ciclo da vida ou a hipótese do rendimento permanente, que defendem haver uma tendência de correlação inversamente proporcional entre as dívidas e a idade. Corroborando essas perspectivas, Kempson et al (2004a), por exemplo, constata que a maior parcela de indivíduos em dificuldades financeiras é formada por jovens e jovens adultos (até 39 anos). Também outros, como Lunt e Livingstone (1992) e Furnham (1984), consideram existir expressivas diferenças nos graus de endividamento conforme a idade. Ambos constatam em suas pesquisas que indivíduos de idade mais elevada apresentam menores índices de endividamento e, além disso, uma maior preocupação quanto ao uso controlado do dinheiro⁵².

No Brasil, Ponchio (2011) realiza um estudo relacionando a ocorrência do endividamento com uma série de variáveis e características socioeconômicas buscando compreender sua ligação particularmente com atitudes como materialismo e valorização do consumo. Ele encontra, com relação à idade, a existência de uma menor propensão às dívidas entre os idosos em comparação aos jovens. Quanto ao gênero, a pesquisa identifica que as mulheres seriam mais inclinadas ao endividamento que os homens por apresentar, entre outras coisas, atitudes mais favoráveis com relação às dívidas. Indicando que o tópico é controverso, investigações como aquela conduzida por Moura (2005), em oposição, sugerem que as mulheres planejam mais seus gastos sendo, em geral, mais cuidadosas quanto ao uso do dinheiro que os homens.

⁵² Sobre superendividamento entre os idosos ver MCKAY *et al.* (2008).

Como vemos o superendividamento é um fenômeno complexo e multideterminado. Sua compreensão, como salienta Parker (1990), deve evitar explicações simplistas, o que implica a realização de análises objetivas, sistemáticas e aprofundadas, capazes de ultrapassar proposições superficiais, rasteiras e apressadas, que, ao apresentar conclusões e interpretações de forma descuidada, reforçam preconceitos e estereótipos. O senso comum não raro acusa as mulheres, por exemplo, de serem intrinsecamente inclinadas ao impulso e ao descontrole no que toca ao consumo.

Trata-se de uma proposição de cunho moral, que podemos analisar tomando como exemplo uma referência literária. O romance de Flaubert, *Madame Bovary*, narra a história de uma esposa provinciana cuja vida é pautada pelo tédio. Em busca de uma fuga, Emma, a personagem principal do livro, cede ao consumo desenfreado e ao sexo extraconjugal, vindo a cometer suicídio, por envenenamento, ao encontrar-se endividada e receber do credor ameaças de que suas infidelidades seriam denunciadas ao marido. Quando publicada em meados do século XIX, essa obra levantou ampla polêmica entre os leitores, sob acusações acerca da imoralidade e obscenidade do comportamento de Emma. Tais acusações, entretanto, não tinham relação essencialmente com seu caso extraconjugal e sua infidelidade, mas com seu vício consumista. Nesse sentido, como comenta ironicamente a escritora canadense Margaret Atwood: “Caso tivesse aprendido contabilidade e soubesse fazer um orçamento, [Emma] poderia facilmente ter continuado a praticar seu hobby de adultério para sempre [...]” (ATWOOD, 2009, p.93).

Apesar dos elementos polêmicos que podem decorrer de sua interpretação a respeito dos indicadores de gênero, Ponchio (2011) não estabelece nenhum tipo de relação causal entre o endividamento e suas variáveis. Ele realiza múltiplos cruzamentos, a partir dos quais conclui que em geral não se pode apontar a existência de um elemento particular ligado às dívidas. Elas dependem de diversos “*fatores que se sobrepõem, frequentemente com múltiplas causas inter-relacionadas*”⁵³, como sugere de modo semelhante Valins (2004, p. 41, tradução nossa). Nesse sentido, o brasileiro busca encontrar alguns elementos que determinam uma maior

⁵³ “These factors inevitably overlap, with debt problems often having multiple, interrelated causes.”

vulnerabilidade ao endividamento, entre os quais destaca a importância da escolaridade.

A relação entre endividamento e níveis de escolaridade é recorrente na literatura, embora objeto de ampla polêmica e evidências um tanto contraditórias. Ponchio (2011) no estudo já referido sugere existir uma relação inversamente proporcional entre endividamento e escolaridade entendendo que os níveis de endividamento crescem conforme se reduz o nível de educação formal. Essa posição constitui tópico de diversos estudos na Europa (CONSULTING, 2013) que a corroboram, além de ser foco de preocupações no campo jurídico, a exemplo de Marques (2014), cujas preocupações centram-se nos elevados níveis de superendividamento entre indivíduos analfabetos, semianalfabetos ou com níveis reduzidos de escolaridade.

Por outro lado, esta questão encontra-se longe de ser consensual. Em oposição, por exemplo, pesquisas conduzidas por Bryan, Taylor e Veliziotis (2010) encontram evidências de que o superendividamento é mais comum entre os níveis intermediários de escolaridade, enquanto outros, como Porto e Butelli (2014), chegam a conclusões ainda mais divergentes. Analisando a relação entre superendividamento e escolaridade a partir das informações de um banco de dados mantido pelo Núcleo de Defesa ao Consumidor Superendividado (Nudecon) no estado do Rio de Janeiro, uma iniciativa similar ao projeto existente em Porto Alegre, esses autores estabelecem testes de correlação estatística entre distintas variáveis encontrando forte correlação entre o superendividamento e altos níveis de escolaridade.

A Tabela 5, a seguir, caracteriza nossa amostra quanto ao grau de escolaridade, considerando como respostas válidas o nível de ensino concluído. Observamos uma proporção significativa, 58,89% da amostra, com Ensino Médio completo, indicando similaridade com as considerações tecidas por Bryan, Taylor e Veliziotis (2010).

Tabela 5 – Superendividados formação escolar

Nível de escolaridade	Respostas	Percentual
Ensino fundamental	6	31,58 %
Ensino Médio	11	58,89 %
Ensino Superior	2	10,53 %
Total	19	100 %

Fonte: autor

Em decorrência de limitações metodológicas, não existem possibilidades de efetuar cruzamentos e relações entre nossos dados. Poucas relações sistemáticas emergem deles e mesmo que testes de correlação pudessem ser realizados, os resultados muito provavelmente seriam pouco significativos em função do tamanho reduzido da amostra. Nesse sentido, constatamos a existência de divergências quanto ao tópico na literatura que nossos dados não permitem discutir de modo mais detalhado, prejudicando qualquer análise ou afirmação mais categórica.

A Tabela 6 apresenta o perfil dos entrevistados conforme os rendimentos informados em salários mínimos, separados em cinco faixas. Para fins de comparação e equivalência a consideração dos valores nominais toma como parâmetro o valor vigente no ano de 2015 (R\$ 788,00). A média dos salários foi calculada em 1,8 salários mínimos (R\$ 1418,14), e uma proporção de 84,21% da nossa amostra recebia valores cujo limite alcançava três salários mínimos (R\$ 2364,00). Somente três indivíduos (15,79% da amostra) recebiam renda superior, sendo que dois (10,53%) ganhavam entre 3 e 5 salários mínimos e apenas uma pessoa (5,26%) possuía renda acima de 5 salários mínimos.

Tabela 6 – Renda individual (salários mínimos)

Renda individual	Total	%
Menos de 1	5	26,32
De 1 até 2	9	47,37
De 2 até 3	2	10,53
De 3 até 5	2	10,53
Mais de 5	1	5,26
Total	19	100

Fonte: autor

Considerando apenas os indivíduos que declararam possuir alguma renda – excluídos, portanto, os cinco entrevistados indicados na primeira linha da Tabela 6, que, por desemprego ou por não exercer profissão remunerada, informaram renda “zero” – encontramos uma leve diferença na renda média e no percentual de indivíduos com rendimentos inferiores a 3 salários mínimos, que respectivamente passam a 2,5 salários mínimos (R\$ 1970,00) e uma proporção de 78,7% da amostra.

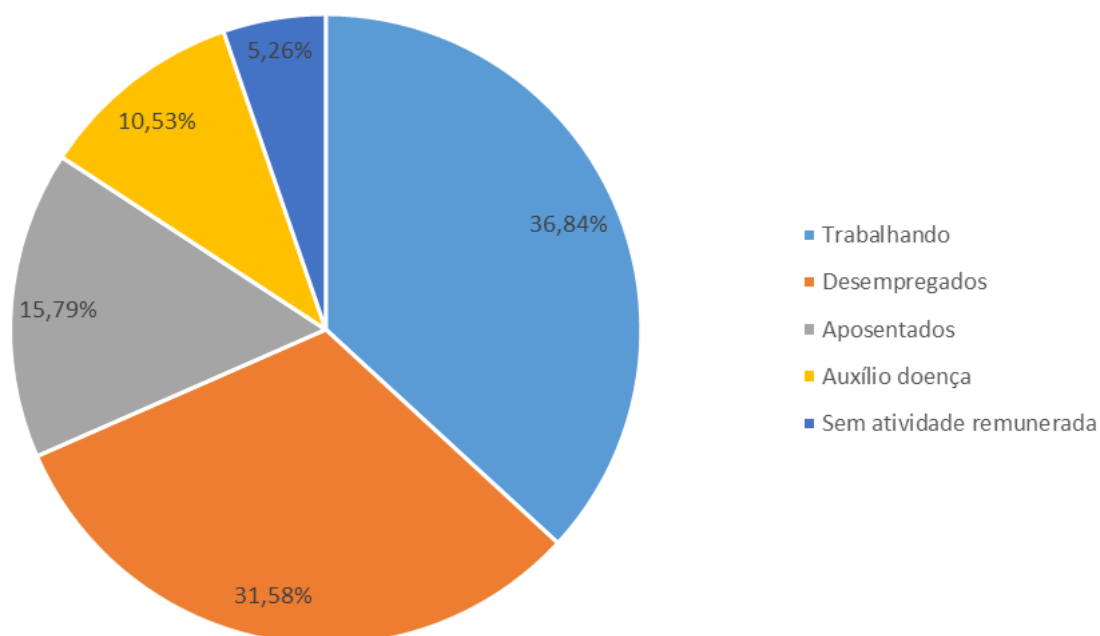
O perfil de nossa amostra, portanto, é constituído essencialmente por indivíduos de baixa renda, numa proporção muito próxima àquela encontrada entre os superendividados em Porto Alegre, que em 82,7% dos casos analisados recebem até

três salários mínimos (MARQUES, 2015). Pode-se supor, a partir dessas informações, a existência de uma possível relação entre o endividamento e os níveis de rendimento, que aparentemente afetam de modo particular os grupos mais pobres e vulneráveis (KEMPSON, 2002; CONSULTING, 2013). Essa hipótese é levantada por Kempson (2002) que ressalta, entretanto, que apesar da relevância dessa relação, os baixos rendimentos e a pobreza de forma isolada não constituem elemento suficiente para conduzir ao superendividamento. Numa ressalva semelhante, também Parker (1990) entende que baixa renda não tem relação direta com o endividamento, não podendo ser interpretado como resultado desta numa relação de causa-efeito.

Considerando uma perspectiva dinâmica de multicausalidade e entrelaçamento de fatores na condução ao superendividamento (PARKER, 1990; VALINS, 2004), Bem-Galim e Lanning (2010) argumentam que uma maior vulnerabilidade às dívidas pode estar vinculada à ocupação e ao tipo de contrato de trabalho, tendo em vista, como afirmam Dearden et al (2010) a relevância que possui o emprego na determinação das condições de vida, identificado como uma das principais rotas de saída da pobreza e das dívidas. Nesse sentido, estudos apontam que posições de maior status no mercado de trabalho, e conseqüentemente com maior renda, apresentam menor endividamento em relação a posições subalternas, embora o volume de consumo e os valores em dívidas sigam uma relação inversa (BRYAN; TAYLOR; VELIZIOTIS, 2010).

Com relação a esses aspectos, nossos entrevistados exercem profissões variadas – professor, costureira, motorista, empresário. Majoritariamente são empregados da iniciativa privada (63,15%) seguidos de servidores públicos (15,78%) e autônomos ou empresários (15,78%), além de uma pessoa (5,26%) sem atividade remunerada. Isoladamente essas proporções são pouco significativas. Entretanto, em relação a dados como o status da ocupação no momento da entrevista, apresentados no Gráfico 15, algumas constatações relevantes aparecem. No Gráfico 15 verificamos a existência de um alto percentual (63,16%) de indivíduos em situação de desemprego, auxílio doença ou sem atividade remunerada, no momento das entrevistas. O que tais informações parecem revelar, corroborando a afirmativa de Kempson (2002), é que além dos baixos rendimentos existe uma possível relação entre o superendividamento e o tipo de ocupação, cujo caráter de maior ou menor estabilidade parece influenciar as dívidas.

Gráfico 15 - Status ocupacional no momento da entrevista



Fonte: autor

6.2 OS DETERMINANTES NO USO DO CRÉDITO E NO ENDIVIDAMENTO

Demonstramos no capítulo 4 que as relações de crédito e dívida no Brasil são caracterizadas pela cobrança de altas taxas de juros, que segundo algumas fontes encontram-se entre as mais elevadas do mundo (IPEA, 2009; DOWBOR, 2014). Essa peculiaridade faz do crédito um meio de consumo caro e arriscado, configurando uma situação que poderíamos descrever como uma “barganha faustiana”⁵⁴: uma relação aparentemente desvantajosa, na qual alguém troca sua alma, ou algo igualmente valioso, por um punhado de objetos efêmeros, de valor imediato, mas que no final pouco valem em relação aos termos originais da transação (ATWOOD, 2009).

Compreender os elementos subjacentes a essas relações constituiu um dos objetivos centrais de nossa investigação. Uma das formas de abordar essa questão envolve uma caracterização dos fins aos quais o crédito foi destinado e as razões que influenciaram na aquisição das dívidas. Nesse sentido, é fundamental compreender que tipos de bens e serviços foram consumidos e adquiridos com esses recursos.

Entretanto, esses dados somente possuem relevância em termos analíticos se consideradas em relação a outros fatores, pois, como afirma Gonzalez (2015), as

⁵⁴ Referência ao Fausto de Goethe, personagem clássico da literatura universal.

relações de crédito e endividamento não podem ser reduzidas meramente àquilo que com estes meios foi comprado, e isoladamente o fato de os recursos terem sido destinados a consumo de bens de luxo ou à alimentação cotidiana, em si, é pouco significativo. É imperativo que se considere o consumo, mas também o contexto e condições – num sentido material, econômico e simbólico – em que ele ocorreu. Nossa proposta, nesse sentido, é analisar as narrativas que nos foram confiadas destacando múltiplos fatores e eventos, entre as quais se encontram as histórias e “tramas” nas relações de endividamento muitas vezes ocultas e silenciadas pela objetividade e impessoalidade dos números.

6.2.1 Uma dinâmica complexa e multideterminada

A formulação de estratégias de prevenção e tratamento do superendividamento, assim como de mecanismos de regulação legal, exige uma apreciação das razões pelas quais os indivíduos enfrentam problemas financeiros, além de uma caracterização de quem são os sujeitos afetados (VALINS, 2004). Entre uma variedade de fatores relacionados às dívidas, a literatura faz menção com frequência a situações de choque e de mudanças bruscas nas condições econômicas capazes de gerar desequilíbrios no orçamento familiar. Também chamados de “acidentes da vida” (MARQUES, LIMA e BERTONCELLO, 2010), a ocorrência de eventos como perda de renda, desemprego e problemas de saúde, entre outras, encontram-se entre os elementos mais significativos destacados (DEARDEN *et al.*, 2010; HARTFREE; COLLARD, 2014).

Nossa análise empírica corrobora tais evidências demonstrando sua relevância ao constatar a presença permanente de um ou mais destes elementos em praticamente todos os relatos coletados. Confirmando a sugestão de Kempson (2002), Parker (1990) e Valins (2004) sobre a multiplicidade e sobreposição de múltiplos eventos na condução ao endividamento, encontramos evidências de uma dinâmica altamente complexa e multideterminada implicada no superendividamento. De modo que não havíamos considerado até a realização dos estudos exploratórios identificamos que suas causas entrelaçam diferentes eventos cuja ocorrência mais ou menos concomitante é capaz de alterar as condições de vida e a situação econômica dos indivíduos, gerando desequilíbrios.

Argumentando numa direção similar, a partir das conclusões decorrentes de um estudo empírico sobre as experiências de endividamento entre trabalhadores, Dearden *et al* afirmam:

Apenas para um pequeno número de pessoas a “jornada” em relação ao crédito e as dívidas teve início como resultado de um evento ou mudança de vida específico. [...] Outros eventos servem de “gatilho” com importantes repercussões, incluindo perda do emprego, casamentos e a constituição de uma família. [...] um quadro altamente complexo de uso de crédito, envolvendo pagamentos em atraso e outros tipos de dívidas que não necessariamente concordam com a noção de que um evento singular consistiu fator chave que conduziu as pessoas ao endividamento e ao superendividamento. Como reflexo, o endividamento problemático pode ser visto mais como resultado de uma acumulação gradual de uma série de circunstâncias com o passar do tempo, algumas vezes tão caótica que torna difícil para as pessoas manter uma perspectiva clara das circunstâncias ou exercer qualquer controle sobre suas finanças (Dearden *et al*, 2010, p. 17, tradução nossa)⁵⁵.

Podemos ilustrar nossas constatações acerca da dinâmica que conduz ao superendividamento a partir de nossas entrevistas, dentre as quais uma delas é particularmente emblemática. Dona Joana tem 63 anos de idade. Durante toda sua vida trabalhou como costureira, profissão que lhe permitiu, ao lado do marido, criar dois filhos e uma neta até a idade adulta. Em decorrência de uma tendinite nos dois braços, há 12 anos está “encostada”⁵⁶ no INSS. Ela relata sentir dores constantes que a impedem de exercer sua profissão, além de apresentar consequências que não se restringem unicamente a essa questão, relatando, relata, entre outras coisas, ter dificuldades com os afazeres domésticos para os quais conta com auxílio de uma amiga. Além disso, devido às dores e fraqueza nos pulsos não pode carregar peso, não consegue abrir uma simples garrafa de refrigerante, dependendo do auxílio do marido, e já enfrentou problemas de locomoção, sofrendo quedas no transporte público.

O marido, com quem é casada há mais de trinta anos, possui um pequeno comércio de móveis usados, que, ela conta, tem resultados financeiros pífios.

⁵⁵ “There were a small number of people whose credit and debt ‘careers’ had started as a result of specific events or life changes. [...] Other specific ‘trigger events’ that had had major repercussions at a later stage in life included losing one’s job, getting married and starting a family. [...] a highly complex picture of credit use, involving arrears and other kinds of debt that did not necessarily accord with the notion that ‘one- off events’ were the key factor moving people into debt and over-indebtedness. This was reflected in problematic debt being seen as more characteristic of a result of a gradual accumulation/ unfolding of circumstances over time, sometimes in a fairly chaotic fashion that made it hard for people to maintain a clear picture of their overall circumstances, or to exercise financial control.”

⁵⁶ Expressão corrente para fazer referência aos casos de benefício previdenciário causados por problemas de saúde e acidentes de trabalho.

Segundo ela comenta, a loja serve mais como uma distração para alguém acostumado a lidar com público e tratar de negócios, que efetivamente como forma de sustento, pois os valores recebidos são instáveis e quase insuficientes para manter as despesas do negócio, entre elas o aluguel da loja. Como resultado, Dona Joana é a responsável pelas despesas domésticas com sua renda de R\$ 1100,00.

Esse valor costumava ser complementado com a execução de pequenas tarefas informais, como acompanhar uma vizinha, cega e idosa, ao posto médico. A fonte extra de recursos, entretanto, se esgotou quando essa senhora deixou Porto Alegre para residir no litoral, prescindindo de seus serviços.

Dona Joana nos conta:

Eu tô com acidente de trabalho, na empresa. No INSS. Como o dinheiro é pouco, eu pago aluguel, não tenho casa própria, o meu dinheiro [...] é pra pagar o aluguel, comida pra gente e despesa da casa. Sou eu e o marido [...] tem uma senhora cega que mora... é vizinha... começou a me dar um valor para mim acompanhar ela nos médicos, nos hospitais, porque ela é cega e a filha é muda e surda. Então, eu tinha aquele outro salariozinho. Um dinheirinho extra que entrava por fora.

Mais ou menos nessa mesma época Dona Joana diz ter sentido um aumento repentino nas despesas da casa, um objeto recorrente de protestos e reclamações entre nossos interpelados, além de ser com frequência mencionado na literatura (CONSULTING, 2013). A respeito desse ponto ela cita um aspecto mais geral ao apontar que “[...] *aumentou as despesas. Tudo. Comida, luz*”, e em seguida, na mesma fala, ilustra mencionando um item em particular, a conta de eletricidade⁵⁷, e a dimensão dessa mudança: “*A luz eu pagava R\$ 30,00, tô pagando R\$ 70,00, R\$ 80,00*”.

Com menor renda e maiores despesas ela passou a ter problemas financeiros, mencionando particularmente ter se “afundado” nos cartões de crédito, que relata possuía há mais de vinte anos sem jamais ter enfrentado dificuldades com as parcelas antes. Ela sofre com as dívidas, sobre as quais diz ter vergonha e demonstra fortes sentimentos de culpa e um senso de responsabilidade individual. Entretanto, apesar disso, de modo semelhante a outros casos que serão abordados adiante, seus gastos com esses mecanismos de crédito não revelam nada extraordinário, pois quando

⁵⁷ Com relação ao aumento dos custos de fornecimento de energia elétrica, podemos corroborar a afirmação da entrevistada comparando dados do IPCA que demonstram ter havido entre 2014 e 2015 um crescimento médio de 59,83% no país.

questionada acerca de seus hábitos e padrões de consumo, a fim de caracterizar possíveis excessos e descontrole, ela responde: “ *Eu comprava roupa, eu dava presentinho pros netinhos. Eu fazia as coisinhas assim... que eu gostava de fazer*”.

Com algumas similaridades em relação à narrativa anterior, a história de outra senhora, Dona Catarina, também auxilia a compor um pequeno trecho da complexa dinâmica do superendividamento. Com 66 anos de idade ela é servidora pública aposentada, recebendo o valor de um salário mínimo como única fonte de recursos. Em razão de uma série de empréstimos, realizados há alguns anos, sobre os quais tem dúvidas acerca dos valores e prazos de duração, resolveu buscar a ajuda do projeto a fim de resolver suas inquietações.

São cerca de quatro ou cinco contratos ao todo, a respeito dos quais revela um profundo desconhecimento sobre a origem, valores emprestados, prestações ou mesmo sobre as condições em que foram realizados, demonstrando tamanha confusão que chega a afirmar categoricamente: “*o problema é que eu não fiz todos... [os empréstimos]*”. A justificar o fato de recorrer ao projeto de superendividamento ela conta:

Eu queria era cancelar essa dívida. Pra que não me cobrasse mais. Pra que não me cobrasse não... pra que não me descontasse... Se é que tá pago mesmo. O que que eu quero fazer? Eu quero é ter uma certeza. Se eu tô devendo ou se tá quitado. É isso que mais tá me martelando.

Sua única certeza é sobre o primeiro empréstimo, efetuado em 2009, para uma reforma na casa. Na ocasião ela conta que, apesar de aposentada, possuía uma renda adicional, pois seguia trabalhando. Após ter deixado o emprego, somente com a renda da aposentadoria, passou a pagar as prestações com sacrifício. A partir de sua narrativa deduzimos que os empréstimos foram realizados sucessivamente como forma de pagar uns aos outros em momentos de dificuldade financeira, um recurso que, veremos adiante, é usado com frequência entre os endividados. Enfrentando dificuldades, ela sente-se não só confusa, como também “enganada”, como fica bastante claro num trecho de sua fala, a seguir.

[...] Pra ser bem franca. Eu me sinto roubada. A gente é tão honesta com todo mundo. Porque as pessoas fazem isso com a gente? ... eu penso... que a gente não tem estudo, as pessoas tentam passar a perna na gente. Ou será que é algum engano? É outra pessoa e tão confundindo comigo? Eu me sinto assim... Se tiver... se eu tô devendo. Se tiver que pagar eu vou continuar pagando. Eu não gosto de ficar devendo.

Parece evidente em ambos os casos que o superendividamento causa sofrimento, porém, numa dimensão que extrapola meras questões financeiras. Dona Joana, por exemplo, relatou em nossa conversa que se sentia mal em razão de sua condição em relação às pendências com seus cartões de crédito, mas além disso sofria também com a impossibilidade de resolver a situação através daquela que considera a única alternativa possível e digna: buscar um novo trabalho. Essa fonte de angústia é compartilhada por Dona Catarina, que também crê ser um novo trabalho e uma nova renda a única saída para seus problemas, embora dificultada em decorrência de sua idade.

Eu penso assim: eu vou arrumar outro serviço, vou trabalhar, vou ganhar mais. Pra comprar minhas coisas, sem precisar pagar empréstimo [...]. Vou fazer [...] 67 anos. Já tô com uma idadezinha meio avançada. Com essa minha idade já não dá mais... tirar empréstimo. Então, eu tô procurando um servicinho... pra mim fazer. Pra entrar mais uma graninha. Mas com a minha idade tá difícil, ninguém... dá serviço pra velho. É difícil.

Ao falar de como se sente enganada ela aponta ainda em sua fala um conjunto importante de questões que remete a considerações morais, valores e honestidade, que podem ter alguma relação com evidências na literatura sugerindo que indivíduos de maior idade tendem a dar grande importância ao pagamento das dívidas (EUROPEAN COMMISSION, 2008). Nesse sentido, quando revela suas dúvidas e sua inquietação, por exemplo, deixa sempre clara a ressalva de que pode estar equivocada e, se este for o caso, prosseguir com os pagamentos é a atitude correta a ser tomada.

6.2.2 Usos e percepções

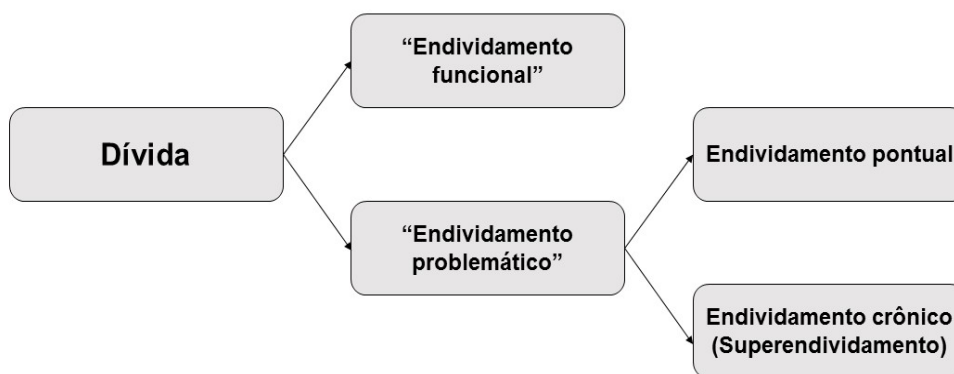
Os termos crédito e dívida são estreitamente relacionados e, pela proximidade, por vezes se confundem. Entretanto, não são sinônimos e possuem significados variados, geralmente ambivalentes (LUNT; LIVINGSTONE, 1992; PEEBLES, 2010).

Valins (2004) afirma que a diferença entre o crédito e as dívidas serem considerados um problema ou não depende em grande medida de como eles são definidos e percebidos, o que por sua vez é influenciado por fatores como a disponibilidade de acesso, frequência e intensidade de uso e as experiências prévias dos sujeitos com estes mecanismos.

Nesse sentido, entendemos que a compreensão das percepções e noções que os indivíduos possuem sobre o crédito e as dívidas constitui um elemento chave em nossa análise. Identificando em nossos dados empíricos esses elementos, a partir das percepções e interpretações dos sujeitos entrevistados e sua vivência pessoal, conforme suas narrativas, encontramos alguns padrões e regularidades que permitem estabelecer algumas condições sobre a situação de superendividamento, a forma como ela ocorreu e os fatores envolvidos em seu desenvolvimento.

Assim, descrevemos um quadro daquilo que denominamos de um “processo de endividamento” (Figura – 1), composto essencialmente por três fases, cuja ocorrência é determinada por fatores distintos, entre os quais encontram-se a capacidade de gestão do orçamento, a severidade da situação e seus efeitos na vida pessoal, social e familiar. Importa ressaltar a importância das percepções, como destacamos, tendo em vista que estes elementos se fundamentam em uma variedade de critérios, incluindo uma dimensão subjetiva relacionada com as definições e interpretações que o endividado faz de sua condição (DEARDEN *et al.*, 2010).

Figura 1 – Processo de endividamento



Fonte: autor

O uso do crédito surgiu em nossas entrevistas de forma recorrente como um fato natural e corriqueiro nas práticas de consumo contemporâneas. Seja como fonte de acesso a bens ou como recurso de gestão do orçamento, de um modo um tanto otimista o acesso a tais mecanismos é encarado como algo comum, sem qualquer menção às suas possíveis dimensões negativas, e até mesmo desejável, sendo nos piores casos visto apenas como um “mal necessário”.

Na primeira etapa do processo identificamos que o endividamento pode ser descrito como sendo de um tipo “funcional” (KEMPSON, 2002; RAHIM; ARTHUR,

2012), ou seja, não problemático e sem consequências adversas, numa concepção que guarda relação com a perspectiva que se tem do uso do crédito. Em contraste, uma segunda etapa é marcada por uma ruptura ou desequilíbrio – temporário ou permanente – no orçamento, que conduz às primeiras dificuldades, à impossibilidade de manter os pagamentos e a transição a uma percepção já não tão otimista. Um tipo de “endividamento problemático” caracteriza essa fase na qual os problemas e efeitos negativos decorrentes das dívidas se iniciam. Por fim, quando estas condições financeiras já afetadas se agravam, o resultado decorrente pode ser o surgimento de dificuldades mais profundas, crônicas e duradouras, que caracterizam a terceira e derradeira fase do processo: o superendividamento.

Estes três momentos distintos foram constatados em nossas entrevistas, sendo, obviamente, em função do recorte empírico estabelecido, o superendividamento aquele mais recorrente. Em seguida, apareceram o “endividamento problemático” como etapa que conduz a esta fase mais agravada e o “endividamento funcional”, em menor proporção e geralmente relacionado às primeiras situações em que o crédito foi utilizado quando ainda não existiam os problemas.

Recorrendo às narrativas coletadas podemos ilustrar a dinâmica desse “processo de endividamento”, suas etapas e a transição entre elas. Nosso primeiro caso é constituído pelo relato de um casal, Pedro e Eva, que buscou auxílio no projeto em função de suas dificuldades com as parcelas de seu cartão de crédito, situação que geralmente envolve um conjunto de situações típicas. Entre elas, por exemplo, o pagamento mínimo da fatura, atrasos, constantes parcelamentos, além de múltiplas negociações e renegociações são elementos comuns.

Pesquisas empíricas sobre o endividamento, quando estabelecem seu recorte nos cartões de crédito, não raro sugerem que os problemas financeiros decorrem do seu uso exacerbado e imprudente. Lunt e Livingstone (1992), nesse sentido, consideram que estes mecanismos de financiamento do consumo constituem um instrumento de fácil acesso e uso conveniente, ampliando as probabilidades de ocorrência de dificuldades quando em mãos de sujeitos consumistas e com dificuldades de autocontrole.

A narrativa do casal referido acima oferece alguns elementos em oposição a argumentos desse tipo, elencando uma série de outros fatores ligados ao endividamento com cartões de crédito além do consumismo. Pedro tem 42 anos e

assim como a esposa, Eva, possui apenas o Ensino Fundamental completo. Sem qualificação profissional, ocupa em uma indústria na região metropolitana de Porto Alegre, próximo de onde reside com a família, o cargo de auxiliar de serviços gerais. Com a renda de aproximadamente R\$ 1250,00 mantém as despesas da casa e da família, composta por Eva – que não auferir renda, dedicando-se aos afazeres domésticos – e os quatro filhos.

Eles relatam que todos os meses seu cartão era utilizado para cobrir despesas domésticas essenciais, como alimentação, vestuário e material escolar para os filhos, entre outros itens básicos, ilustrando uma forma de uso do crédito como componente de gestão do orçamento, recorrente sobretudo entre indivíduos com baixos recursos. Esse “endividamento funcional” perdurou por muitos anos até que surgiram as primeiras dificuldades, que, segundo eles, tiveram início quando suas despesas subiram de modo repentino, ao mesmo tempo em que o salário permaneceu o mesmo. Em suas próprias palavras:

Teve gastos. Rancho. Mudou tudo, o plano [de saúde]... subiu tudo. A comida subiu, tudo subiu. E o salário continua a mesma coisa. A gente tem quatro filhos ... não existe isso, não tem condições. A gente gasta bastante. Mais é comida. Quatro crianças. Aí foi que a gente se desesperou.

Voltando aos dados que apresentamos na Tabela 1, podemos observar entre 2014 e 2015 uma redução da renda média no Brasil de 5,77%. Ao mesmo tempo o custo de vida efetivamente subiu, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que registrou entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015 uma variação de 16,8% no nível geral de preços. Constatando a narrativa de nossos entrevistados, podemos avaliar também dois itens específicos aos quais eles fizeram menção na fala acima: a alimentação, que segundo o IPCA teve aumento médio de 19,8%, e os custos dos planos de saúde, um pouco mais expressivos, num incremento médio de 20,6%.

Em oposição ao argumento do consumismo essas evidências sugerem que a renda e o custo de vida são fatores que não podem ser negligenciados com relação às dívidas. Da mesma forma, ainda outro de nossos casos também traz indicações nesse sentido. Dona Iolanda tem 73 anos. É a mais velha de nossos entrevistados. Sendo mulher e idosa se encontra, de acordo com Lunt e Livingstone, (1992) em dois grupos particularmente vulneráveis aos problemas financeiros, ainda que em termos estatísticos não exista comprovação dessa correlação.

Como Pedro e Eva, ela também buscou auxílio por problemas com seus cartões de crédito, demonstrando em sua narrativa que, ao menos aparentemente, as causas de seus problemas financeiros podem estar relacionadas com fatores de ordem individual. Ela relata, de forma franca e direta, que há pouco tempo possui seus cartões, tendo dificuldades para compreender como funcionam, fator recorrente na literatura como uma possível causa do endividamento. O pressuposto é de que as decisões de consumo seriam, ou ao menos deveriam ser, pautadas por cálculos de custo benefício, mas em função da complexidade dos instrumentos financeiros, alguns indivíduos, por um lapso de “educação financeira”, acabam por tomar decisões equivocadas.

Essa hipótese parece condizente com o caso de Dona Iolanda, sobretudo, se considerarmos a sua faixa etária. Uma escuta mais atenta, porém, permite vislumbrar outros elementos, que numa abordagem estatística, muito possivelmente, não seriam percebidos. Em suas palavras ela narra a situação que originou seus problemas:

[...] Inventei de comprar no meu cartão, me enrolei toda. E no mês de abril, eu tava de aniversário, umas pessoas vinham almoçar comigo. Ai eu não paguei a conta. Porque é uma coisa ou outra. Porque a gente não ganha tanto assim pra fazer tudo junto. Ai eu não paguei a conta desse cartão e aí vem os juros lá em cima. E eu não sabia, porque eu não tenho muito... acesso a esses cartões. Eu não tô acostumada. Aí eu controlo, mas não controlei bem. Passou do limite eu não paguei a prestação.

Nesse trecho ela menciona suas dificuldades de compreender como utilizar o cartão, bem como suas formas e condições de contratação, revelando desconhecimento, por exemplo, sobre as taxas de juros cobradas quando não efetuados os pagamentos. Ela traz, entretanto, alguns elementos adicionais, apontando, por um lado, assim como vimos no caso de Pedro e Eva, como o crédito pode ser um importante mecanismo de gestão orçamentária.

Hartfree e Collard (2014) sugerem que o crédito é usado comumente para cobrir despesas não esperadas, sobretudo entre os mais pobres. Eles afirmam que alguns desses gastos, entre outras coisas, podem decorrer da participação em eventos festivos como Natal, aniversários e outras datas comemorativas, como podemos verificar perfeitamente na situação de Dona Iolanda, especialmente quando ela afirma, por exemplo, que: *“Eu tava de aniversário, pessoas, parentes, né, iam almoçar, tem que apresentar um almoço né. Aí fiz meu aniversário, aquela coisa toda, a gente gasta, né. Comprar comida, essas coisas, bebida.”*

Além desse tópico, outras questões também podem ser elencadas a partir de sua história e algumas delas aproximam suas dificuldades aos problemas vivenciados pelo casal visto anteriormente. Dois deles, fundamentalmente, são o seu nível de renda e situação familiar. Ela é viúva, sem filhos e vive sozinha, sendo, portanto, a única responsável pela manutenção das despesas da casa, entre as quais faz questão de frisar o valor do aluguel, pois não possui imóvel próprio. Seus gastos são mantidos com a renda derivada de sua aposentadoria, em torno de R\$ 1300,00, que considera insuficiente. Sem acesso a outros recursos econômicos, além de não dispor de uma rede familiar de apoio, qualquer gasto imprevisto, mesmo positivo, como seu aniversário, pode lhe gerar dificuldades. Como ela comenta:

A gente ganha pouco. Como eu sou aposentada. Aí eu não paguei aquela conta. Bom, então esse mês eu não vou pagar. Mas aí eu não paguei. E aí foi pior pra mim. Porque ficou a prestação atrasada, em cartão. Os juros foi altíssimo, então... foi por isso que eu não paguei.

Ambas histórias guardam similaridades tanto por sua origem decorrente do uso de cartões, como pela forma como se iniciaram. Em ambos casos o endividamento começou de forma “funcional” sem qualquer situação problemática envolvida. A diferença é que o crédito era usado de forma mais recorrente por Pedro e Eva e mais esporádica no caso de Dona Iolanda. Em algum ponto, porém, as dificuldades começaram e houve uma transição a uma forma “problemática”.

Retomando a noção de “endividamento funcional”, podemos verificar que em alguns casos as percepções em torno ao uso do crédito não somente envolvem uma dimensão de naturalidade, mas também um tom de relativo otimismo em torno ao seu acesso. Assim como Dona Iolanda e seu aniversário, a participação em festas, eventos e outros rituais é um mecanismo de estabelecimento e fortalecimento de laços e vínculos sociais por intermédio do consumo e de seu papel simbólico, que pode se refletir tanto na troca de presentes como também na própria situação festiva, através da partilha comum de alimentos e bebidas.

O acesso a bens de consumo constitui um indicador de status e prestígio no interior de um grupo social determinado. O crédito, por expandir o poder de compra, aumentando a capacidade de acesso a esses bens, tem, portanto, relação direta com essa dinâmica. Entretanto ele possui um papel simbólico que não se resume

unicamente a essa relação com os níveis de consumo, sendo o próprio acesso ao crédito em algumas ocasiões um elemento de prestígio e status social.

Para sujeitos de baixa renda, por exemplo, o crédito pode não ser um instrumento facilmente disponível. Antes do processo de expansão na sua oferta, que mostramos ter ocorrido nos últimos vinte anos, essa era a situação frequente. Entre os grupos sociais e familiares onde esse recurso é mais ou menos escasso, a possibilidade de acesso remete a fortes questões morais e simbólicas, como expressão de reputação, “credibilidade” e honra. Nesse sentido, o uso do acesso ao crédito em benefício de terceiros é um modo comum de utilização desses mecanismos, não como mediador do consumo, mas como forma direta de estabelecer vínculos e relações sociais por meio de um sistema de obrigações recíprocas

Essa prática, além de bastante usual, tem uma denominação particular na linguagem popular, que se refere a ela como “emprestar o nome”, uma lógica de compartilhamento de recursos entre amigos, vizinhos e familiares que Dona Joana menciona, por exemplo, ter realizado muitas vezes sem nunca ter problemas. Citando um trecho de sua fala: *“Ah tu vai lá e tira o negócio pra mim na loja. Eu já fiz isso aí. E todo mundo pagou. Eu vou lá e sai na hora com o objeto embaixo do braço.”*

A narrativa de Teresa, outra das nossas entrevistadas, aponta a origem de suas dívidas numa relação que segue uma dinâmica familiar, de consumo e de uso do crédito, bastante similar, servindo de ilustração ao tópico. Ela tem 38 anos e trabalha como vendedora em lojas de roupas e calçados. No momento está desempregada, há mais ou menos seis meses, sendo, portanto, o marido, que trabalha como pedreiro e recebe uma renda no valor de um salário mínimo, o responsável pelas despesas da família, composta pelo casal e duas filhas pequenas.

Quando perdeu o emprego viu a renda familiar reduzida a menos da metade do valor anterior, e no mesmo período também suas despesas aumentaram com o nascimento quase concomitante da filha mais jovem. Essas duas circunstâncias foram determinantes para que as prestações de um empréstimo, realizado em 2009 em uma financeira, já muitas vezes antes atrasadas e constantemente renegociadas, fossem definitivamente ignoradas. Teresa conta que buscou auxílio no projeto, tentando uma oportunidade de renegociar esses valores em condições mais favoráveis que aquelas oferecidas pelos credores em seus contatos anteriores.

Como já mencionamos, chama a atenção o fato de que a origem dessa dívida, guarda relação com um contexto e uma lógica de relações familiares em torno do

crédito. O empréstimo foi retirado em 2009 num momento em que ambos, ela e o marido, estavam trabalhando, mas não para seu próprio uso, e sim para terceiros. Segundo ela conta, o dinheiro foi usado por sua mãe para a construção de uma grade ao redor da residência, quando uma onda de roubos e violência se iniciou no bairro em que vivia. Por motivos que não explicitou, a mãe não foi capaz de pagar as prestações que, por estarem em seu nome, Teresa assumiu. Pouco depois, entretanto, ela também não pode prosseguir com os pagamentos, por uma série de questões. Como ela narra:

Primeiro eu tirei o dinheiro. Tava pagando direitinho. Aí não deu mais. [...] você sabe como é que é? Crianças, pagar aluguel, pagar isso... daí não dá. Ficou difícil. Aluguel, água, luz. [...] o salário é pouquinho. [...] Tu paga aqui, ali, ali. Ué, cadê o dinheiro? E assim foi. E tu sabe o dia a dia. Duas crianças: fraldas, leite, essas coisas. Aí já pesa mais. Alimentação, uma banana, uma maçã.

Teresa tem buscado resolver essa pendência, pois diz que ela tem causado algumas consequências negativas que abordaremos em detalhes mais tarde. Porém, quando pergunto sobre a origem dessa dívida e sobre essas dificuldades dela decorrentes, revela, sem que eu mencione diretamente essa questão, não ter arrependimentos a respeito do fato de ter emprestado o dinheiro à mãe, ou por esta não ter realizado os pagamentos. Ela comenta que esse é um fato comum e que certamente voltaria a fazê-lo caso necessário.

Quando comparamos sua narrativa ao trecho anteriormente destacado na fala de Dona Joana, sobre o “empréstimo do nome”, vemos como elas expressam de modo muito significativo o papel que o crédito detém nas relações sociais, familiares e comunitárias. Além disso, constatamos como ele representa um importante elemento de interação social, envolvendo um conteúdo fortemente simbólico ao sinalizar alguns elementos como a reputação, o status e a honra no interior dessas dinâmicas e grupos.

6.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E FORMAS DE CÁLCULO

A literatura aponta algumas estratégias típicas de enfrentamento do endividamento, que nossa análise revela terem sido mobilizados com frequência por nossos entrevistados, seja de forma isolada ou em conjunto. Elas incluem: buscar

novas fontes de renda; cortar gastos; obter novos empréstimos em bancos ou outras instituições financeiras; obter empréstimos de amigos e familiares; e mesmo atrasar ou deixar de pagar determinadas dívidas propositadamente (COLLARD; FINNEY; CROSSWAITE, 2009; COLLARD, 2011; GUÉRIN *et al.*, 2014; GONZALEZ, 2015).

6.3.1 A busca de novas fontes de renda

A busca de uma nova fonte de renda constitui uma alternativa comum entre muitos indivíduos endividados. Essa estratégia foi mencionada explicitamente por Dona Joana e Dona Catarina, ainda que sua aplicação tenha se mostrado um tanto improvável por conta da idade e condições de saúde de ambas. Entretanto, em outra de nossas narrativas a possibilidade de que esse recurso seja utilizado de forma efetiva ajuda a ilustrar esse tópico, ainda, que como veremos, por conta de outras circunstâncias tenha se mostrado ineficaz.

Com apenas 23 anos Eduardo é o mais jovem de nossos entrevistados. Apesar da pouca idade, já possui problemas com dívidas há certo tempo. Há cerca de quatro anos teve sua primeira experiência de trabalho, na área de panificação. Diante de seu primeiro salário, diz ter se “empolgado”, assumindo um comportamento que Collard, Finney e Davies (2012) afirmam ser típico entre os jovens que acessam e utilizam o crédito ao consumo numa espécie de “rito de passagem” à idade adulta. Eduardo assumiu compromissos em cinco diferentes lojas nas quais comprou roupas, calçados e uma impressora para uso dele e do irmão caçula nos estudos.

Por conta de uma expectativa otimista em relação aos novos ganhos, acabou endividando-se. Pouco depois ficou desempregado e deixou de pagar as parcelas, que, ainda hoje, já com nova colocação no mercado de trabalho, atuando como professor em um curso profissionalizante na área de padaria e confeitaria, não foi capaz de retomar. A razão para que não tenham sido realizados os pagamentos até agora podem ser encontradas em um contexto familiar e econômico particularmente desfavorável. Ele conta que vive com o pai, responsável pela manutenção das despesas domésticas, a mãe, dona-de-casa, e o irmão caçula, que ainda não trabalha.

Em função do pai também ter ficado desempregado, Eduardo, tendo na família a única fonte de ingressos permanente, viu-se obrigado a assumir as responsabilidades. Ele narra essa situação em um pequeno trecho de sua entrevista, no qual aponta: *“meu pai trabalha em obra. É pedreiro. Faz essas funções assim. Só*

que no momento ele tá desempregado. [As despesas] a gente divide. Como meu pai tá desempregado, no momento aí é só eu. ”

Em decorrência dessa contingência, não revê outra opção senão deixar de pagar temporariamente as dívidas já em atraso – uma estratégia que veremos em detalhes adiante. A situação que vivencia ele define em determinado momento da entrevista como sendo relativamente “complicada”. Para ajudar com os gastos da casa, além de ignorar suas dívidas, viu-se forçado a encontrar uma fonte alternativa de renda.

É bem apertado. Mas a gente sempre dá um jeito daqui ou dali. A gente está por enquanto conseguindo manter bem. É que como eu sei fazer bolo, torta, salgados... eu pego encomendas pra fora. Nos finais de semana eu não trabalho, então eu geralmente pego encomenda. Faço salgados e outras coisas pra vender. É um dinheiro extra que eu ganho.

Mesmo sem possuir recursos suficientes para pagar as dívidas, buscou os credores a fim de negociar esses valores. Sem sucesso, pois as opções oferecidas eram bastante desfavoráveis, acabou procurando ajuda no projeto para lidar com essas questões. Ele relata querer resolver essa situação, pois ela tem afetado sua vida, por exemplo, em termos de autonomia: *“Eu quero liberar meu nome. Porque se um dia eu quero comprar alguma coisa, poder. Não ficar dependendo dos outros. Eu poder abrir um crédito ou fazer alguma... é ruim estar com o ‘nome sujo’”*.

Além disso, Eduardo também apresenta um argumento mais específico e pragmático sobre as dificuldades que as dívidas lhe trazem. Seu projeto profissional inclui a realização de um curso superior na área de Gastronomia e após a conclusão iniciar seu próprio restaurante ou negócio semelhante nesse ramo. O curso, porém, existe na região apenas em uma universidade privada, com valores um tanto inacessíveis ao seu orçamento. A opção é realizar um financiamento estudantil, impossibilitado pelas dívidas.

Eu fiz o vestibular e passei. Mas como a faculdade é meio carinha, eu não tenho condições de pagar. Então eu tentei fazer o programa ‘Pra Valer’. [...]. É na verdade o FIES [Fundo de Financiamento Estudantil], mas na verdade como o FIES não tá acontecendo aí é o programa “Pra Valer” que aí o governo paga a metade e tu paga a metade da faculdade. Pagaria R\$ 600, R\$ 700,00. A faculdade custa R\$ 1000,00 e pouco. Mas como na verdade eu tô com o nome sujo eu não posso fazer esse programa. Se eu conseguir limpar meu nome eu vou conseguir começar em agosto.[...] Se eu não conseguir vai ficar pra depois.

Ele aponta consequências que se assemelham às aquelas reveladas por Teresa, cuja busca pela negociação tinha como objetivo “limpar o nome”, ter seu CPF retirado dos cadastros de inadimplência. O sonho de Teresa e do marido é comprar a casa própria por meio do programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”. O financiamento do imóvel, entretanto, não ocorre se houver restrições de crédito, impedindo que ela realize seu projeto. Alguns desses tópicos, entre outros, serão retomados novamente adiante.

6.3.2 Corte de gastos

Outra estratégia recorrente de gestão do orçamento apontada por nossos entrevistados consiste em cortar gastos e conter despesas. Esses recursos variam amplamente em termos de adoção e intensidade, mas em geral compreende evitar as despesas com produtos que possam ser considerados supérfluos ou desnecessários. Estes incluem, entre outros, despesas de viagens, refeições fora de casa, compras de roupas, sapatos e outros utensílios como móveis e eletrodomésticos.

Uma narrativa é particularmente significativa para abordar esse tópico, pois constitui o caso em que ele foi abordado de modo mais direto e detalhado. Luís tem 53 anos e possui uma empresa no ramo de seguros. Recorreu ao projeto por conta dos valores em atraso com as prestações de seu cartão de crédito, que diz ter sido incapaz de pagar depois de uma redução brusca em suas vendas, desde o mês de janeiro de 2015. Como ele mesmo narra:

É que, na verdade, eu tenho uma empresa. Uma corretora de seguros. E a partir de janeiro, a gente começou a ter uma inadimplência muito grande. Ou seja. O cliente faz o seguro e não paga a primeira parcela. Aí, o que acontece? A previsão da minha... da minha comissão... dos meus honorários, que demora em torno de 15 dias, começou a virar... a demorar 45 dias pra mim receber. Isso começou uma bola de neve. Foi empurrando, empurrando, empurrando, empurrando. [...] E atrasei o cartão. A fatura do cartão.

No contexto de crescimento econômico que o país vivenciou nas últimas duas décadas, Luís viu seu negócio se ampliar e, com ele, sua renda. Entusiasmado com a prosperidade, como muitos, percebia os seus ganhos como resultado de dedicação ao trabalho, fato que merecia ser recompensado. Usava seus cartões de crédito para financiar despesas, sobretudo de lazer, com a família, adotando padrões e hábitos de

consumo capazes de sinalizar seu sucesso e status financeiro (COLLARD; FINNEY; DAVIES, 2012).

Identificando o que nomeia como um mau momento na economia brasileira, entende que o novo cenário tem sido bastante desfavorável, resultando no declínio de seu “novo” padrão de vida. Ele entende que a crise econômica afeta a todos, mas que seu negócio é especialmente afetado. Em defesa dessa afirmativa, ele argumenta que diante de restrições no orçamento necessidades mais urgentes se colocam em primeiro plano, o que torna seu produto, os seguros, em suas diferentes modalidades, uma mercadoria secundária.

Essa crise atingiu todo mundo. As pessoas a primeira coisa que elas fazem... elas, que eu tenho observado. Elas primeiro vão comer. As outras coisas entram no supérfluo. Mesmo a questão do seguro, que tu é obrigado a pagar o seguro do teu carro, que tu corre o risco de ser assaltado ou uma colisão. Quer dizer. Tu acaba não fazendo aquilo. Tu vai suprir a tua maior necessidade que é comida, né. Ou escola ou coisas assim. Então tu deixa isso como... como... não vou dizer supérfluo. Mas acaba empurrando pra fazer depois. Uma negociação depois. Isso acaba gerando uma inadimplência muito grande. E quem tá por trás disso que é nós. Acaba gerando isso pra nós também. Aí é uma corrente e nós não recebemos. Entendeu? As vezes meu trabalho... é seguro de carro, de casa... de casa nem falo. De casa as pessoas não estão fazendo. Não estão pagando.

Luís percebe em relação aos seus clientes, primeiramente, uma questão de necessidade de escolha de prioridades, forçada pelas dívidas, ponto que voltaremos a discutir na próxima seção. Em segundo lugar, identifica um comportamento que ele mesmo adota em suas finanças pessoais: a contenção de gastos e corte de despesas, como forma de equilibrar o orçamento diante do atraso e redução nos pagamentos. Ele descreve a forma como realizou essa estratégia:

Até dezembro, a gente saía assim uma vez por mês. Saia pra almoçar fora. Ou jantar fora no fim de semana. Na sexta feira a gente saía pra comer pizza. Viajamos. A gente viaja. Pra passeio. No verão a gente tira uns 10 dias e vai pra praia. Mais ou menos isso. Só que esse ano a gente não foi. A sogra tava no hospital e aí agravou um pouco mais a situação. E aí em janeiro simplesmente a gente teve que começar a cortar tudo. [...] Nós cortamos todas essas coisas. Todos esses prazeres da vida. Cinema... cortamos tudo. Então hoje, nem locação de filme tem. É em casa e acabou a história. Final de semana, entendeu, não tem passeio. Não tem. Nós estamos desde janeiro nessa história. Acabou essa coisa de sair pra curtir.

Luís cortou suas despesas e deixou de utilizar os seus cartões de crédito, assumindo atitudes que seriam consideradas ideais em qualquer manual de educação

financeira. Entretanto, alguns pontos de sua narrativa merecem ser analisadas mais detalhadamente. A primeira questão que podemos apontar é que o corte de despesas constitui um recurso limitado, operado de distintas formas de acordo com o caso. Ele é influenciado por dois elementos principais: um fator objetivo é a relação proporcional entre despesas básicas e a renda disponível. Porém, tal relação não é tão lógica e simples como aparenta. Ela envolve um fator subjetivo, ligado ao nível de renda, status social, estilo de vida e a fatores culturais, que estão relacionados à definição dos tipos de bens e produtos entendidos como supérfluos e desnecessários, a serem cortados.

Podemos detalhar algumas dimensões a esse respeito a partir de sua própria narrativa. Luís afirma que em função das dificuldades ele e a família se viram obrigados a “*cortar tudo*” em suas despesas. Os cortes incluíram gastos com viagens, jantares, passeios e compras como eletrodomésticos e acessórios para o carro. Ainda que a restrição de despesas desnecessárias possa ser considerada, em um sentido econômico, como uma forma de comportamento racional, ela nem por isso se encontra menos permeada por lógicas de natureza social que influenciam na delimitação daquilo a ser considerado “supérfluo”.

No momento da entrevista, por exemplo, num canto afastado de onde conversávamos, encontrava-se junto a Luís, seu filho. Um adolescente de aproximadamente 16 anos de idade, que, supomos, por estar com o pai naquele momento, devia, em alguma medida, estar ciente das dificuldades existentes. Evidências na literatura sugerem que os pais tendem a cortar os próprios gastos de forma mais severa como meio de evitar que os filhos sejam afetados⁵⁸ pelas suas dívidas (COLLARD; FINNEY; DAVIES, 2012). Confirmando essa situação, nosso entrevistado relata em determinado momento, apontando para o jovem, ter efetuado cortes em todas as despesas, mas que apesar disso optou por manter o filho em seu curso de idiomas e nas aulas de basquete.

Comparando esse caso à narrativa contrastante de Pedro e Eva podemos mencionar, com relação ao aspecto mais objetivo que os diferencia, que Luís cortou seus gastos e despesas pois havia a possibilidade de fazê-lo. Por conta de uma condição econômica e um estilo de vida totalmente diferentes; entretanto, essa não constituiu uma estratégia viável para Pedro e Eva. Eles mencionaram utilizar seu

⁵⁸ Para um estudo específico sobre a questão e uma visão geral do tema, ver: Stepchange (2014).

cartão para cobrir os gastos com despesas correntes – alimentação e vestuário –, e com esse recurso bloqueado sequer fazem ideia de como irão suprir suas necessidades essenciais nos próximos meses. Numa situação bastante diversa, portanto, o corte de despesas não se aplica simplesmente por não haver elementos supérfluos a serem eliminados.

6.3.3 Malabarismos e hierarquias de dívidas

Outra forma recorrente de lidar com as dificuldades financeiras consiste em atrasar ou negligenciar completamente o pagamento de determinadas dívidas e prestações, deliberadamente, utilizando informações sobre prazos, juros e valores, para realizar os pagamentos numa escala estratégica. De forma circular e rotativa, prestações consideradas de menor importância são ignoradas temporariamente, enquanto prioriza-se a manutenção de um nível mínimo de pagamentos dos bens e serviços essenciais, garantindo que seu fornecimento não seja cortado numa solução temporária, que funciona como um meio de sobrevivência incapaz de resolver a situação definitivamente (FRADE, 2009).

Esse padrão referente a uma escala de prioridades ou hierarquias de endividamento é apontado em uma série de estudos, ainda que com diferentes denominações. A literatura de língua inglesa utiliza o termo *juggling* (GUÉRIN; MORVANT-ROUX; VILLARREAL, 2014), enquanto em espanhol usa-se a expressão *bicicletear* (GONZALEZ, 2015). Outros também falam em “reciclagem de dívidas” (RAHMAN, 1999), “cadeias de endividamento” ou, ainda, “circulação de dívidas” (ZANOTELLI, 2004).

Dois entrevistas, um pouco distintas entre si, demonstram as dinâmicas e lógicas que orientam o funcionamento desse mecanismo. A primeira delas é o caso de Paulo, motorista de ônibus, com 50 anos de idade e 30 de profissão. Há quase cinco meses sem salário, ele vem enfrentando problemas com as prestações do carro. Teve um problema de saúde relacionado ao exercício de sua atividade profissional, encontrando-se afastado da empresa. Supostamente deveria receber um benefício previdenciário do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), porém, ao realizar uma avaliação de rotina sobre seu estado de saúde, os médicos peritos do INSS consideraram que ele estava apto para retornar ao trabalho. Foi nesse momento que

suas dificuldades se iniciaram. Atendendo aos requisitos da legislação trabalhista, foi examinado por médicos da empresa em que trabalha ao retornar. Eles discordaram do laudo que indicava seu retorno, e Paulo não pode retomar suas atividades. Diante do impasse iniciou um processo judicial, longo e custoso, em busca de uma decisão definitiva.

Eu comprei um carro. Eu tô trabalhando, tá entendendo e aí eu me “encostei” [no INSS] por causa de coluna, de tendinite e bursite... e Bico de Papagaio. Até novembro o INSS me pagou. [...] aí em novembro eu me apresentei na empresa e a empresa me deu um atestado de inapto para exercer a função. Sem condições de trabalhar. Como o INSS não me quer e a empresa não me quer, eu fui no advogado. Queria ver o que podia fazer. Eu tenho carro, tenho família pra sustentar... pra ver o que eu podia fazer, né. Ele entrou com um processo contra o INSS. [...] botou o INSS na justiça e eu tô esperando o dinheiro sair pra pagar a prestação do carro.

Sua condição financeira é preocupante em muitos aspectos, pois além das prestações em atraso do veículo, ele está com o nome registrado em cadastros de inadimplência e também revela ter dificuldades com a manutenção de despesas básicas como água, luz, alimentação e vestuário. Sem recursos, devido ao conflito em relação ao seu benefício previdenciário, usou por alguns meses, assim como Pedro e Eva, seu cartão de crédito para cobrir esses gastos. Esse, também já bloqueado devido à falta de pagamentos, já não constitui um recurso ao qual possa recorrer.

Essas questões, no entanto, são encaradas como secundárias, e o único problema capaz de lhe tirar o sono é o veículo que, devido ao atraso nas parcelas, corre o risco de ser apreendido e leiloadado pelo banco, como podemos notar em um trecho de sua fala a seguir:

Eu vim resolver o carro. As outras eu sei que eu já liguei e aí eu disse pra ela. Quando eu receber, eu vou entrar em contato e nós vamos fazer um acordo. Do Hipercard. Então é só isso, né. Tem o Hipercard pra resolver, quando eu receber... Não é muito sabe. Eu vou ter o dinheiro pra repor. Isso aqui do carro que é o pior pra mim, né. É o que tá me complicando. Por que tu sabe, né. É uma bola de neve. Vem juros e juros. Os juros são muito altos, né. Se eles ainda... parassem. Que é R\$ 560,00. Se quando eu pagasse os três meses atrasado fosse os mesmos R\$ 560,00, não teria problema. Mas o problema é que agora, quando vê. É R\$ 600,00, R\$ 700,00. A prestação vai subindo.

As dificuldades financeiras de Paulo se agravaram em função de seus problemas de saúde e do impasse junto ao INSS. Entretanto, antes mesmo da ocorrência de tais situações ele relata que já enfrentava problemas que ele entende

decorrentes do salário que recebe, insuficiente, como argumenta, diante de gastos e custos de vida cada vez maiores.

Olha, vou te dizer. Esse salário vai... a gente gasta como vem, né. A gente paga a prestação do carro. Paga água, luz. O resto é pra alimento e se sobra alguma coisa é pra se vestir. Sabe a gente vive. Por que a gente tenta viver com o que ganha. Mas tem vezes que fica sem comer uma carne... têm meses que passa meio apertado.

Questionamos sobre a expressão “passar meio apertado” e seu significado, e a resposta, oferecendo mais detalhes, vemos no trecho a seguir:

Às vezes tu não pode comer o que tem vontade de comer. Vai ter que comer, como eu falei... têm meses que não consegue comprar carne pro mês todo. Compra frango que é mais barato. Pra manter, assim... passar o mês. E bom, às vezes não tem dinheiro pra comprar um remédio. Primeiro a gente tem as prioridades. Mas depois a comida... tem muita gente que bota a comida na frente. A gente não. Claro, não pode ficar sem comer. Mas tu tem as tuas despesas e tem que saber balancear. Ter um equilíbrio disso. Como ir jogando.

Jogar, balançar, equilibrar são expressões que remetem à instabilidade e trazem à tona alguma relação com os “malabarismos” e as hierarquias entre as dívidas. É justamente nesses aspectos que a história de Paulo se assemelha à narrativa de Teresa – a jovem senhora desempregada, mãe de duas filhas, e que contraiu empréstimos em favor da mãe, de quem já fizemos referência – pois ambos, diante de recursos escassos, viram-se obrigados a fazer escolhas sobre o destino do dinheiro disponível. A similaridade se limita a esse aspecto, pois como veremos, tanto a estratégia adotada, como as razões que conduziram a sua escolha são bastante distintas. Enquanto Paulo optou por manter, sempre que possível, o pagamento das prestações do veículo em detrimento de outras necessidades, de modo oposto, Teresa abandonou completamente o pagamento do empréstimo, priorizando os gastos e despesas da família. Como ela mesma expressa:

A gente deu prioridade pra casa. E deixamos de canto [o empréstimo]. [...] a gente deixa de pagar essa dívida [...] pra poder fazer outras coisas. Tipo, vou deixar o arroz? Deixar o feijão? Não, não. Tu sabe? Se fosse só eu e ele a gente até deixaria. Mas como tem criança, não. A gente sempre botou em primeiro lugar os filhos. Que é a comida, a alimentação,. Entendeu? Mas pra... isso aí [as prestações] a gente vai tentar resolver lá pra frente.

Num esboço de interpretação, assumindo o conceito e os pressupostos de racionalidade e maximização de utilidade, típicos das análises do campo econômico,

poderíamos apontar, dando preponderância ao cálculo e aos valores monetários no interior das relações de dívida, que ambos os casos – de Paulo e de Teresa –, apesar de contrastantes entre si tem como principal característica uma certa incapacidade de gestão de seus recursos. A causa do problema pode estar relacionada com a inexistência de uma educação para as finanças, que supostamente lhes habilitaria a lidar com seus problemas, ou qualquer outra razão, nesse sentido. Entretanto, ambas narrativas revelam, guardadas suas distinções e particularidades, que o processo de tomada de decisões não sofre influência significativa desses supostos parâmetros racionais de cálculo, que inexistem ou são secundários. O que se observa é a preponderância de distintas lógicas de cálculo e avaliação da situação, superando a consideração de fatores econômicos.

Algumas delas têm relação com dinâmicas e lógicas típicas do grupo familiar e dos papéis que os indivíduos desempenham em seu interior, ou ainda remetem a elementos simbólicos ligados à posição social, status e identidades (individual e grupal). Nossos dados suportam achados empíricos que apontam a existência de “marcos de cálculo” (VILLARREAL, 2004, 2011) e hierarquias de endividamento (SHIPTON, 2007) específicas, desenvolvidas pelos indivíduos de acordo com um determinado contexto ao estabelecer significados e valores pautados por um raciocínio econômico que transcende motivações autocentradas (GUÉRIN; ROESCH, 2014).

6.4 CONSEQUÊNCIAS

Os primeiros, e talvez mais óbvios, impactos do superendividamento mencionados na literatura são as dificuldades financeiras que ele acarreta. Investigações constatam, na Inglaterra, a existência de alguns núcleos familiares cuja proporção da renda comprometida com dívidas chega a alcançar 90% (EDWARDS, 2003). Um comprometimento excessivo, que, ao destinar grande proporção da renda ao pagamento de prestações, gera restrições no orçamento, reduzindo a renda disponível para outras despesas e causando privações de cunho material e uma possível deterioração do padrão de vida (CONSULTING, 2013).

Diante de recursos escassos os sujeitos endividados necessitam efetuar uma difícil escolha: pagar suas dívidas ou utilizar o dinheiro existente com as despesas domésticas. O corte de gastos constitui um meio de tentar minimizar os efeitos dessa

escolha. Mas, como já abordamos antes, além de serem aplicados de formas distintas, têm efeitos diferentes em cada situação.

Reduzir gastos, para indivíduos como Luís, com maior renda, significa, principalmente, economizar em itens não essenciais, cortando viagens, jantares ou outras atividades de lazer, enquanto para outros, como Pedro e Eva, em situações mais precárias, pode resultar em privações quando esses cortes atingem itens de necessidade básica, como a alimentação (DEARDEN *et al.*, 2010). Bens de consumo podem ser completamente dispensados, trocados por marcas mais baratas ou de qualidade inferior, ou mesmo substituídos por similares, a exemplo de Paulo, que diz sempre optar pelo frango, uma alternativa mais econômica por não dispor de recursos para comprar carne.

Em casos extremos, porém, os prejuízos podem ser mais severos. Evidências na França, Hungria e Eslovênia, por exemplo, apontam cortes tão profundos com alimentação que resultaram em situações de fome (CONSULTING, 2013). Num relato similar, Cleusa, cuja narrativa será retomada adiante, conta que em busca de um “equilíbrio” no orçamento vendia os “vale-refeição” fornecidos pela empresa em que trabalhava. Usava o dinheiro para pagar suas dívidas, mas, sem ter como almoçar, passava fome durante todo o expediente de trabalho.

As privações podem agravar-se ainda em razão dos efeitos do crédito e das dívidas no custo dos produtos em função dos juros e encargos envolvidos. Gibbons, Vaid e Gardiner (2011) analisam os preços de itens da cesta básica na Inglaterra comparando sua compra em dinheiro e com uso de alguma forma de crédito. Eles concluem que as compras parceladas e a crédito geralmente são mais caras, numa proporção que pode variar entre 1,5% e 18%. Ellison *et al* (2011) também comparam o consumo de diferentes produtos utilizando dinheiro e outros mecanismos diversos de crédito a fim de compreender seu custo efetivo para o consumidor. Eles concluem também que, em geral, os bens consumidos a crédito são mais caros, encontrando, porém, uma variação de preços entre 10% e 56% superiores. Ellison *et al* (2011) argumentam ainda que os juros podem ter efeitos particularmente nocivos no caso dos cartões de crédito, confirmando algumas informações que apresentamos no Capítulo 4.

Também podemos ilustrar tais questões com relação a nossas entrevistas, como no caso de Dona Joana. Como já vimos, ela tem problemas com cartões de crédito e, em relação à sua renda, diz que há muito foi ultrapassada pelos gastos. Tal

condição lhe gera inquietude. Ela considera que, em função das parcelas e juros cobrados, seus já minguados recursos se encontram cada vez mais reduzidos. Sua preocupação diz respeito ao fato de que a ocorrência de uma eventualidade, como um problema de saúde, poderia lhe gerar problemas ainda maiores, dado que não lhe sobram recursos: *“Eu não tenho. [...] eu recebo e eu pago o aluguel, tem IPTU, tem tudo. Luz e o cartão de crédito. Se tu me pedir R\$ 10,00 emprestado eu não tenho”*.

Dona Catarina, assim como Dona Joana, expressa preocupações com questões relativas à saúde, pois a compra de remédios é uma necessidade que, revela, seria impossível atender caso dependesse unicamente dos seus magros recursos, corroídos pelas dívidas. Ela diz, porém, nunca ter sofrido com a falta dos medicamentos, pois conta de forma recorrente com a ajuda financeira do marido.

Problemas relacionados à saúde constituem um segundo tipo de impactos causados pelas dívidas. Eles extrapolam, entretanto, questões ligadas a restrições de ordem material e orçamentária, com múltiplos físicos e mentais (COLLARD, 2011). O superendividamento gera ansiedade, preocupação e stress, além de sentimentos de tristeza e apatia. Paulo, por exemplo, descreveu ter problemas de insônia, enquanto Pedro e Eva fizeram menção explícita a sentimentos de angústia e “desespero”, como constatamos na sua fala a seguir.

Isso é de enlouquecer a gente. Não poder pagar as próprias contas...Não posso sujar meu nome, Deus me livre. Eu queria resolver isso aqui. Por isso eu vim, o rapaz marcou até uma audiência pra gente. Eu disse pra ele: bah, mas isso vai demorar. Lá pra julho, meu Deus. Até lá, o que eu faço?

Edward (2003), num estudo com 900 endividados na Inglaterra, encontrou relatos de stress, ansiedade e depressão em 62% de sua amostra. Análises de registros médicos de superendividados na Suécia também constataram frequentes sintomas de depressão, altos níveis de stress, além de um percentual de 30% entre eles que já havia pensado ou tentado cometer suicídio (CONSULTING, 2013). Nossos casos, em sua maioria, não revelaram tais extremos. Ocorreram algumas situações de choro, ora velados e discretos, ora mais aparentes, mas apesar disso, apenas um caso, condensando características de evidente sofrimento psíquico, relevou aspectos mais preocupantes.

Cleusa é uma senhora de 48 anos, casada e com dois filhos adultos. Buscou auxílio pois possui diversas dívidas com cartões de crédito e cheque especial, além de pendências com familiares, que, desde 2012, quando se iniciaram, tenta resolver.

Ela conta que nunca antes havia tido problemas semelhantes. É a primeira vez e como consequência tem sentimentos de raiva, frustração e dor tão intensos, que, num eufemismo para pensamentos de suicídio, chegou “*a pensar em fazer besteira, já*”.

Ela relata ter sido diagnosticada com depressão, cujo tratamento envolve o uso de medicação e acompanhamento psiquiátrico permanente. Algumas características dessa condição foram bastante evidentes em nossa conversa, durante a qual chorou todo o tempo. Tal fato foi particularmente inusitado e tanto por não estarmos preparados para tal, como pelo aparente incômodo que a situação lhe trazia, nos vimos forçados a parar a entrevista algumas vezes, questionando se gostaria de interrompê-la em definitivo. Ao contrário, ela descreveu ter dificuldades de diálogo com o marido e os filhos, que a acusam por seus problemas, e que, sem ter com quem tratar sobre o assunto, gostaria de prosseguir, pois lhe trazia certo alívio.

Questionada sobre as suas dívidas assume-se culpada por gastar em demasia e não ter autocontrole, expressando frustração e incapacidade. Expressões, nesse sentido, remetendo a um forte senso de responsabilidade individual foram recorrentes. Elas podem ser relacionadas ao estigma social em torno do endividamento e às características que frequentemente se associam aos devedores, como desonestidade e irresponsabilidade. Isso gera culpa, vergonha e temor de ser julgada pelos outros, caso venham a conhecer sua situação financeira.

Retomando narrativas anteriores, o trecho a seguir, da entrevista de Dona Iolanda, mostra que ela compreende seus problemas como resultado de suas escolhas individuais e que da mesma forma a solução passa por mudanças de comportamento. A principal, abster-se de qualquer novo tipo de consumo.

Eu sempre fui correta. Então eu me sinto mal. “[é] horrível. Eu tô até no SPC, coisa que eu não gosto. Eu sou muito correta com as minhas [contas]... porque tá atrasada, e aí eu não posso comprar uma... nem uma bala. Nem quero comprar. Então, enquanto eu não pagar essa aqui eu não vou comprar mais nada

Quando pedimos detalhes ela se refere aos órgãos de restrição de crédito com expressões de forte cunho moral.

o SPC é o seguinte. Tu tá com o nome sujo na praça. Tu é um ser humano inútil. Eu considero assim. Por que é assim. Se tu tá no SPC, tu não pode... tu não é digno de comprar mais nada, porque enquanto não pagar aquela dívida tu não pode fazer nada.

O “nome sujo”⁵⁹, além de representar sinal de desonra, mobiliza sentimentos de vergonha e (des) honestidade, que num trecho da entrevista de Dona Joana também observamos de modo similar.

Eu fico preocupada que eu tô devendo. [...] eu me sinto mal. Porque eu sempre fui correta com as minhas contas, Graças a Deus. Eu sou. Só que dessa aí eu vou sair. Isso aí me incomoda sim. Não posso infelizmente é trabalhar... e não vou ser desonesta nunca na minha vida. Se Deus quiser. Não fui criada assim. Bem sincera pra ti. O mais honesto é o pobre. [...] Porque se ele sujar o nome ele perdeu o crédito.

Retornando ao caso de Cleusa, suas expressões de culpa, vergonha e responsabilidade decorrem de sua compreensão de que seria “consumista” e incapaz de controlar seus gastos, fato que não somente ela enfatiza, como diz ser os termos de que lhe acusam o marido e os filhos. Entretanto, aprofundando algumas questões em busca de detalhes, encontramos contradições entre os fatos que narrava e sua percepção deles. Em primeiro lugar ela conta que esta é a primeira vez que tem dívidas, o que seria duvidoso caso fosse consumista e demonstrasse comportamentos e atitudes nesse sentido.

Conta que, até 2012, sempre foi capaz de manter os pagamentos das dívidas que assumia. O primeiro atraso e a primeira negociação – às quais se seguiram outras tantas – vieram após uma cirurgia no joelho em decorrência da qual, assim como Paulo e Dona Joana, ficou afastada do trabalho. Por cinco meses ela não recebeu seu salário e, em consequência, acabou endividada. Sem conseguir solucionar suas dificuldades, procurou ajuda quando viu frustrado aquele que considerava seu último recurso. Trabalhando há 8 anos na mesma empresa, como promotora de vendas, numa medida estratégica, desesperada, por assim dizer, pediu demissão, em um acordo com o empregador para obter dinheiro. Assim que pôde buscou os credores tentando um acordo, sem sucesso.

A literatura aponta que os problemas financeiros constituem obstáculo na busca por uma colocação no mercado de trabalho (MANNING, 2005; HENNIGEN, 2010), o que ela revela ser verdadeiro, pois no setor comercial, onde atua, os empregadores consultam cadastros de restrição ao crédito no momento da seleção. Nesse sentido, numa colocação que lembra a expressão “tonel das Danaides”, ela denomina o momento que passa em sua vida de forma peculiar como seu “fundo de poço”, que,

⁵⁹ O “nome sujo” é uma expressão popular referente à inscrição em cadastros de inadimplência

diz só piora e parece nunca ter fim, pois agora, além de endividada, ainda está desempregada.

Nossos dados reforçam a influência que situações inesperadas e mudanças bruscas na vida mantêm em relação ao superendividamento (FINNEY; COLLARD; KEMPSON, 2007; COLLARD; FINNEY; DAVIES, 2012). Um estudo na Inglaterra reitera a questão ao comparar sujeitos que vivenciaram transformações drásticas de vida com outros que não passaram por situações similares, concluindo que os primeiros têm uma probabilidade quatro vezes maior de incorrer em dívidas (STEPCHANGE, 2015).

Em um sentido similar, Stamp (2009) encontra uma relação entre endividamento e pobreza, entendendo que baixos rendimentos são um fator relevante que contribui com as dívidas. Porém, ele não traça uma relação causal ou linear, entendendo particularmente que ambos se encontram entrelaçados numa dinâmica de mútua influência, mas que não deixa de estar ligada a outros fatores, como as formas e razões que levam a contrair uma dívida. Gibbons, Vaid e Gardiner (2011), de modo semelhante, por exemplo, afirmam existir uma tendência entre os mais pobres de endividar-se por questões específicas, como lidar com gastos e despesas cotidianas. Com relação a alguns desses elementos, podemos retomar a narrativa de Pedro e Eva e seu problema com o cartão de crédito. Como apontamos acima, eles revelam usar seu cartão como meio de complementar a renda e lidar com despesas cotidianas. Em suas palavras:

A gente faz o rancho pro mês... pra pagar no outro. E todos os meses a gente tem que comer. Eu tenho um remédio dum filho pra comprar. Aparece uma coisa ou outra, um calçado... não adianta. A gente tem quatro crianças. Se eu não pagar isso aqui... daí eu já não posso comprar de novo, vou ter que quitar isso aqui... segurar até mesmo a comida pra poder se equilibrar, né?

Sua incapacidade de efetuar os pagamentos resultou no bloqueio e impossibilidade de utilizá-lo novamente, o que ilustra uma forte e peculiar relação de dependência com o crédito. Nesse sentido, Dearden *et al* (2010) fazem referência a uma “armadilha do endividamento”, quando os impactos do endividamento são suficientemente profundos a ponto de dificultar o enfrentamento e superação das causas que lhe são subjacentes. Para Hartfree e Collard (2014), em argumento semelhante, o endividamento contribui para a exacerbação das condições de pobreza e privação material, além de aumentar suas probabilidades de reprodução.

Podemos ver um indício no caso de Pedro e Eva, em seu sofrimento diante da impossível tarefa de manejar seus recursos escassos e da incerteza de como serão efetuadas as compras necessárias para a casa no próximo mês. Enquanto um dos fatores é a dependência, pela pobreza ou desequilíbrio na renda, outro deles são os juros, que Ellison *et al* (2011) mencionam como um dos principais produtores desse círculo vicioso. Eles sugerem que atrasos sucessivos e inadimplência prolongada geram um padrão cíclico e contínuo de pagamento de juros que torna as dívidas praticamente impagáveis, pois adicionam aos valores das prestações altas taxas que reduzem mais ainda sua já diminuta renda.

Sua situação, portanto, já se tornou um ciclo impagável, formando uma espiral que, independentemente da decisão que eles tomem, dificilmente será contornada sem drásticas consequências: como reduções extremas nos gastos, que podem tornar sua condição bastante precária; tentativas de aumentar a renda, com trabalho adicional, que levaria à perda de tempo de lazer e socialização; uma nova renegociação, com prazos mais longos e menor valor de parcela, que num curto prazo poderia tornar sua situação bastante difícil, pois muitos bancos e financeiras costumam cobrar valores bastante elevados a título de entrada, e num longo prazo estenderia indefinidamente sua dívida, dados os juros exorbitantes cobrados pelos cartões de crédito.

Enfim, podemos compreender que eles foram apanhados pela armadilha da dívida, passando a vivenciar uma situação que recorda nosso mito das Danaides e seu tonel, expressando o castigo infindável, o esforço inacabado e a tortura de nunca ver concluída sua condição de penúria.

7 CONCLUSÕES

Nas últimas duas décadas o governo brasileiro incentivou a oferta de crédito para elevar o consumo. Em consequência, o comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas também cresceu. As causas e efeitos dessa ampliação na oferta e na demanda por crédito ao consumo tornaram o superendividamento um problema visível, foco cada vez mais crescente de muitas pesquisas empíricas. Apesar da atenção que lhe tem sido dirigida, comparado ao contexto internacional, o superendividamento é ainda uma temática incipiente no Brasil. A maior parte das investigações desenvolvidas focam aspectos econômicos e, não raro, restringem-se a realizar análises descritivas a partir de uma perspectiva quantitativa com foco em aspectos econômicos.

Esta dissertação abordou o crescimento da oferta de crédito ao consumo e o superendividamento no Brasil. Buscamos analisar a extensão e consequências desses fenômenos, que tomamos aqui como recorte representativo de um amplo conjunto de eventos relacionados às transformações no cenário econômico global, entre os quais, particularmente, a financeirização.

Nosso objetivo consistiu em descrever e analisar sociologicamente o crédito e o superendividamento a partir de uma perspectiva metodológica qualitativa. Pautados por sólida fundamentação teórica e empírica, procuramos captar esses fenômenos da forma mais abrangente possível, identificando sua ocorrência em relação a múltiplas dimensões a eles relacionados, num intento de ultrapassar as limitações empíricas das investigações existentes e contribuir aos debates nesse campo de pesquisas em franca expansão.

Nossa coleta de dados pautou-se prioritariamente por uma perspectiva metodológica qualitativa. Realizamos um conjunto de entrevistas com roteiro semiestruturado com uma amostra aleatória e não intencional de consumidores superendividados atendidos no Projeto Piloto de Prevenção ao Superendividamento do Consumidor, com funcionamento no Fórum Central do município de Porto Alegre.

Além dessa estratégia central, adicionalmente recorreremos a uma coleta de dados secundários, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e documental a fim de coletar evidências que permitissem uma contextualização do tema e servissem de justificativa ao recorte estabelecido.

Os capítulos 2 e 3 foram dedicados a uma revisão teórica e bibliográfica. Neles, respectivamente, discutimos: as principais perspectivas e debates teóricos relacionados à temática, além de realizar um levantamento de algumas evidências empíricas existentes relacionadas às posições apresentadas; e os problemas em relação aos conceitos e indicadores do superendividamento. No Capítulo 4 esboçamos um quadro geral da problemática no Brasil apresentando as evidências coletadas a partir dos dados secundários. Essa etapa permitiu uma primeira aproximação aos possíveis determinantes desses fenômenos ao descrever e dimensionar o crescimento substancial dos mercados bancário e financeiro ao longo das últimas duas décadas.

Os fundamentos e pressupostos metodológicos que orientaram a coleta e análise do material empírico foram apresentados no Capítulo 5. Resumidamente, nossas entrevistas seguiram um modelo qualitativo, com uso de roteiro semiestruturado, mesclando duas técnicas complementares: a entrevista em profundidade e a entrevista episódica. Resumidamente, questionamos nossos entrevistados acerca de sua condição de superendividamento, delimitando as razões que os levaram a buscar ajuda, os possíveis fatores que contribuíram para sua ocorrência, seus efeitos na vida econômica, social e individual e as estratégias de enfrentamento mobilizadas. Além disso, também abordamos alguns tópicos de ordem mais subjetiva, como as percepções, sentimentos e significados associados aos problemas financeiros. As entrevistas foram organizadas e conduzidas de forma a captar tais informações, buscando contextualizar as narrativas que estes sujeitos nos ofereceram de forma contextualizada em relação a outras dimensões de suas vidas – social, familiar, laboral etc.

No Capítulo 6 desenvolvemos a análise e interpretação do material empírico decorrente das entrevistas a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados da pesquisa apresentaram, primeiramente, um breve perfil de nossa amostra. A seguir, descrevemos aquilo que denominamos de “processo de endividamento”, buscando responder os questionamentos propostos a partir das narrativas de nossos sujeitos. As seções foram organizadas conforme os eixos temáticos e categorias derivados do procedimento de análise.

No que diz respeito aos possíveis fatores que contribuem para o superendividamento, nossas evidências sugerem, à semelhança de pesquisas prévias, que um conjunto de elementos ligados às condições sociais e econômicas

dos consumidores, e a mudanças nessas condições, capazes de afetar o equilíbrio financeiro, podem ser considerados de significativa influência. Dentre uma variedade de circunstâncias, algumas das principais são a ocorrência de desemprego, problemas de saúde e perda ou redução da renda. Estes elementos, no entanto, apesar de contribuir para o superendividamento, não guardam relação com ele num sentido causal ou determinista. Nenhum deles pode ser considerado, isoladamente, como fator preponderante.

Essa constatação, de modo distinto do que esperávamos ao iniciar nossa investigação, constitui talvez uma de nossas mais elementares contribuições ao estudo da questão. Verificamos que o superendividamento constitui um processo complexo, dinâmico e multidimensional, que apresenta variações conforme os sujeitos envolvidos, suas práticas e padrões de consumo, suas percepções e atitudes com relação ao crédito e as dívidas, e com as transformações desses elementos num determinado período de tempo.

Além disso, merece destaque também o fato de que nossas evidências sugerem, em relação às mudanças e transformações nas condições de vida mencionadas com recorrência na literatura, que, efetivamente, elas representam elementos fundamentais no desencadeamento do superendividamento. Entretanto, ao contrário da maioria dos estudos, verificamos que nem toda circunstância extraordinária representa uma ruptura ou desequilíbrio no orçamento de modo necessariamente dramático. A ocorrência de despesas e gastos inesperados podem resultar de reduções nos níveis de renda, desemprego, doenças e aumento nos custos de vida. Mas também podem ser decorrentes da necessidade de promover ou participar de determinados eventos sociais, em datas festivas como natal e aniversários ou mesmo rituais como batizados e casamentos.

Nessas condições não é incomum que o crédito seja utilizado como recurso para a compra de presentes, operando como mecanismo de acesso ao consumo e, por meio dele, auxiliando no estabelecimento e manutenção de laços e vínculos sociais. Esses processos de doação e troca de bens reforçam o caráter simbólico e social do consumo, numa dinâmica da qual o crédito faz parte como uma estratégia econômica utilizada para fins sociais. O que isso comprova é que além de uma dimensão negativa e problemática, ou de uma relação com elementos como alienação e materialismo consumistas, o crédito e as dívidas também possuem outras características, estando essencialmente imersos em redes de relações sociais.

Identificamos na dinâmica do superendividamento aquilo que fizemos referência como um “processo de endividamento” que descrevemos em três distintas etapas, conforme suas características essenciais. O “endividamento funcional” constitui uma primeira etapa desse processo, no qual as dívidas são percebidas praticamente como um sinônimo de crédito. O endividamento está presente sempre que houver um compromisso financeiro assumido, seja na forma de um empréstimo ou de uma compra parcelada, sem, no entanto, que eles sejam considerados como dívidas, por não apresentarem quaisquer efeitos adversos ou conotações negativas. O “endividamento problemático” é a nossa segunda etapa, quando as primeiras dificuldades surgem ligadas aos compromissos financeiros existentes. Os principais indicadores desses problemas financeiros são os atrasos mais ou menos recorrentes no pagamento das prestações e contas domésticas, a inscrição em registros de inadimplência e também o recurso frequente a novos empréstimos para saldar dívidas e empréstimos anteriores. Essa condição pode ser contornada mobilizando determinados recursos e estratégias, revelando um caráter temporário, ou, quando não resolvida, pode ainda vir a agravar-se. Na última situação, seus efeitos são mais crônicos e preocupantes, constituindo nossa terceira e derradeira etapa: o superendividamento.

As motivações e formas de uso do crédito constituem tópicos fundamentais para a compreensão desse “processo de endividamento” e da transição entre suas distintas etapas. Um dos meios mais problemáticos encontrados nas três fases do processo foi como recurso para o pagamento de despesas ordinárias – como alimentação e vestuário, entre outras – diante de condições emergenciais e circunstâncias inesperadas. Essa estratégia pode ser apenas temporária, um recurso de curto prazo, quando as mudanças com as quais os sujeitos se deparam são apenas temporárias. Entretanto, quando os problemas se encontram associados a outros elementos de caráter mais duradouro e estrutural, o crédito também é utilizado como mecanismo de sobrevivência, incorporado ao orçamento doméstico. Essa condição é mais frequente entre indivíduos em situação financeira precária, seja por baixa renda ou por condições de trabalho instáveis, que ao enfrentar dificuldades sentem “não ter outra opção” senão endividar-se para cobrir suas necessidades básicas.

Nossos dados mostram que o superendividamento tem consequências diversas, sendo aquelas de caráter mais propriamente econômico e financeiro, talvez, as mais óbvias a serem descritas. Primeiramente, verificamos que o

superendividamento implica, na maioria dos casos, um grande comprometimento da renda com dívidas e prestações, reduzindo a parcela de recursos disponíveis para o pagamento de quaisquer outras despesas. Essas restrições orçamentárias geram alterações nos padrões possíveis de gastos e nos níveis de consumo, que com grande probabilidade resultam em privações materiais por conta das dificuldades na manutenção das despesas básicas. Além disso, entre aqueles consumidores que recorrem ao crédito para cobrir gastos ordinários, não raro os cartões de crédito e o cheque especial compõem as modalidades de empréstimo mais usuais. Elas constituem as mais facilmente acessíveis e, conseqüentemente aquelas de maior custo com taxas, juros e encargos. Essas cobranças, com frequência abusivas, aumentam a proporção de comprometimento da renda com as dívidas, somando-se a condições, por vezes, já bastante precárias de pobreza e baixa renda, além de tornar os custos do consumo de itens de necessidade básica mais elevados. Verificamos, nesse sentido, que essas conseqüências em conjunto contribuem para exacerbar as condições de pobreza. Elas dificultam a saída da condição de endividamento ao tornar esses sujeitos particularmente vulneráveis a crises estabelecendo uma espiral de dependência e um círculo vicioso difícil de romper. Além das privações materiais, os efeitos negativos do endividamento têm efeitos também em outras esferas da vida social. Entre elas podemos citar, abordando outro tópico que levantamos em nossas entrevistas, os sentimentos de frustração, impotência, infelicidade, ansiedade, vergonha e culpa que encontramos entre as implicações subjetivas desse fenômeno, que muito possivelmente constituem os elementos que conduzem aos efeitos negativos que verificamos sobre a saúde física e psicológica.

Resumidamente, nossa pesquisa apontou que o superendividamento tem maior probabilidade de ocorrer quando níveis elevados de comprometimento da renda encontram-se associados com elementos que geram transformações nas condições de vida, afetando o equilíbrio financeiro. Uma série de fatores podem ser elencados como possíveis desencadeadores dessas mudanças. Entre aqueles de caráter individual, podemos mencionar as dificuldades de compreensão sobre o funcionamento e o uso do crédito que a literatura aborda como resultado de um lapso de educação financeira. Além destes, constatamos a influência de outros elementos, de caráter institucional, decorrentes de eventos e situações externas e fora do controle dos indivíduos, como desemprego, aumento dos custos de vida e problemas de saúde.

Independente, porém, da natureza desses fatores – de caráter individual ou institucional –, a principal contribuição deste estudo foi constatar que o superendividamento dificilmente pode ser relacionado particularmente a apenas um deles. Mais especificamente, pudemos verificar que ele é influenciado por uma série de condições e eventos ocorrendo simultaneamente. Uma conjunção de situações envolvendo variáveis como renda, capacidade financeira e condições de vida, ocorrendo num contexto social e econômico particular. Em outras palavras, concluímos que embora algumas condições e fatores gerais possam ser estabelecidos, não existe um único caminho que conduz ao superendividamento.

Considerando os questionamentos e objetivos propostos por esta investigação, verificamos que uma multiplicidade de elementos contribui conjuntamente aos problemas com as dívidas. Apesar dessa complexidade, encontramos fortes indícios relacionando o uso do crédito como mecanismo de gestão do orçamento doméstico em complementação a rendimentos escassos ou instáveis. Nesse sentido, podemos inferir que a ocorrência do superendividamento, embora não se restrinja unicamente a esse fator, guarda relação com variados elementos associados a condições, mais ou menos permanentes, de vulnerabilidade social e econômica.

No tocante às consequências do fenômeno, suportando as hipóteses que levantamos, entendemos, a partir da análise realizada, que dentre uma multiplicidade de efeitos negativos, particularmente, o superendividamento destaca-se pelas restrições e obstáculos de privação material que impõe. Uma das formas pelas quais ele conduz a essa situação é a cobrança abusiva de juros, que opera como um mecanismo de espoliação da renda desses indivíduos, já bastante vulneráveis, tornando ainda mais severas suas condições de pobreza e escassez econômica. Uma vez envolto num movimento circular de pagamento de juros estes sujeitos acabam por encontrar-se numa profunda dependência do crédito, encerrando o ciclo dessa armadilha.

Num exercício de comparação, podemos interpretar o funcionamento dessa dinâmica observando nossos entrevistados, que em diversos momentos relataram situações sem saída, de angústia e falta de esperança causadas por sua “espiral de endividamento”. Tais descrições, a exemplo de Cleusa, que se referiu à sua condição de endividamento como seu “fundo de poço”, nos permitem estabelecer certa proximidade com relação ao mito que serve de título a esta investigação, pois assim

como as Danaides, nossos endividados também parecem vivenciar um castigo eterno, numa condição de esforço árduo e infundável que nunca alcança resultados.

A constatação que fizemos a respeito das prováveis relações entre o superendividamento e determinadas condições de vulnerabilidade permite afirmar, corroborando outra de nossas hipóteses, que as dívidas não podem ser explicadas unicamente em função de relações de consumismo, como defendido amplamente na literatura. A “hipótese do consumismo”, portanto, possui limitações heurísticas que impedem uma compreensão mais abrangente do fenômeno. Por outro lado, o segundo posicionamento teórico – a perspectiva institucional – que discutimos, como contraponto ao anterior, tampouco é capaz de explicar completamente o superendividamento. Ainda que diversas de nossas evidências apontem num sentido similar aos argumentos levantados na “hipótese do consumo defensivo”, verificamos que muitos elementos que encontramos são completamente negligenciados no interior dessa corrente.

Pudemos verificar, a partir de nossas análises, que as relações de crédito e superendividamento implicam uma dimensão profundamente simbólica, passível de observar, por exemplo, nos modos de uso do crédito e nas razões para aquisição de dívidas, que se não caracterizam relações consumistas, tampouco se restringem a um mero recurso de complementação de rendimentos escassos. Também nas considerações que levantamos acerca das distintas percepções a seu respeito, nos sentimentos que geram e ainda nas estratégias utilizadas para enfrentar os problemas financeiros. Todas elas imersos em dinâmicas diversas e imbuídos de uma grande variedade de elementos que derivam de contextos e relações fundamentalmente sociais.

Apesar do caráter exploratório desta investigação, além de algumas evidentes limitações metodológicas que ela possui, acreditamos, de modo geral, que ela contribui em certos aspectos aos estudos no campo da “sociologia do crédito”. Primeiramente, ao esboçar um panorama da ampliação do crédito e do endividamento no Brasil, estabelecendo parcialmente a dimensão e características desses fenômenos, além de identificar algumas dificuldades conceituais e empíricas que envolvem um esforço desse tipo. Também ao constatar, em nosso recorte em torno do superendividamento, um breve perfil dos indivíduos afetados por esses problemas, cujas características buscamos comparar com evidências existentes na literatura;

algumas condições associadas à sua ocorrência; e suas consequências, entre outros elementos.

Tais evidências empíricas, além de relevantes como dados, também são importantes pelo recorte metodológico aplicado, distinto da maior parcela das investigações as quais tivemos acesso. Uma abordagem com foco nas percepções dos sujeitos entrevistados, que apesar de tomar os indivíduos como unidade de análise, busca ainda relacionar suas narrativas com situações e contextos de vida, trabalho e família, a fim de captar as informações de modo mais abrangente.

Uma abordagem desse tipo permitiu analisar o endividamento em termos de uma relação dinâmica ou, como denominamos, de um “processo de endividamento”. Ele foi descrito em distintas etapas conforme seus elementos essenciais, a partir dos quais identificamos, por exemplo, como se iniciaram as “jornadas” de nossos entrevistados em direção ao superendividamento, estabelecendo o momento no qual estes compreendiam que ela havia começado e quais eram suas condições nesse momento particular. Marcos e situações típicas foram identificados em cada uma das etapas e constituem um avanço significativo a ser apurado em novas investigações. Isso pode contribuir fundamentalmente para a compreensão dos elementos e situações relacionados ao superendividamento antes que ele se consolide e apresente efeitos mais severos, sendo particularmente útil na elaboração de mecanismos que previnam ou minimizem seus efeitos.

REFERÊNCIAS

AMÉRICA ECONOMIA. A salvo da crise: descolados da indústria financeira global, os bancos latino-americanos alcançam resultados recordes. **AméricaEconomia Brasil**, p. 68–78, out. 2011.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Households over-indebtedness in the economic literature. **Departmental Working Papers**, 2008. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/mil/wpdepa/2008-46.html>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS (ANEFAC). **Pesquisa de utilização do 13º salário**. 2015a. 8 p. Disponível em: <<http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/20151026144151451.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Pesquisa de juros**. 2015b. Disponível em: <<http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2015111291646546.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

ATWOOD, M. **Payback: a dívida e o lado sombrio da riqueza**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de Inclusão Financeira. v. n.3, Brasília. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2015.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 68 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249–1267, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set. 2015.

BARROS, M.; OSSANDÓN, J. Prácticas financieras en torno al uso del crédito en la industria del retail de Santiago. In: OSSANDÓN, J (Org.). **Destapando la caja negra: Sociologías de los créditos de consumo en Chile**. Instituto de Investigación en Ciencias Sociales (ICSO), Universidad Diego Portales: Santiago. p. 113–132, 2012.

BAUDRILLARD, J. **El sistema de los objetos**. Siglo Veintiuno Editores. México: 2012.

BAUER, M. Análise de Conteúdo Clássica: Uma Revisão. In: BAUER, MW; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ; Vozes. 2002.

_____; AARTS, B. A construção do corpus de pesquisa: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, MW; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa**

com texto, imagem e som. Petrópolis, RJ; Vozes. 2002.

BAUMAN, Z. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres.** Barcelona: Gedisa, 2000.

_____. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vida a crédito.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BELL, D. **The cultural contradictions of capitalism.** New York: Basic Books, 1996.

BERTONCELLO, K. R. D. **Identificando o mínimo existencial:** proposições de concreção em casos de superendividamento do consumidor. 2015. Tese. (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

BETTI, G.; DOURMASHKIN, N.; ROSSI, M. C.; VERMA, V.; YIN, Y. **Study of the Problem of Consumer Indebtedness:** Statistical Aspects. Final report. Citeseer, 2001. . Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.183.3320&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BETTI, G.; DOURMASHKIN, N.; ROSSI, M. C.; YIN, Y. Consumer Over-indebtedness in the EU: Measurement and Characteristics. **Journal of Economic Studies**, v. 34, n. 2, p. 136, 2007. Disponível em: <<http://media.proquest.com/media/pq/classic/doc/1343751471/fmt/pi/rep/NONE?hl=&cit:auth=Betti,+Gianni;Dourmashkin,+Neil;Rossi,+Mariacristina;Yin,+Ya+Ping&cit:title=Consumer+over-indebtedness+in+the+EU:+measurement+and+characteristics&cit:pub=Journal+of+Eco>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

BOUDON, R. **Os métodos em sociologia.** São Paulo. Editora Ática. 1989.

BOURDIEU, P. **Las Estructuras Sociales de la Economía.** Barcelona: Anagrama. 2003.

_____. BOLTANSKI, L.; CHAMBOREDON, J.-C. La banque et sa clientèle: Elements d'une sociologie du crédit. **Paris: Centre de Sociologie Européenne**, 1963.

BRASIL. Decreto nº 22.626 de 07 de abril de 1933. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm. > Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Diário Oficial da União. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. > Acesso em: 10 mar. 2016.

_____. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc40.htm > Acesso

em: 10 mar. 2016.

BRAUCHER, J. Theories of Overindebtedness: Interaction of Structure and Culture. **Arizona Legal Studies Discussion Paper**, n. 6, 2006. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=826006>>. Acesso em: 7 out. 2015.

BROWN, S.; GARINO, G.; TAYLOR, K.; PRICE, S. W. Debt and Financial Expectations: An Individual- and Household-Level Analysis. **Economic Inquiry**, v. 43, n. 1, p. 100–120, 2005.

BRYAN, M.; TAYLOR, M.; VELIZIOTIS, M. Over-Indebtedness in Great Britain: An Analysis Using the Wealth and Assets Survey and Household Annual Debtors Survey. **Department of Business, Innovation & Skills**, 2010.

BURTON, D. **Credit and consumer society**. Oxon: Routledge, 2012.

CALDER, L. **Financing the american dream: a cultural history of consumer credit**. Princeton University Press, 2009.

CARRUTHERS, B. G. The sociology of money and credit. In: SMELSER, J. ; SWEDBERG, R. (Eds.) **The handbook of economic sociology**. New York: Princeton University Press. 2ª Edição. p. 355–378, 2005.

_____. A Sociologia do Crédito e da Finança. In: JARDIM, M. *et al.* **Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. p. 380.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - setembro 2015**. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_setembro_2015.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Retratos da Sociedade Brasileira: Crise econômica II - renda e endividamento**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/RSB_25_Crise_Econ%C3%B4mica_Renda_e_Endividamento_Agosto_2015.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Lei 8.078 de 11/09/90. Brasília, Diário Oficial da União, 1990.

COLLARD, S. **Understanding financial difficulty**: Exploring the opportunities for early intervention. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/40175/>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____; FINNEY, A.; CROSSWAITE, K. **Facing the squeeze**: A qualitative study of household finances and access to credit in a 21 st -century recession. Disponível em: <http://www.moneyadvicetrust.org/SiteCollectionDocuments/Research%20and%20reports/facing_the_squeeze_2011_final.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____ ; FINNEY, A.; DAVIES, S. **Working Households' Experiences of Debt Problems:** A Research Report Prepared for StepChange Debt Charity. Foundation for Credit Counselling, 1 nov. 2012. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/40172/1/Working-households-debt-problems-2012.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____ ; KEMPSON, E. **Affordable credit:** the way forward. Bristol: Policy Press, 2005.

CONSULTING, C. **the Over-Indebtedness of European Households:** Updated Mapping of the Situation , Nature and Causes , Effects and Initiatives for Alleviating Its Impact - Part 1: Synthesis of findings. 2013. Disponível em: <http://ec.europa.eu/consumers/financial_services/reference_studies_documents/docs/part_1_synthesis_of_findings_en.pdf> Acesso em: 07 mar. 2016.

CROSS, G. **An all-consuming century:** why commercialism won in modern america. New York: Columbia University Press. 2000.

CROUCH, C. **La extraña no-muerte del neoliberalismo.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012.

CYNAMON, B. Z.; FAZZARI, S. M. Household Debt in the Consumer Age: Source of Growth--Risk of Collapse. **Capitalism and Society**, v. 3, n. 2, 24 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/j/cas.2008.3.2/cas.2008.3.2.1037/cas.2008.3.2.1037.xml>>. Acesso em: 7 out. 2015.

DEARDEN, C.; GOODE, J.; WHITFIELD, G.; COX, L. **Credit and debt in low-income families.** York: Joseph Rowntree Foundation, 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2012.

_____. **Política de Valorização do Salário Mínimo.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec136SalarioMinimo2014.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

DISNEY, R.; BRIDGES, S.; GATHERGOOD, J. Drivers of Over-indebtedness. **Report to the UK Department for Business**, 2008.

SANTOS, Cristiane Pizzutti dos; FERNANDES, Daniel Von Der Heyde. A socialização de consumo e a formação do materialismo entre os adolescentes. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 1, p. 169, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000100007>. Acesso em: 07 mar. 2016.

DOWBOR, L. A esterilização dos recursos em nosso país: O sistema financeiro atual

trava o desenvolvimento econômico brasileiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. Dezembro, p. 10–12, 2014.

EDWARDS, S. **In too deep**: cab clients' experience of debt. London: Citizens Advice, 2003.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELLISON, A.; WHYLEY, C.; FORSTER, R.; JONES, P. A. **Credit and low-income consumers**: a demand-side perspective on the issues for consumer protection. Dorking: Friends Provident Foundation. 2011.

ERTURK, I.; FROUD, J.; JOHAL, S.; LEAVER, A.; WILLIAMS, K. The democratization of finance? Promises, outcomes and conditions. **Review of International Political Economy**, v. 14, n. 4, pp- 553-575, 2007.

EUROPEAN COMMISSION. Towards a common operational European definition over-indebtedness. **Source**, Fevereiro, 2008. Disponível em: <ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=763&langId=en>. Acesso em: 07 mar. 2016.

EXAME. Endividamento das famílias cresce no Brasil. **Revista Exame**, out. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/endividamento-das-familias-brasileiras-sobe-a-46-em-julho>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Pesquisa Febraban de Economia Bancária**. Disponível em: <https://www.febraban.org.br/LerArquivo.asp?Tabela=Home_Arquivos&codigo=id_arquivo&campo1=Arquivo&campo2=QtdeAcessos&id_codigo=3886&campo3=arquivos/>. Acesso em: 07 mar. 2016.

FERGUSON, N. **The ascent of money**: a financial history of the world. London: Penguin Publishing Group, 2008.

FINMARK. **A Consumer Financial Vulnerability Index for South Africa**. Disponível em: <http://www.finmark.org.za/wp-content/uploads/pubs/FPres_CFVI.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

FINNEY, A.; COLLARD, S.; KEMPSON, E. **Easy come, easy go**: borrowing over the life-cycle. Edinburgh: Standard Life p. 1–72, 2007.

FLICK, U. **Introducción a la investigación cualitativa**. Madrid: Morata, 2004.

FOUNIER, S.; RICHINS, M. L. Some theoretical and popular notions concerning materialism. **Journal of Social Behavior and Personality**, v. 6, n. 6, p. 403, 1991.

FRADE, C. **A regulação do sobreendividamento**. 2007. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia. Universidade de Coimbra, Coimbra. 2007.

_____; CONCEIÇÃO, A. F. A reprodução do estigma na insolvência das famílias.

Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 101, p. 135–152, 1 set. 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5396>>. Acesso em: 6 out. 2015.

_____; LOPES, C. A. Overindebtedness and Financial Stress: A Comparative Study in Europe. In: NIEMI, J.; RAMSAY, I.; WHITFORD, W. (Eds.). **Consumer credit, debt and bankruptcy: Comparative and international perspectives**. Bloomsbury Publishing, 2009. p. 249–272.

FRANK, R. H. **Luxury fever: money and happiness in an era of excess**. New York: Princeton University Press, 1999.

FROMM, E. **Ter ou ser?** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FURNHAM, A. Many sides of the coin: The psychology of money usage. **Personality and Individual Differences**, v. 5, n. 5, p. 501–509, 1984.

GALBRAITH, J. K. **Moeda: de onde veio, para onde foi**. São Paulo: Pioneira, 1983.

GARÐARSDÓTTIR, R. B.; DITTMAR, H. The relationship of materialism to debt and financial well-being: The case of Iceland's perceived prosperity. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 471–481, 2012.

GEERTZ, C. The Rotating Credit Association: A “Middle Rung”. **Development Economic Development and Cultural Change**, v. 10, n. 3, p. 241-263, 1962.

GELPI, R.-M.; JULIEN-LABRUYÈRE, F. **História do crédito ao consumo: doutrinas e práticas**. Cascais: Principia, 2000.

GIBBONS, D.; VAID, L.; GARDINER, L. **Can consumer credit be affordable to households on low incomes**. Londres. Centre for Responsible Credit and Friends Provident Foundation, 2011.

GONZALEZ, F. Where Are the Consumers? **Cultural Studies**, v. 29, n. 5-6, p. 781–806, 6 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502386.2015.1017144?journalCode=rcus20#.Vjl-k7erTcc>>. Acesso em: 7 out. 2015.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GRAAF, J. de; WANN, D.; NAYLOR, T. H. **Affluenza: the all-consuming epidemic**. Victoria: Berrett-Koehler, 2005.

GRAEBER, D. **En deuda: una historia alternativa de la economía**. Editorial Ariel, 2012.

GUÉRIN, I.; MORVANT-ROUX, S.; VILLARREAL, M. **Microfinance, debt and over-indebtedness: juggling with money**. Routledge, 2014.

_____; ROESCH, M.; VENKATASUBRAMANIAN, G.; KUMAR, S. Significados múltiples y contradictorios del sobreendeudamiento: Un estudio de caso de hogares en pobreza rural en Tamil Nadu, sur de la India. **Desacatos**, n. 44, p. 35–50, 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-92742014000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 23 set. 2015.

GUSEVA, A.; RONA-TAS, A. Uncertainty, Risk, and Trust: Russian and American Credit Card Markets Compared. **American sociological review**, v. 66, n. 5, p. 623–646, 2001. Disponível em: <<http://cat.inist.fr/?aModele=afficheN&cpsidt=14213311>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. **Plastic money: constructing markets for credit cards in eight postcommunist countries**. Stanford University Press, 2014.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. spe, p. 575–610, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182008000400004&lng=en&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 28 out. 2015.

HALLIDAY, T. C.; SULLIVAN, T. A.; WARREN, E.; WESTBROOK, J. L. **As We Forgive Our Debtors: Bankruptcy and Consumer Credit in America**. Contemporary Sociology, 1990.

HARTFREE, Y.; COLLARD, S. **Poverty, Debt And Credit: An Expert-Led Review**. University of Bristol, 2014. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/40168/1/Poverty-debt-and-credit-2014.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, v. 10, n. 4, p. 1173–1202, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400006>. Acesso em: 07 mar. 2016.

HYMAN, L. **Debtor nation: the history of america in red ink**. Princeton University Press, 2011.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2008-2009: Despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares: 2002-2003: Despesas, rendimentos e condições de vida**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IPEA. Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise brasileira e o cenário de crise. **Comunicado da presidência**. n. 20, p. 1–28, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5202/1/Comunicado_n20_Transforma%C3%A7%C3%B5es.pdf> Acesso em: 07 mar. 2016.

JARDIM, M. A. C. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo lula**. São Paulo: Annablume, 2009.

KAUFMANN, J.-C. **A entrevista compreensiva: um guia para pesquisa de campo**.

Petrópolis: Vozes, 2013.

KEMPSON, E. **Over-indebtedness in Britain**. Department of Trade and Industry London, 2002.

_____. MCKAY, S.; WILLITTS, M. Characteristics of families in debt and the nature of indebtedness. *Corporate Document Services* n. 211, p. 1–108, 2004.

KUMAR, A. (Coord.) . **Brasil: acesso a serviços financeiros**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nov. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3087>>. Acesso em: 19 out. 2015.

KURY, M. da G. **Dicionário de mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

KUS, B. Credit, consumption, and debt: Comparative perspectives. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 54, n. 3, p. 183–186, 1 out. 2013. Disponível em: <<http://cos.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0020715213504280>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

LACAN, L.; LAZARUS, J. **A relationship and a practice: On the French sociology of credit**. MaxPo Discussion Paper, 2015. Disponível em: <<http://www.econstor.eu/handle/10419/107128>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LANGLEY, P. **The everyday life of global finance : saving and borrowing in anglo-america: saving and borrowing in anglo-america**. OUP Oxford, 2008.

LAPAVITSAS, C. **El capitalismo financiarizado: expansión y crisis**. Maia Ediciones, 2009.

LAZARUS, J. L'épreuve du crédit. **Sociétés contemporaines**, v. 76, n. 4, p. 17, 2009. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2009-4-page-17.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LAZZARATO, M. **La fabrica del hombre endeudado: ensayo sobre la condicion neoliberal**. Amorrortu editores, 2013.

LEA, S. E. G.; WEBLEY, P.; LEVINE, R. M. The economic psychology of consumer debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 14, n. 1, p. 85–119, 1993. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016748709390041I>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

LEITÃO, M. **Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda**. Editora Record, 2011.

LIMA, C. C. DE; BERTOCELLO, K. R. D. **Superendividamento aplicado: aspectos doutrinários e experiência no poder judiciário**. Rio de Janeiro: GZ EDITORA, 2010.

LIPOVETSKY, G. **El imperio de lo efímero: la moda y su destino en las sociedades modernas**. Madrid: Anagrama, 2004.

LOGEMANN, J. **The development of consumer credit in global perspective: business, regulation, and culture.** Palgrave Macmillan, 2012.

LOPES, J. R. de L. Prefácio. In: MARQUES, CLAUDIA LIMA; CAVALLAZZI, R. (Ed.). **Direitos do Consumidor endividado: Superendividamento e Crédito.** São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2006. p. 05–09.

LUHMANN, N. **Confianza.** Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

LUNT, P. K.; LIVINGSTONE, S. **Mass consumption and personal identity: everyday economic experience.** Open University Press. 1992. .

MANN, B. H. **Republic of debtors: bankruptcy in the age of american independence.** Harvard University Press, 2009.

MANNING, R. D. **Credit card nation: the consequences of america's addiction to credit.** Basic Books, 2001.

_____. **Living with debt: a life stage analysis of changing attitudes and behaviors.** Lending Tree, 2005.

MARQUES, C. L. Nota sobre as conclusões do banco mundial em matéria de superendividamento dos consumidores pessoas físicas. **Revista de direito do consumidor**, v. 22, n. 89, p. 453–457, 2013.

_____. Estudo sobre a vulnerabilidade dos analfabetos na sociedade de consumo: o caso do crédito consignado a consumidores analfabetos. **Revista de Direito do Consumidor: RDC**, v. 23, n. 95, p. 99–145, 2014.

_____. Mulheres, idosos e o superendividamento dos consumidores: Cinco anos de dados empíricos do Projeto Piloto em Porto Alegre. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 100, p. 393–423, 2015.

_____. LIMA, C. C.; BERTONCELLO, K. **Prevenção e tratamento do superendividamento.** Cadernos de investigação científica. Brasília: DPDC/SDE. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/Anexos/manual-tratamento-do-super%20endividamento.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MARRON, D. **Consumer credit in the united states: a sociological perspective from the 19th century to the present.** Palgrave Macmillan, 2009.

MARTIN, R. **Financialization of daily life.** Temple University Press, 2002.

MARTINS, N. M.; FERRAZ, C. A. A expansão do mercado de crédito brasileiro no período 2004-2009: determinantes, condicionantes e sustentabilidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, p. 269, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: o processo da circulação do capital.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica**

da economia política. Boitempo Editorial, 2011.

MAY, O.; TUDELA, M.; YOUNG, G. British Household Indebtedness and Financial Stress: A Household-level Picture. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=699225>>. Acesso em: 29 out. 2015.

MCKAY, S.; KEMPSON, E.; ATKINSON, A.; CRAME, M. **Debt and older people: how age affects attitudes to borrowing.** 2008. Disponível em: <http://www.pfrc.bris.ac.uk/completed_research/Reports/DebtAndOlderPeople.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MEDEIROS, C. A. De. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira.** Brasília: IPEA, 2015.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica.** Zahar, 1975.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social.** Editora Vozes, 2012.

MONTGOMERIE, J. The Financialization of the American Credit Card Industry. **Competition & Change**, v. 10, n. 3, p. 301–319, 2006. Disponível em: <[10.1179/102452906X114393\nhttp://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=21718873&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=21718873&site=ehost-live)>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. The Pursuit of (Past) Happiness? Middle-class Indebtedness and American Financialisation. **New Political Economy**, v. 14, n. 1, p. 1–24, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13563460802671196>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

_____. America's Debt safety -net. **Public Administration**, v. 91, n. 4, p. 871–888, 20 dez. 2013. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-9299.2012.02094.x>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MOURA, A. G. de. **Impacto dos diferentes níveis de materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida para financiamento do consumo nas famílias de baixa renda do município de São Paulo.** 2005. Dissertação de mestrado (Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2005.

MULLER, K. de O. **Sociedade de consumo e cultura do endividamento**: estudo de caso sobre consumidores compulsivos em Porto Alegre, RS. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

MÜLLER, L. H. A. “Então, eu fui à luta!”: repensando as representações e práticas econômicas de grupos populares a partir de uma trajetória de ascensão social. **Política & Sociedade**, 29 out. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n15p145>>. Acesso em: 23 set. 2015.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

OLIVEIRA, J. A. O superendividamento do consumidor: aspectos conceituais e mecanismos de solução. **Lex Humana**, v. 3, n. 1, 2011.

OMS, C. Dilma sanciona limite maior de endividamento com crédito consignado. **Valor Econômico**, 22 out. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4281620/dilma-sanciona-limite-maior-de-endividamento-com-credito-consignado>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

PARKER G. **Getting and Spending**: Credit and Debt in Britain, Avebury, Aldershot. 1990.

PASSOS, N. “ Verdadeira revolução na oferta de crédito estimula crescimento”, diz Mantega. **Carta Capital**, jun. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/-Verdadeira-revolucao-na-oferta-de-credito-estimula-crescimento-diz-Mantega/7/31097>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

PEEBLES, G. The Anthropology of Credit and Debt. **Annual Review of Anthropology**, v. 39, p. 225–240, 23 set. 2010. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-anthro-090109-133856?journalCode=anthro>>. Acesso em: 29 set. 2015.

PLOT, S. Du flambeur à la victime ? **Sociétés contemporaines**, v. n° 76, n. 4, p. 67–93, 2009. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2009-4-page-67.htm>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base de pirâmide social brasileira. Boitempo Editorial, 2012.

_____. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. Boitempo Editorial, 2014.

PONCHIO, M. C. **The influence of materialism on consumption indebtedness in the context of low income consumers from the city of São Paulo**, 2006. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. 2006.

_____. C. Vulnerabilidade de Consumo-um estudo com consumidores paulistas de baixa renda. **Estudos ESPM**, v. 45, n. 459, 2011.

_____. ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering into installment plan agreements. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 7, n. 1, p. 21–34, 2008.

POON, M. From new deal institutions to capital markets: Commercial consumer risk scores and the making of subprime mortgage finance. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 5, p. 654–674, 2009.

PORTO, A. J. M.; BUTELLI, P. H. O superendividado brasileiro: uma análise introdutória e uma nova base de dados. **Revista de Direito do Consumidor: RDC**, v. 23, n. 95, p. 185–299, 2014.

_____.; SAMPAIO, P. R. P. Perfil do superendividado brasileiro: uma pesquisa empírica. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 101, p. 435-470, 2015

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**. Bookman, 2009.

PRASAD, M. **The land of too much: american abundance and the paradox of poverty**. Harvard University Press, 2012.

RAHIM, N.; ARTHUR, S. Experiences of Debt and Debt Advice Services in Islington. **Final Report, National Centre for Social Research**, 2012. Disponível em: <[https://www.islington.gov.uk/publicrecords/library/Democracy/Quality-and-performance/Reporting/2011-2012/\(2012-03-29\)-NatGen-Report-Jan-2012.pdf](https://www.islington.gov.uk/publicrecords/library/Democracy/Quality-and-performance/Reporting/2011-2012/(2012-03-29)-NatGen-Report-Jan-2012.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2016.

RAIJAS, A.; LEHTINEN, A.-R.; LESKINEN, J. Over-Indebtedness in the Finnish Consumer Society. **Journal of Consumer Policy**, v. 33, n. 3, p. 209–223, 14 abr. 2010. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10603-010-9131-8>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

RAJAN, R. **Fault lines, how hidden fractures strill threaten the world economy**. Londres: Princeton University Press, 2010.

RAMSAY, I. Overindebtedness and the law. **AJURIS Edição Especial**, v. 1, n. Edição especial (mar. 1998), p. 192–199, 1998.

_____. Consumer Credit Society and Consumer Bankruptcy: Reflections on Credit Cards and Bankruptcy in the Informational Economy. In: NIEMI-KIESILAINEN; RAMSAY, IAIN; WHITFORD, W. (Ed.). **Consumer Bankruptcy in Global Perspective**.

RICHINS, M. L. Materialism, transformation expectations, and spending: Implications for credit use. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 141–156, 2011.

RITZER, G. **Expressing america: a critique of the global credit card society**. SAGE Publications, 1995.

_____. **Explorations in the sociology of consumption: fast food, credit cards and casinos**. SAGE Publications, 2001.

ROITMAN, J. L. Unsanctioned wealth; or, the productivity of debt in Northern Cameroon. **Public Culture**, v. 15, n. 2, p. 211–237, 2003.

SANTOS, A. C.; COSTA, V.; TELES, N. A economia política do consumo e do crédito às famílias: Um contributo interdisciplinar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 101, p. 09–38, 1 set. 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5338>>. Acesso em:

30 set. 2015.

SANTOS, B. de S. **Portugal: ensaio contra a autoflagelação**. Cortez Editora, 2011.

SCHICKS, J. The Definition and Causes of Microfinance Over-Indebtedness: A Customer Protection Point of View. **Oxford Development Studies**, v. 41, n. May 2015, p. S95–S116, 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13600818.2013.778237>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

SCHOR, J. **The overspent american: upscaling, downshifting, and the new consumer**. Basic Books, 1998.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research: a guide for researchers in education and the social sciences**. Teachers College Press, 2006.

SERVET, J. Microcrédito. In: CATTANI, A. D.; CORRAGIO, J.L.; LAVILLE, J.-L. (Ed.). **Diccionario de la otra economía**. Altamira, UNGS, CLACSO, 2009.

SHIPTON, P. M. **The nature of entrustment: intimacy, exchange, and the sacred in africa**. Yale University Press. 2007.

SILVA, S. B. da C. N. **Alfabetização econômica, hábito de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes do curso de pedagogia**. 2008. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2008.

SIMMEL, G. **The philosophy of money**. Taylor & Francis, 2011.

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e Consumo. **Revista Relações de Consumo**, 2008. Disponível em: <http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicacoes/publicacao_4.pdf> Acesso em: 12 de abr. de 2015.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Indicadores Econômicos SPC Brasil e CNDL**. 2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices-economicos>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Impacto da crise econômica na gestão das finanças pessoais do brasileiro**. Sistema de proteção ao crédito. SPC-Brasil. 2016.

_____. **O conceito de endividamento e as consequências da inadimplência**. Sistema de proteção ao crédito. SPC-Brasil. 2016a.

STAMP, S. An exploratory analysis of financial difficulties among those living below the poverty line in Ireland. Julho, p. 1–92, 2009. Disponível em: <http://www.combatpoverty.ie/publications/workingpapers/2009-02_WP_FinancialDifficultiesAmongThoseLivingBelowThePovertyLine.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

STEPCHANGE. **The Debt Trap**: exposing the impact of problem debt on children. 2014. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2008/07/20/business/20debt-trap.html?th&emc=th>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Held back by debt**: how britain's lack of financial resilience is tipping people into a debt trap. 2015 Disponível em: <https://www.stepchange.org/Portals/0/documents/Reports/Held_back_by_debt_2015.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

STREECK, W. **Tempo comprado**. Almedina, 2014.

SULLIVAN, T. A.; WARREN, E.; WESTBROOK, J. L. **As we forgive our debtors**: bankruptcy and consumer credit in america. Beard Books, 1999.

TOKUNAGA, H. The use and abuse of consumer credit: Application of psychological theory and research. **Journal of Economic Psychology**, v. 14, n. 2, p. 285–316, jun. 1993. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0167487093900045>>. Acesso em: 7 out. 2015.

TRUMBULL, G. Consumer Protection in French and British Credit Markets. **Joint Center for Housing Studies, Harvard University**, p. 23, 2008. Disponível em: <http://www.jchs.harvard.edu/sites/jchs.harvard.edu/files/ucc08-17_trumbull.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. Credit Access and Social Welfare: The Rise of Consumer Lending in the United States and France . **Politics & Society**, v. 40, n. 1, p. 9–34, 2012. Disponível em: <<http://pas.sagepub.com/content/40/1/9.abstract>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

_____. **Consumer lending in france and america**: credit and welfare. Cambridge University Press, 2014.

TUCKER, D. M. **The decline of thrift in america**: our cultural shift from saving to spending. Greenwood Publishing Group, 1991.

VALINS, O. **When debt becomes a problem**: a literature study. Ministry of Social Development, 2004. Disponível em: < <https://www.msd.govt.nz/documents/about-msd-and-our-work/publications-resources/literature-reviews/when-debt-becomes-a-problem/when-debt-becomes-a-problem.doc> >. Acesso em: 07 mar. 2016.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; KUNKEL, F. R.; CAMPARA, J. P. Níveis de Materialismo e Endividamento: Uma Análise de Fatores Socioeconômicos na Mesorregião Central do Estado no Rio Grande Do Sul. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 5, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.fundace.org.br/revistaracef/index.php/racef/article/view/68/60>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

VIGNEAU, V.; BOURIN, G. X.; CARDINI, C. **Droit du surendettement des particuliers**. LexisNexis, 2012.

VILLARREAL, M. **Antropologia de la deuda credito, ahorro, fiado y prestado en las finanzas cotidianas**. CIESAS, 2004.

_____. Cálculos financieros y fronteras sociales en una economía de deuda y morralla. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 3, p. 392–409, 7 fev. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8338>>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. De dineros, crisis y sobreendeudamientos. **Desacatos**, n. 44, p. 9–15, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13930746002>>. Acesso em: 23 set. 2015.

WALDRON, M.; YOUNG, G. The State of British Household Finances: Results from the 2006 NMG Research Survey. **Bank of England Quarterly Bulletin**, 2006. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=950951>>. Acesso em: 28 out. 2015.

WARREN, E. Over-Consumption Myth and Other Tales of Economics, Law, and Morality, The. **Washington University Law Quarterly**, v. 82, 2004. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/walq82&id=1495&div=&collection=>>>. Acesso em: 28 set. 2015.

_____. TYAGI, A. W. **The two-income trap: why middle-class parents are going broke**. Basic Books, 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, volume 1. 3ª. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994.

WILKIS, A. **Las sospechas del dinero: moral y economía en la vida popular**. Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. Sociología del crédito y economía de las clases populares. **Revista mexicana de sociología**, v. 76, n. 2, p. 225–252, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-25032014000200003&lng=es&nrm=iso&tlng=es>. Acesso em: 23 set. 2015.

ZOUAIN, D. M.; BARONE, F. M. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 369–380, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 mar. 2016.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Introdução

- Apresentação pessoal e da pesquisa.
- Importância da colaboração
- Garantir anonimato, confidencialidade.
- Explicar a dinâmica da entrevista. Pedir que responda sempre com o maior detalhamento possível.
- Perguntar se tem alguma questão, dúvida.
- Pedir para gravar

Bloco I – Contextualização do entrevistado em relação ao tópico

Questão norteadora: Trajetória pessoal do entrevistado até a chegada no projeto.

- Poderia me contar da forma mais detalhada possível o motivo que te fez procurar o projeto?
- O que ocorreu?
- Como foi?
- **Contexto familiar**
 - Poderia me falar sobre a tua família?
 - Com quem vive?
- **Contexto profissional**
 - Poderia me falar sobre o teu trabalho?
 - O que faz?
 - Como é?

Bloco II – consumo, renda e decisões financeiras

Questão norteadora: renda, orçamento e decisões de consumo.

- **Renda**
 - Quem é o responsável pela renda familiar?
 - Qual a renda?
- **Orçamento**
 - Poderia me descrever um final de mês típico? De maneira geral como o dinheiro é gasto?
 - O que compram?
 - Que contas pagam?
 - Quanto da renda é gasto com essas despesas?
 - Com a renda atual, como é manter as necessidades da família?
 - Por quê? Pode me dar um exemplo?
- Recentemente, pensando no último ano, por exemplo, houve alguma alteração na situação financeira?

- O que aconteceu?
- Pode me descrever?
- Acha que essa dívida tem alguma relação com isso?

Decisões de consumo

- Quem toma as decisões financeiras na família?
- Vocês discutem sobre dinheiro?
- Por exemplo: se vocês quiserem ou precisarem comprar um bem com valor mais elevado, quem decide?
- Pode me dar um exemplo de uma situação?
- Como vocês costumam fazer compras?
- Dinheiro, prestação? Pode me dar exemplos para cada uma dessas situações?
- Que critérios usam para decidir a melhor forma?
- Juros, valor de prestação? Pode me contar uma situação de algo que vocês compraram e como fizeram para decidir?

Bloco III – A experiência de endividamento

Questão norteadora: Sentimentos em relação à experiência

- Poderia me descrever como te sentes em relação à tua situação?
- O que faz você se sentir assim?
- Poderia me falar mais sobre esse sentimento?
- Como acha que as outras pessoas se sentem?
- O que significa estar endividado?
- Pensa que tua vida estaria diferente hoje sem essa dívida?
- Se tu não tivesses feito, como pensa que estaria?
- E se conseguisse resolver, o que mudaria?

Questão norteadora: projetos

- Comparando tua vida antes e agora, acha que alguma coisa mudou?
- O quê? Pode me contar alguns exemplos?
- Existe alguma coisa que tu gostarias de fazer e não pode?
- O que?
- Se tu estivesses conversando com alguém que não tenha passado por isso antes, teria alguma recomendação para evitar que ocorra?
- Qual?
- Na tua opinião, o que foi que aconteceu?
- Como tu julga a situação hoje?
- No mesmo contexto, agiria de outra forma?

Encerramento

- Existe alguma coisa que não foi dito na entrevista e que tu gostarias de acrescentar?
- Alguma coisa lhe aborreceu ou incomodou durante a entrevista?
- Tem alguma sugestão a fazer para as próximas entrevistas?
- Usar questionário de apoio (se necessário)
- Agradecer
- Encerrar.

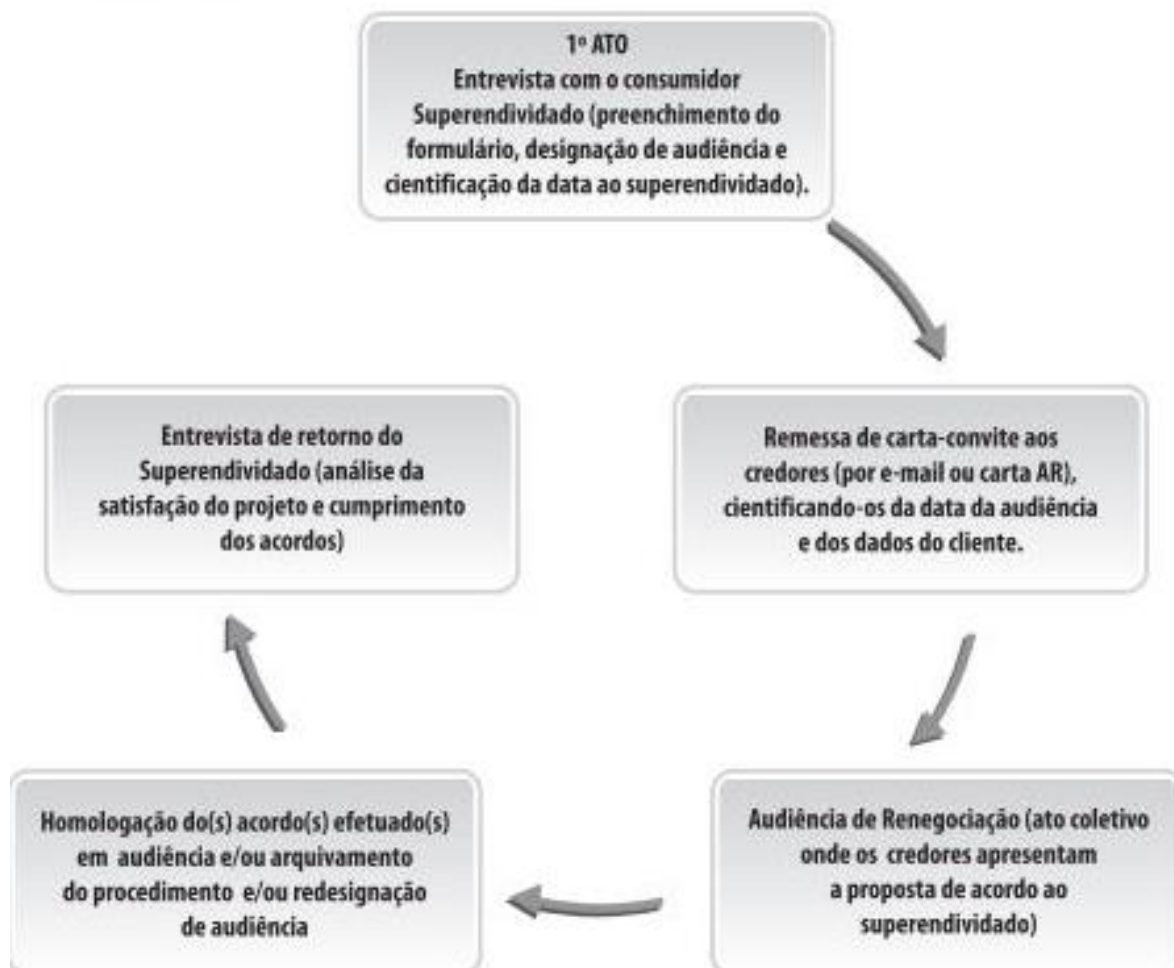
ANEXO B - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevista	Informante*	Sexo	Idade	Ocupação	Status Ocupação	Renda individual	Escolaridade
1	Catarina	F	66	Servidora pública	Aposentada	1,5 SM	Ensino Fundamental
2	Pedro	M	42	Aux. Serviços gerais	Trabalhando	1,6 SM	Ensino Fundamental
2	Eva	F	40	Do lar	-	0	Ensino Fundamental
3	Teresa	F	38	Vendedora	Desempregado	0	Ensino Médio
4	Joana	F	63	Costureira	Benefício INSS	1,4 SM	Ensino Fundamental
5	João	M	55	Professor	Desempregado	0	Superior completo
6	Paulo	M	60	Motorista de ônibus	Benefício INSS	2,6 SM	Ensino Fundamental
7	Luiz	M	53	Empresário	Trabalhando	8,8 SM	Superior incompleto
8	Ana	F	43	Auxiliar administrativo	Trabalhando	1,3 SM	Superior completo
9	Iolanda	F	73	Servidora pública	Aposentada	1,7 SM	Ensino Médio
10	Eduardo	M	24	Padeiro	Trabalhando	1,7 SM	Ensino Médio
11	Eliane	F	38	Técnica contabilidade	Trabalhando	4 SM	Ensino Médio
12	Cleusa	F	48	Promotora de vendas	Desempregada	1,3 SM	Ensino Médio
13	José	M	56	Representante comercial	Desempregada	0	Ensino Médio
14	Jaqueline	F	51	Técnica saúde bucal	Desempregada	0	Ensino Médio
15	Lucia	F	61	Aux. Serviços gerais	Aposentada	1,4 SM	Ensino Fundamental
16	Mara	F	23	Auxiliar administrativo	Trabalhando	1,9 SM	Ensino Médio
17	Gabriela	F	39	Empresário	Trabalhando	3,5 SM	Ensino Médio
18	Antônio	M	28	Auxiliar de expedição	Trabalhando	2,0 SM	Ensino Médio

*Nomes fictícios.

APÊNDICE A – PROCESSO DE ATENDIMENTO

Figura 2 – Fluxograma de atendimento



Fonte: Marques, Lima e Bertoncello (2010, p. 68).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ACOLHIMENTO

FORMULÁRIO INICIAL (ACOLHIMENTO):

Projeto-piloto “Tratamento das situações de superendividamento do consumidor”

1 Identificação

Nome: _____ CPF: _____

Endereço residencial: _____

2 Dados Sócio-Econômicos

a) Sexo: () M () F

b) Idade: _____

c) Profissão: _____ () ativa () aposentado () desempregado

d) Estado civil: () casado () solteiro () divorciado () viúvo () convivente () outros

e) Número de dependentes: _____

f) Renda média individual mensal: R\$ _____

Renda média familiar mensal: R\$ _____

g) Despesas mensais correntes:

luz: R\$ _____; aluguel: R\$ _____; água: R\$ _____;

telefone: R\$ _____; alimentação própria: R\$ _____;

pensão alimentícia: R\$ _____; educação: R\$ _____;

plano de saúde: R\$ _____; medicamentos: R\$ _____;

impostos: R\$ _____; outras (especificar): R\$ _____

h) Possui casa própria? () sim () não

i) Montante total da dívida do superendividamento: R\$ _____

j) Qual o comprometimento mensal com o pagamento das dívidas? R\$ _____.

k) Número de credores: _____

l) Causas das dívidas:

() gastou mais do que ganha; () desemprego; () divórcio/separação/dissolução de união estável;

() doença pessoal ou familiar; () redução de renda; () morte.

m) Está registrado em cadastros de inadimplentes? () sim () não

n) Tomou conhecimento do crédito por:

() televisão; () meio eletrônico; () jornal/revista/mala direta;

() panfletagem; () telefone/telemarketing.

REGISTROS DO ENTREVISTADOR OU DO SERVIÇO SOCIAL:

3 Mapa dos Credores:

3.1 Credor: _____

Valor da dívida: R\$ _____

a) Com garantia: () sim () não. Qual? _____

b) Possui processo judicial pendente? () sim () não.

c) Desconto em folha de pagamento/benefício previdenciário?

() sim, nº de prestações: _____ () não

d) A dívida está vencida? () sim () não.

e) Tentou renegociar? () sim () não.

Como: () próprio credor () Defensoria Pública () advogado () Juizado Especial Cível.

f) Recebeu cópia do contrato? () sim () não. Se positivo, () antes ou () depois de assiná-lo.

g) Foi informado sobre: () juros mensais () juros anuais () valor total da dívida

() conseqüências da falta de pagamento.

h) Quando contratou tinha seus dados registrados em cadastros de inadimplentes? () sim () não

3.2 Credor: _____

Valor da dívida: R\$ _____

a) Com garantia: () sim () não. Qual? _____

b) Possui processo judicial pendente? () sim () não.

c) Desconto em folha de pagamento/benefício previdenciário?

() sim, nº de prestações: _____ () não

d) A dívida está vencida? () sim () não.

e) Tentou renegociar? () sim () não.

Como: () próprio credor () Defensoria Pública () advogado () Juizado Especial Cível.

f) Recebeu cópia do contrato? () sim () não. Se positivo, () antes ou () depois de assiná-lo.

g) Foi informado sobre: () juros mensais () juros anuais () valor total da dívida

() conseqüências da falta de pagamento.

h) Quando contratou tinha seus dados registrados em cadastros de inadimplentes? () sim () não

3.3 Credor: _____

Valor da dívida: R\$ _____

a) Com garantia: () sim () não. Qual? _____

b) Possui processo judicial pendente? () sim () não.

c) Desconto em folha de pagamento/benefício previdenciário?

() sim, nº de prestações: _____ () não

d) A dívida está vencida? () sim () não.

e) Tentou renegociar? () sim () não.

Como: () próprio credor () Defensoria Pública () advogado () Juizado Especial Cível.

f) Recebeu cópia do contrato? () sim () não. Se positivo, () antes ou () depois de assiná-lo.

g) Foi informado sobre: () juros mensais () juros anuais () valor total da dívida

() consequências da falta de pagamento.

h) Quando contratou tinha seus dados registrados em cadastros de inadimplentes? () sim () não

3.5 Credor: _____

Valor da dívida: R\$ _____

a) Com garantia: () sim () não. Qual? _____

b) Possui processo judicial pendente? () sim () não.

c) Desconto em folha de pagamento/benefício previdenciário?

() sim, nº de prestações: _____ () não

d) A dívida está vencida? () sim () não.

e) Tentou renegociar? () sim () não.

Como: () próprio credor () Defensoria Pública () advogado () Juizado Especial Cível.

f) Recebeu cópia do contrato? () sim () não. Se positivo, () antes ou () depois de assiná-lo.

g) Foi informado sobre: () juros mensais () juros anuais () valor total da dívida

() consequências da falta de pagamento.

h) Quando contratou tinha seus dados registrados em cadastros de inadimplentes? () sim () não

ADVERTÊNCIA: A análise da boa-fé do consumidor será considerada a partir das informações prestadas quando do preenchimento deste formulário.

Data: _____, ___/___/___ Assinatura: _____

APÊNDICE C – MODELO DE CARTA CONVITE

“CONCILIAR É LEGAL”

PROJETO PILOTO DE TRATAMENTO DAS SITUAÇÕES
DE SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR

Foro da Comarca de

Travessa ou Rua....

Cep e cidade

Fones:

Carta Convite nºxxx/06

Porto Alegre, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

AO

Ilmo. Sr. Representante Legal de

Rua/Av.

Cidade - RS

Prezado Senhor,

A magistrada Coordenadora do Projeto “Tratamento das Situações de Superendividamento do Consumidor, no exercício de sua jurisdição, vem

CONVIDAR

Vossa Senhoria para reunião visando **RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA**, a realizar-se no dia xx/xx/2006, às xxh e xxmin, na sala do Projeto na sede do Foro, endereço acima, relativamente à(s) relação(ões) contratual(is) a seguir descrita(s):

. Nome do consumidor/contratante:

. CPF:

. contrato nº:

. valor:

Esclarecemos que o consumidor/superendividado admitido a participar do presente projeto é a pessoa física, de boa fé, impossibilitada de quitar suas dívidas vencidas ou a vencer, mas desejosa de saldá-las de alguma forma, abrangendo todos os seus credores.

Solicitamos o comparecimento de preposto, na data supra, com carta de preposição e autorização para firmar acordos, bem como cópia do contrato, planilha atualizada do débito e eventual proposta de composição.

O não comparecimento será entendido como ausência de interesse em compor.

Caso o comparecimento não seja possível na data aprazada, mas haja interesse em compor, solicitamos contatar por e-mail xxx@xxx.com.br, fazendo referência ao número da presente carta convite, caso em que será designada nova data, também a ser informada por e-mail.

Confiando em que a solução extrajudicial dos conflitos é a melhor alternativa, tanto para o credor como para o devedor, aguardamos seu comparecimento.

Atenciosamente,

Juíza de Direito

Fonte: Marques, Lima e Bertoncetto (2010, p. 74-75)

APÊNDICE D – MODELO DE ATA DE AUDIÊNCIA

ATA DA AUDIÊNCIA DE RENEGOCIAÇÃO:

TERMO DE AUDIÊNCIA - CÍVEL

Data: 18/06/2007 Hora: 09:00hs

Juiz Presidente: Clarissa Costa de Lima

Processo nº: 0022/2007

Natureza: Cobrança

Autor: XXXXXXXXXXXX

Réu:

Lojas A

Lojas B

Administradora de Cartão de Crédito

Banco Z

Operadora de saúde

Empresa de telefonia W

Lojas C

Financeira Azul

Banco X

Banco Y

Visa / Ourocard do Banco X

Oficial Escrevente: XXXXXXXXXXXX

Aberta a audiência, realizado o pregão, compareceu o autor. Presente o Banco Z na pessoa do gerente Sr. XXXXXXXXXXXX. Presente o Banco X representado pelo Sr. XXXXXXXXXXXX. Presente a representante da Empresa de Telefonia W na pessoa de sua procuradora Dra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Presente a preposta das Lojas C. Presente a representante da Financeira Azul na pessoa de sua preposta XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Presente o preposto da administradora de crédito o Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Presente a preposta das Lojas A na pessoa da Sra. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. Presentes os representantes do Banco Y na pessoa do preposto Sr. XXXXXXXXXXXXX e do procurador Dr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX. A seguir pela MMA Juíza foi dito que proposto o acordo, restou exitoso nos seguintes termos:

- a) **Banco Z** a dívida será paga mediante entrada de R\$63,00 com vencimento em 22 de junho e mais 11 parcelas de R\$53,00 com vencimento no dia 22/07 e as demais sucessivamente. Os pagamentos serão efetuados diretamente na agência da XXXXXXXX. A requerida compromete-se a excluir o nome do autor do cadastro de inadimplentes em 5 dias úteis após o pagamento da entrada.

- b) **Lojas C** O débito será pago em 20 parcela de R\$42,00. A primeira parcela vencerá no dia 25 de agosto e as demais sucessivamente. Os pagamentos serão efetuados diretamente na loja. A requerida compromete-se a excluir o nome do autor do cadastro de inadimplentes em 48 horas após o pagamento da primeira parcela.
- c) **Administradora de Cartão de Crédito** O débito de R\$ 150,00 será pago no dia 22 de agosto mediante boleto bancário que será enviado diretamente para a residência do autor. A promete-se a excluir o nome do autor do cadastro de inadimplentes no prazo de 48 horas após o pagamento da primeira parcela.
- d) **Empresa de Telefonia W** extornará o débito de R\$206,55 no prazo de dez dias referente aos meses de janeiro a março de 2007, terminal telefônico xxxx-xxxx, contrato nº xxxxxxxx. Em contrapartida, o contrato e a linha telefônica serão cancelados a pedido do autor ainda nesta data. No prazo de dez dias a Empresa de Telefonia W compromete-se a excluir o nome do autor do cadastro de inadimplentes.
- e) **Lojas A** O débito será pago em 20 parcelas de R\$63,00. A primeira parcela vencerá no dia 22 de agosto e as demais sucessivamente. Os pagamentos serão efetuados diretamente na loja. A requerida compromete-se a retirar o nome do autor do cadastro de inadimplentes em 48 horas após o pagamento da primeira parcela. A primeira parcela vencerá no dia.
- f) **Banco X** A dívida relativa aos contratos 200xxxx0 (cartão de crédito), contrato 5xxxxx1 (CDC) e contrato xxxxxxxx (CDC) e saldo xxxx (conta corrente) será paga com uma entrada de R\$200,00 com vencimento em 22 de julho e 48 parcelas de R\$145,00 com vencimento em 22 de agosto e as demais sucessivamente. Os pagamentos serão realizados mediante depósito na conta do autor. A requerida excluirá o nome do autor do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 dias úteis após o pagamento da entrada.
- g) **Financeira Azul** A dívida referente ao cartão xxx000xxx000xx, será paga em 3 parcelas de R\$180,00 com vencimento em 22/09/2007, 22/10/2007 e 22/11/2007. Os pagamentos serão efetuados mediante boleto que será enviado à residência do autor. A requerida compromete-se a excluir o nome do autor do cadastro de inadimplentes no prazo de 5 dias após o pagamento da primeira parcela.
- h) A dívida vencerá antecipadamente caso o superendividado: 1) Preste dolosamente falsas declarações ou produza documentos inexatos com o objetivo de utilizar-se dos benefícios do procedimento de tratamento da situação de superendividamento; 2) dissimule ou desvie a totalidade ou parte de seus bens com objetivo de fraudar credores ou a execução; 3) sem o acordo de seus credores, agrave sua situação de endividamento mediante a obtenção de novos empréstimos ou pratique atos de disposição de seu patrimônio durante o curso do procedimento de tratamento da situação de superendividamento. Em prosseguimento foi dito que homologava o presente acordo para que surta seus jurídicos e legais efeitos, com base no art. 269, inciso III, do CPC. Em relação ao Banco Y designo audiência para o dia 26/06/2007 às 15:30hs. Presentes intimados, nada mais.

Clarissa Costa de Lima

Juíza de Direito

Fonte: Marques, Lima e Bertoncello (2010, p. 76-78).